

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

DISSERTAÇÃO

**EM ÁGUAS TURVAS: HOMENS LIVRES POBRES NO VALE DO
MACACU OITOCENTISTA**

AILTON FERNANDES DA ROSA JÚNIOR

Seropédica, RJ.

2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**EM ÁGUAS TURVAS: HOMENS LIVRES POBRES NO VALE DO MACACU
OITOCENTISTA**

AILTON FERNANDES DA ROSA JÚNIOR

Sob a orientação da Professora

Susana Cesco

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Seropédica, RJ.

Março, 2014.

304.2	Rosa Junior, Ailton Fernandes da.
R788e	Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista / Ailton Fernandes da Rosa Junior, 2014.
T	127 f.
	Orientadora: Susana Cesco
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 121-127
	1. Santo Antônio de Sá - Teses. 2. Homens livres pobres – Teses. 3. Produção de alimentos - Teses. 4. Desflorestamento – Teses. I. Cesco, Susana. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO.
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

AILTON FERNANDES DA ROSA JÚNIOR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof^ª. Dr^ª. SUSANA CESCO – Orientadora
CPDA/UFRRJ

Prof^ª. Dr^ª. ELI DE FÁTIMA NAPOLEÃO LIMA - Arguidora
CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA- Arguidor
IUPERJ/UCAM

Seropédica, RJ.
2014.

*O passado é um livro imenso, cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar;
e toda a terra tem sua história mais ou menos poética, suas recordações mais ou menos
interessantes, como todo coração tem suas saudades.*

Joaquim Manoel de Macedo (1820 - 1882)

*Este trabalho é dedicado à minha família, no
seio da qual obtive apoio, respeito e amor.*

Agradecimentos:

Vinte e quatro meses, todos sabem, é um tempo muito curto para desenvolver uma pesquisa, mas talvez seja mais do que o suficiente para adquirir dívidas que um muito obrigado não conseguirá bastar.

À minha orientadora, prof.^a Susana Cesco, deixo consignado meus agradecimentos pela compreensão e disponibilidade. Pela competência, dedicação e seriedade ficam minha mais profunda admiração e respeito.

Agradeço ainda aos professores Eli de Fátima Napoleão e Luiz Flávio de Carvalho Costa que fizeram parte da minha banca de qualificação, apresentaram diversas críticas e sugestões ao trabalho de forma rigorosa, mas amável. Todos os comentários foram de grande valia, e espero ter acertado este texto de acordo com suas propostas. Nesse sentido, os equívocos que teimam em persistir são de minha inteira responsabilidade.

De forma especial sou grato ao corpo docente do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / UFRRJ. Particularmente àqueles que participaram da minha formação e que, ainda que não diretamente, tiveram grande influência sobre este texto: Claudia Job Schmitt, Débora Franco Lerrer, John Wilkinson, Maria José Teixeira Carneiro e Renato Sérgio Jamil Maluf.

Ao prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, agradeço por aceitar o convite para participar de minha banca de defesa. Mesmo que até então não tenha participado ativamente da realização desta pesquisa, seus trabalhos sempre me nortearam. Sua participação, em conjunto com a prof.^a Eli de Fátima Napoleão, me deixa duplamente realizado, não apenas pela seriedade e relevância de seus trabalhos, mas por serem parte do legado daquela que lançou as bases sobre as quais este trabalho se ancora, prof.^a Maria Yedda Leite Linhares.

A todos os colegas e funcionários do CPDA. Com especial destaque àqueles que participaram, no contexto da disciplina de Metodologia, da construção do projeto que deu origem a este trabalho: Ariane, Maria Luiza, Marina, Murilo e Joyce, além de todos os demais colegas que tornaram menos dura a hercúlea tarefa de escrever uma dissertação. Agradeço ainda os funcionários da Secretaria Acadêmica e do Centro de Documentação Ivan de Otero Ribeiro: Terêsa Maria Leite, Silvia Alves, Henrique de Oliveira e Marcos Porto.

Agradeço à minha família, a minha avó Maria de Lourdes, a minha mãe Telma Oliveira e a minha irmã Suy Ellen. Agradeço ainda à Janille Campos: amiga, namorada e companheira, muito obrigado pelo carinho, pela compreensão e por todo o auxílio prestado nestes cinco anos de convívio.

Durante esta pesquisa fui bolsista da Capes, instituição à qual sou grato por possibilitar a minha manutenção e dedicação a este trabalho no decorrer destes últimos dois anos.

Resumo:

ROSA JÚNIOR, Ailton Fernandes da. **Em águas turvas: homens livres pobres no vale do Macacu oitocentista**. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2014.

A presente pesquisa buscou identificar e analisar os fatores sociais e econômicos inerentes à relação entre lavradores pobres e seu ambiente ecossistêmico, especialmente no que diz respeito à retirada das matas e de seus usos, para fins extrativistas e para o posterior cultivo de gêneros alimentícios. Procuramos, para tal, resgatar o conturbado período da história brasileira, desde o chamado colonial tardio, em finais do século XVIII, atravessando parte do século XIX, marcado transformações substanciais que vão desde a promulgação Lei de Terras até a gradual eliminação da mão-de-obra escrava. Além disso, utilizamos como recorte geográfico a Vila de Santo Antônio de Sá, na microrregião da Bacia dos rios Guapi-Macacu (interior do Rio de Janeiro), a escolha se dá principalmente pelas características produtivas da região, particularmente voltada para a produção de alimentos e para a pequena lavoura voltada ao mercado interno, distanciando-se do macro modelo escravista baseado na grande lavoura de exportação.

Palavras-Chave: Santo Antônio de Sá – Homens Livres Pobres – Produção de Alimentos – Desflorestamento;

Linha de Pesquisa: Natureza, Ciências e Saberes;

Abstract:

ROSA JÚNIOR, Ailton Fernandes da. **In troubled waters: poor free men of the nineteenth century in the valley Macacu.** 2014. 127 pages. Dissertation (Master's in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute for Human and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [Federal Rural University of Rio], Rio de Janeiro (RJ), 2014.

The purpose of this research is to identify and analyze the social and economic factors which are inherently linked to the relationship between poor farmer workers and their ecosystemic environment. This has been done by examining events such as the suppression and cleaning of vegetation for reasons of extractivism and food cultivation, among others. For such a task, we attempted to rescue the historical memory of Brazil, from the end of its colonial period, in the late 18th century, to part of its 19th century, when significant changes happened, such as the enactment of Lei de Terras (Land Law) and the gradual end of slavery. Moreover, we chose the Santo Antônio de Sá village, a microregion in the Guapi-Macacu river complex (interior of Rio de Janeiro), for our analysis due to its agroecological characteristics, which include food cultivation and farming devoted to the domestic market, and, thus, abandoning the slavery model based on the export agriculture.

Keywords: Santo Antônio de Sá – Poor Farmer Workers – Food Cultivation – Deforestation;

Sumário:

Introdução: Relações entre história agrária e história ambiental.....	13
Capítulo I - Nas risonhas margens d'este rio.....	27
1.1 Dinâmicas políticas na ocupação territorial do Vale do Rio Macacu.....	28
1.2 Aspectos ambientais da ocupação.....	35
1.3 O cultivo de mantimentos e exploração de madeiras no Vale do Rio Macacu.....	40
Capítulo II – De Santo Antônio de Sá à Sant'Anna de Macacu.....	46
2.1 Considerações sobre a noção de crise e decadência.....	47
2.2 As perdas territoriais.....	58
2.3 As febres do Macacu.....	63
2.4 O desenvolvimento da Estrada de Ferro Cantagallo.....	70
2.5 De Santo Antônio de Sá a Sant'Anna de Macacu.....	76
Capítulo III – Pequenos lavradores pobres e produção de alimentos no Vale do Macacu.....	82
3.1 Camponeses, lavradores e roceiros.....	83
3.2 A evolução demográfica e o acesso à terra.....	87
3.3 Modos de vida e a produção e alimentos.....	99
3.4 Conclusões.....	114
Considerações finais.....	117
Referências Bibliográficas.....	121

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Produção Agrícola - Santo Antônio de Sá (1778)	43
Tabela 1.2 - Districtos produtores de Madeira (1778)	43
Tabela 2.1 - Produção agrícola das freguesias de Santo Antônio de Sá (1778)	60
Tabela 3.1 - Movimentação da população escrava (1873-1882)	87
Tabela 3.2 - População das freguesias de Santo Antônio de Sá (1821)	89
Tabela 3.3 - População das freguesias e da Vila de Santo Antônio de Sá (1840) ...	90
Tabela 3.4 - População das freguesias e da Vila de Santo Antônio de Sá (1850) ...	91
Tabela 3.5 - População da Vila de Santo Antônio de Sá (1856)	92
Tabela 3.6 - População das freguesias e da Vila de Santo Antônio de Sá (1872) ...	93
Tabela 3.7 - Número de Registros Paroquiais de Terras na Vila de Santo Antônio de Sá (1854-1856)	97
Tabela 3.8 – Registros Paroquiais de Terras de Santo Antônio de Sá - Concentração fundiária por declarante (1854-1856).....	98
Tabela 3.9 – Registros Paroquiais de Terras de Santíssima Trindade - Concentração fundiária por declarante (1854-1856).....	98
Tabela 3.10 – Portos, Barcos e Madeiras na Vila de Santo Antônio de Sá (1778)..	102
Tabela 3.11 - Produção de Mantimentos na Vila de Santo Antônio de Sá (1778) ..	104
Tabela 3.12 – Produção de Açúcar e Aguardente na Vila de Santo Antônio de Sá (1778)	104
Tabela 3.13 - Produção de Mantimentos na Vila de Santo Antônio de Sá (1797) ..	106
Tabela 3.14 – Posse escrava na Vila de Santo Antônio de Sá (1797)	106
Tabela 3.15 – Produtos embarcados pela Estação Cachoeiras (1869 – 1877)	112
Tabela 3.16 – Produtos embarcados pela Estação Sant’Anna (1869 – 1877)	114

Listas de Mapas, Gráficos e Imagens

Mapas:

Mapa I.1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu	20
Mapa I.2: Mapa Hidrográfico da Bacia do Macacu	20
Mapa 1.1 - Detalhe da Baía da Guanabara (1767)	30
Mapa 1.2 - Detalhe dos ‘Sertões do Macacu’ - Região das Minas de Cantagalo (1767)	31
Mapa 1.3 – Destaque da Vila de Sant’Anna de Macacu (1892)	34
Mapa 1.4 – Bacia do Rio Macacu (1767)	37
Mapa 2.1 - Região de Santo Antônio de Sá (1767)	61
Mapa 2.2 – Município de Santo Antônio de Sá (1839)	62
Mapa 2.3 – Detalhe do o percurso final da E. F. Cantagallo (da Estação de Porto das Caixas até Estação de Portela)	74
Mapa 3.1 – Região de produção de abastecimento do Recôncavo da Guanabara (1892)	101

Gráficos:

Gráfico 3.1 - População Livre/Escrava da Vila de Santo Antônio de Sá (1820 – 1872)	93
Gráfico 3.2– Registros Paroquiais de Terras de Santo Antônio de Sá (1854-1856)	98
Gráfico 3.3– Registros Paroquiais de Terras de Santíssima Trindade (1854-1856)	99

Imagens:

Imagem 1.1 – Rio Macacu (altura da localidade de Cachoeiras)	38
Imagem 1.2 – Manguezal no baixo curso do rio Macacu – APA Guapimirim	39
Imagem 2.1 – Trem descendo a Serra no trecho entre Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu / 1950	75

Introdução: Entre a História Agrária e a História Ambiental.

Há de certo que o velho positivismo pretendia que cada disciplina seguisse seu caminho em completa autonomia e especialidade segundo seu objeto e método. Mas a evolução das ciências foi capaz de demonstrar que todos os grandes passos da pesquisa tem sido possíveis a partir da negação de premissas impostas, muitas vezes, pela existência de rígidas fronteiras disciplinares.

Certamente a interdisciplinaridade tem sido objeto de muita discussão e controvérsia entre pesquisadores e professores. Ainda que ninguém negue a sua importância na composição de um saber não fragmentado, e na formação de um conhecimento reflexivo capaz de compreender o mundo nas suas complexidades e articulações entre a vida social, a natureza física e biológica, concretizá-la continua sendo um grande desafio.

A disciplina, como nos informa Morin, “é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem”¹. Embora estejam inseridas num plano maior, as disciplinas tendem a possuir certa autonomia em relação às suas congêneres, delimitada por uma fronteira, seja em relação à sua linguagem, seus métodos ou, eventualmente, por um conjunto epistemológico próprio. Os campos disciplinares surgem no século XIX e sua história confunde-se com a história das Universidades modernas.

Podemos dizer que a especialização e, por conseguinte, as disciplinas possuem inegáveis virtudes. Por um lado, delimita uma área do saber, sem a qual o conhecimento tornar-se-ia de difícil compreensão. Por outro, por revelar, destacar e construir objetos não triviais ao estudo científicos, as disciplinas acabam por construir seus próprios objetos de estudo.

Do mesmo modo, não é possível pensar na integralidade, sem levar em conta a existência de disciplinas especializadas e a relação estabelecida entre eles. A História da Agricultura, afirma Ciro Cardoso², por exemplo, necessita que sejam feitas correlações do setor agrícola com a economia geral, não significa que o historiador agrário tenha de fazer pessoalmente a História Econômica, significa apenas que é importante se orientar e utilizar dados e análises fornecidas por especialistas de outras áreas.

¹MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; tradução Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 105.

²CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

A História Agrária, como se sabe, nasceu nas primeiras décadas do século XX, de um encontro feliz entre a História e a Geografia Humana. Tendo, de um lado, o historiador preocupado em olhar o passado e explicar as mudanças decorrentes da ação humana e, de outro, o geógrafo e seus estudos sobre a interação do homem e seu meio físico.

A agricultura, por sua vez, refere-se acima de tudo às técnicas, aos trabalhos agrícolas, recompensados pelas colheitas³ e os agricultores com seus modos específicos de vida, que os diferenciam dos citadinos e da vida urbana e industrial. Como campo de estudos, porém, podemos distinguir a História da Agricultura em três tipologias básicas, segundo Jean Meuvret, acrescida de uma quarta citada por Ciro Cardoso⁴, a saber:

1. A história da agricultura, *stricto sensu*, como parte da história das ciências e das técnicas, cuja ênfase recai sobre as forças produtivas (meio ambiente, superfície cultivada, tecnologia agrícola, população).
2. A história agrária, como uma modalidade de história social da agricultura, cujo objeto seria constituído pelas formas de apropriação e uso do solo, pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais (produtores diretos); nessa ótica, caberia ao estudo dos sistemas agrários, objeto central da análise, dar conta das relações de produção e das tipologias agrárias.
3. Uma terceira instância, a história da agricultura e seu amplo campo de estudo, consistiria em combinar as duas primeiras modalidades, tendo como referência a teoria econômica do sistema em questão (escravismo, feudalismo, economia do Antigo Regime, capitalismo, economia camponesa etc.); recairia sobre essa modalidade, a história econômica do mundo rural, fazer o estudo macro e microeconômico da produção e da comercialização do setor agrícola em pauta.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu uma nova perspectiva de análise mais ambiciosa, denominada por E. Le Roy Ladurie como história da civilização rural, exibindo um largo espectro temático: técnicas, população, sistemas de parentesco, sistemas agrários, meio ambiente, clima, economia, revoltas, religião, folclore, etc.

³ AUGÉ-LARIBÉ, Michel. **La Revolution Agricole**. Col. Henri Berr. A.A. Michel, 1955. Apud: LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴ CARDOSO, 1979. pp. 15-16.

Trata-se de uma proposta extremamente ampla, o que torna problemático definir-lhe o campo teórico e metodológico próprio.⁵

Nesse aspecto, as questões relacionadas aos conceitos de *região* e *regionalização* são imprescindíveis a um trabalho que se orienta pelo diálogo entre a História Agrária e Ambiental, para tanto retornaremos ao trabalho do historiador Ciro Cardoso com o intuito de realizar alguns esclarecimentos de cunho metodológico.

Tanto a História Agrária quanto a História Ambiental tem seu surgimento intimamente relacionado ao diálogo com outras ciências, e em especial com a chamada geografia humana. A noção de região, por sua vez, é central nos trabalhos de geografia humana e tal proeminência deve-se a dois fatores principais: por um lado, a dimensão limitada e relativa homogeneidade permitem à região um estudo exaustivo que dificilmente seria realizado em outras realidades mais amplas e heterogêneas; por outro, a geografia humana preocupa-se em estudar as ações e interações entre os grupos humanos e o território, e, ao nível da região estas interações são mais facilmente perceptíveis⁶.

Apesar de disseminado, o conceito de região herdada de Vidal de La Blache é, segundo o geógrafo Yves Lacoste⁷, um ‘conceito-obstáculo’, entendendo ser este um conceito que reduz as diferentes facetas do território em troca de uma realidade mais ‘homogênea’. Em sua crítica, enfatizou o necessário reconhecimento de espacialidades diferenciais, cujos limites se recortam e superpõem, de modo que, ao nos localizarmos em um ponto qualquer, não estaremos sob um, mas sob diversos conjuntos espaciais. É possível, portanto, utilizá-la de forma operacional, deixando claros os limites impostos para a manipulação do espaço.

Não são, portanto, apenas os biólogos ou os geógrafos que se interessam pela paisagem ou pela natureza, esta tem se tornado também um assunto, mais recentemente, interessante à análise histórica. Esta perspectiva histórica rejeita a ideia de que a experiência humana tenha se desenvolvido na ausência de qualquer constrangimento ambiental, de que os homens são uma espécie separada e singularmente especial⁸. Podemos remeter a sistematização de uma ‘história ambiental’ aos anos 60 e 70 do

⁵ Ver LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Les paysans de Languedoc**. Paris: Sevpen, 1966 e LE ROY LADURIE, Emmanuel. **História dos Camponeses Franceses: Da peste negra à Revolução**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁶ CARDOSO, Op. Cit. pp. 72-80

⁷ LACOSTE, Yves. **Geografia: Isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Editora Papirus, 1988. Pp. 27-31.

⁸ WORSTER, Donald. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. V, nº. 2 ago./dez., 2002, p. 24.

século XX, esta é uma transformação da academia muito influenciada pelos ‘novos movimentos sociais’⁹, especialmente o movimento ambientalista em emergência nos Estados Unidos.

Em seu texto, já clássico, ‘Para fazer história ambiental’, o historiador Donald Worster afirma que, “antigamente a disciplina História tinha uma tarefa mais fácil. Todo mundo sabia que o único assunto importante era política e que o único campo digno de interesse era o Estado Nação”¹⁰. Esperava-se de nós, professores de história (e historiadores), que ensinássemos (e investigássemos) os dados políticos, as negociações entre grandes líderes, a tramitação de leis, as grandes guerras e conflitos nacionais.

Essa velha história, ou nem tão velha assim, servia inteiramente aos propósitos dos Estados Nacionais. Para os clássicos das ciências sociais, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da "história natural", ou do "tempo geológico" adotado. A História Natural não se misturava com a História Social, e dessa forma, a História Ambiental surge numa tentativa de ajustar o tempo natural ao tempo social¹¹. Ainda segundo um dos ‘fundadores’ desta modalidade de estudo histórico, "esta nova história rejeita a vulgar suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que os seres humanos sejam uma espécie única e isolada, e de que as consequências ecológicas de nossas ações possam ser ignoradas."¹² Uma ruptura, portanto, com o pressuposto durkheimiano fundador da "ciência" social, de que os fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais. Trata-se, em suma, de reconhecer e colocar a sociedade na natureza ou a natureza na história.

O próprio termo ‘história ambiental’, cunhado nos anos 1960, deve-se ao trabalho do historiador norte-americano Roderick Nash, ‘The state of environmental history’. Não obstante, outros trabalhos bem mais longevos já tratavam de uma abordagem ambiental. Como não lembrar dos estudos de Engels sobre os problemas ambientais na Inglaterra durante a Revolução Industrial, ou mesmos os trabalhos produzidos no Brasil, particularmente aqueles produzidos a partir dos anos 1930, a saber, os trabalhos intitulados ‘Nordeste’ (1937) de Gilberto Freyre, ‘Visões do Paraíso’ (1959) e ‘Monções’ (1945) do Sérgio Buarque de Hollanda e ‘Formação do Brasil Contemporâneo’ (1942) do Caio Prado Jr. Claro que não são trabalhos que têm o

⁹ WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº. 8, 1991, p. 198 – 215.

¹⁰ WORSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. Trad. José Augusto Drummond. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº8, p.198-215, 1991. P. 198.

¹¹ DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. **Estudos Históricos**, vol. 4, nº 8, pp. 177-97, 1991.

¹² WORSTER, Op. Cit.

mesmo viés analítico, e algumas críticas podem ser realizadas no que diz respeito a utilização da natureza nessas obras. Por outro lado, o conhecido ‘Mediterrâneo’ (1949) de Braudel e a chamada história do clima, de Le Roy Ladurie, mostram que novas questões ligadas à análise ambiental também vinham sendo trabalhadas do outro lado do Atlântico no mesmo período.

Os trabalhos históricos que buscam compreender os processos de interação entre seres humanos e natureza, no Brasil, vêm apresentando um visível aumento nos últimos anos. Podemos enumerar aqui uma jovem bibliografia ambiental que tem feito contribuições importantes ao entendimento destas questões, e em especial para as nossas, como os trabalhos de Warren Dean (1996), José Augusto Drummond (1997) e José Augusto Pádua (2004).

Diogo Cabral, ao analisar a indústria madeireira, cuja definição é, em suas palavras, “o conjunto dos processos produtivos que, valendo-se de um conjunto historicamente determinado de técnicas e tecnologias e de certa organização social do trabalho, opera transformando a fitomassa lenhosa em objetos úteis à vida humana”¹³, salienta que a bibliografia existente, apesar de não ignorar a atividade madeireira, raramente a analisa a fundo, em contraste com outros fatores socioeconômicos como o senhor de engenho, o escravo, o bandeirante, o tropeiro etc. O madeireiro continua pobremente descrito pela literatura, e quando feito¹⁴, fica ancorado na ideia de uma atividade com grande vínculo estatal, realizada por grandes empreiteiras ligadas à indústria naval.

Tal análise implicaria ainda, na existência de um rígido controle estatal sobre essa atividade, o que prevê a existência de um arsenal público quantitativo e qualitativo que pudesse dar conta do corte de madeira em todo o vasto território nacional já no século XIX. Algo que nos parece pouco provável, principalmente diante da escassez de funcionários públicos voltados para a fiscalização (até mesmo nos dias de hoje) e da reduzida mobilidade que havia à época. Ainda sobre o período colonial, Dean parece dar algumas indicações mais esclarecedoras:

[...] o corte de madeira tornou-se uma indústria privada fortemente organizada. Ainda que formalmente supervisionada por 'guardas-

¹³ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu*. In: **Ambiente & Sociedade**. Vol.7 n°2 Campinas Jul/Dec, 2004.

¹⁴ Diogo Cabral refere-se aqui a dois trabalhos em que esta categoria toma maior vulto, a saber: MILLER, Shawn William. **Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford University Press, 2000. e CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. Tese de Doutorado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, 2002.

mores' e administradores, estes eram sistematicamente subordinados e ludibriados por um pequeno número de madeireiros, serradores e tropeiros que efetivamente decidiam quando e onde a madeira seria cortada.¹⁵

Mais a frente, Dean, realiza novas considerações sobre a expansão da atividade madeireira tendo como perspectiva a Mata Atlântica sob o jugo imperial:

De longe, o mais valioso dos produtos extrativos da Mata Atlântica era sua madeira de lei. Equipamentos de serraria tornaram-se comuns em 1820; em 1838, havia 53 serrarias em São Paulo. Nos anos de 1850, a siderúrgica de Monlevade, em Minas Gerais, estava fabricando lâminas para serrarias. Havia surgido uma modesta demanda externa de madeiras-de-lei, vendidas sob os nomes genéricos de jacarandá, pau-brasil ou palissandra e utilizadas em marcenaria fina.¹⁶

Partindo dessas análises, os processos históricos da agricultura de alimentos e do desflorestamento - entendido aqui como a remoção da cobertura vegetal das matas para fins agrícolas - e a associação entre as práticas agrícolas dos pequenos produtores e os usos dados à floresta pode ser compreendido, no caso do vale do Rio Macacu, como um processo de transformação socioambiental, onde as influências dos mercados consumidores de gêneros alimentícios e de madeira foram condicionantes na construção de um novo cenário local ao longo do século XIX, e também nas práticas dos agricultores livres pobres.

Acrescente-se a isto a ideia de que ao reorganizar um ecossistema a partir das necessidades humanas, entre elas as mais fundamentais como alimentação e moradia, as sociedades transformaram estes ecossistemas (tidos como partes da economia global da natureza) em sistemas agroecológicos¹⁷. Ou seja, a retirada da vegetação original e, por conseguinte da fauna nativa, com sua posterior substituição por espécimes comestíveis e exóticos (seja animal ou vegetal), aliada à extração de insumos florestais, significa a transição de uma complexa rede de relações ambientais em um ecossistema domesticado, limitado, na melhor das hipóteses, a algumas dezenas de espécimes.

Considerando o objetivo central deste trabalho o de identificar e analisar os fatores sociais e econômicos que implicaram no processo de ocupação, desflorestamento e produção agrícola no interior fluminense na segunda metade do

¹⁵ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.p. 151

¹⁶ Ibidem. p. 180.

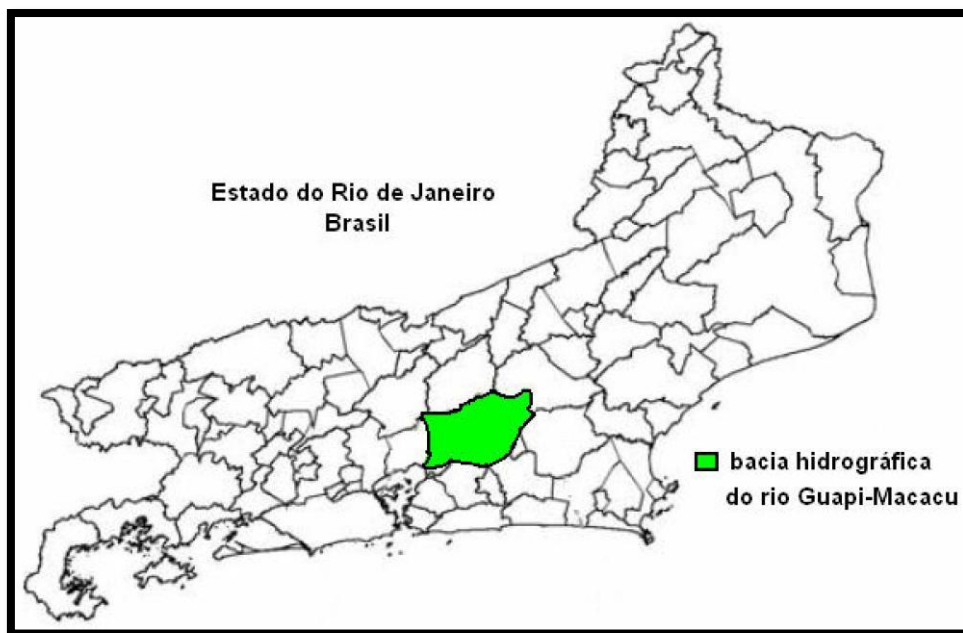
¹⁷ WORSTER, 2002. p. 29.

século XIX, utilizando como foco de análise a microrregião da bacia hidrográfica dos rios Macacu e Guapiaçu, principalmente as freguesias que, mais tarde, corresponderiam aos contornos do Município de Cachoeiras de Macacu. O período pesquisado remete ao processo de desagregação territorial da então Vila de Santo Antônio de Sá, iniciado em finais do século XVIII e encerrado um século mais tarde. Tal período também foi marcado pelo franco desenvolvimento do chamado mercado interno, pelo florescimento das cidades e crescimento da população livre da Colônia/Império. Buscar-se-á, portanto, investigar a relação dos diversos atores sociais envolvidos neste problema, assim como os limites e possibilidades de ação dentro da realidade experimentada.

Entender, portanto, alguns dos aspectos geográficos da região é essencial para um estudo que pretende levar em consideração os traços ambientais, além de elucidar algumas das características que levaram à sua escolha. Por isso as características gerais da geografia natural da região são tão importantes para esse estudo, focalizando nos aspectos mais pertinentes ao entendimento das modificações socioambientais no período estudado. Para fins de esclarecimento, o que chamamos de Vale do Rio Macacu (ou Guapi-Macacu) é, na segunda metade do século XIX, a área correspondente à Vila de Santo Antônio de Sá ou, em termos atuais, os municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, que contemplam a porção nordeste do recôncavo da Guanabara.

Estes municípios são limítrofes e localizam-se numa faixa geográfica muito similar, caracterizada pela transição da Serra do Mar para a Planície Costeira, numa mesorregião denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como *Baixada Litorânea*, situada na porção sul da cadeia montanhosa da Serra do Mar, como podemos visualizar no mapa a seguir.

Mapa I.1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu.



Fonte: PEDREIRA, B. C. C. G.; FIDALGO, E. C. C.; ABREU, M. B. Proposta de legenda para o mapeamento do Uso e Cobertura da Terra na Bacia Hidrográfica do Rio Macacu.

Mapa I.2: Mapa Hidrográfico da Bacia do Macacu.



Fonte: Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ). Disponível em: http://geusoinearj.blogspot.com.br/2011_02_01_archive.html.

Segundo Drummond, o território fluminense pode ser dividido em três ‘províncias topográficas’ básicas: a Planície Costeira (Baixada Fluminense), a Serra do Mar e o Vale do Paraíba. Podemos, facilmente, classificar o Vale dos Rios Guapi-

Macacu como um território perpassado pela Serra de Mar e pelas áreas de Planície Costeira¹⁸.

A *Serra do Mar* é a continuação de uma formação montanhosa que se inicia ao leste de Santa Catarina e que, como indica o nome, segue em toda sua extensão nas bordas do Atlântico. No litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, nas proximidades dos municípios de Paraty e de Angra dos Reis, a proximidade entre a Serra do Mar e o Atlântico é muito grande, onde se observa o encontro da Serra com o mar em grandes penhascos. Mais ao Norte a Serra recua consideravelmente por trás da Baía de Sepetiba e da Baía da Guanabara, formando uma planície entre a face oriental da Serra do Mar e o oceano, trecho que chamaremos de *Planície Costeira*.

O clima dessa região é resultante da combinação de vários fatores: a localização tropical, a proximidade com o oceano Atlântico, além da existência de correntes marinhas que trazem o frio do sul para o norte, influenciadas pelos ventos transversais ao litoral. Com relação à precipitação pluviométrica, a região estudada varia de úmida à super úmida, com variações pluviométricas entre 2.000mm e 3.600mm de chuva por ano¹⁹. As características climáticas descritas acima variam de forma diferenciada em função das extensas e elevadas cadeias montanhosas que cobrem boa parte da região.

As características descritas acima, com grande variação de clima e altitude, conferem a esta região uma particular diversidade biológica, concentrando em uma área relativamente pequena biomas diversos. Destacaremos duas formações modelarmente distintas, apesar de haver uma complexa graduação de relevos e biomas entre elas. A escarpa sul, ou a face oriental da Serra do Mar, apresenta vertentes íngremes com grandes variações de altitude e vales fluviais profundamente encaixados. Suas encostas, quando não são constituídas por paredões rochosos, apresentam-se frequentemente cobertas por depósitos sedimentares ricos em vegetação. Esta área é drenada pelas cabeceiras de diversos rios que seguem para a Baía de Guanabara, com destaque para o Rio Macacu e o Guapiaçu.

Outro domínio considerável é o das baixadas situadas em cotas mais baixas no sopé da escarpa sul, caracterizado por um relevo colinoso de baixa amplitude topográfica. Este domínio é ainda marcado por fundos de vales largos e aplainados, preenchidos por depósitos sedimentares fluviais (planícies de inundação e terraços),

¹⁸ DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997.p. 75

¹⁹ NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 1989.

onde os canais são geralmente meandantes²⁰. Esta região de colinas é drenada pelas bacias do médio e baixo curso dos rios Macacu e Guapiaçu, que seguem para o recôncavo da Baía da Guanabara²¹.

O calor tropical, a precipitação e a umidade favorecem a formação de matas ricas, extensas e densas, com grande diversidade de espécimes vegetais e animais. Estes conjuntos florestais compõem uma formação vegetal muito maior, a qual se denomina de Floresta (ou Mata) Atlântica, ou mais tecnicamente, de Floresta Úmida Tropical e Subtropical da Costa Atlântica. Essa formação florestal chegou a cobrir uma faixa que ia do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, um trecho de aproximadamente 3300km de litoral, penetrando também muitos quilômetros continente a dentro, chegando mesmo ao interior do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais²².

Entendemos, portanto, que haja um rico (e possível) diálogo entre a História Agrária e a História Ambiental. Pretende-se realizar o contato destes campos, e outros mais, em especial a geografia, economia, ciência política e sociologia, a partir do estudo de uma região cuja ocupação humana remonta aos primeiros séculos de colonização portuguesa, caracterizada não pela grande propriedade agroexportadora, mas pelas atividades extrativistas e pela agricultura de alimentos voltada para o mercado interno, e cenário de intensas transformações socioambientais desde finais do século XVIII e que desenrolam através do XIX.

Um dos problemas enfrentados no percurso desta pesquisa foi a dificuldade de encontrar elos com o passado de Santo Antônio de Sá, especialmente sobre sua população livre e pobre, portanto, marginalizada. Diante desta questão, como recurso para obter o máximo de informações possíveis sobre a região, optamos por eleger a mais variada gama de fontes históricas para esta tarefa.

No intuito de dar conta do modelo produtivo e do perfil socioeconômico da Vila, ainda no século XVIII, utilizamos duas fontes principais. As *Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio*²³, datada de 1778 e publicada pela Revista do

²⁰ Rios meandantes são canais sinuosos típicos do ambiente de planície, caracterizado por um canal principal com um padrão meandrante e que migra lateralmente graças aos processos de erosão e disposição

²¹ Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. Plano de Manejo Diretor do Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro, 2007.

²² DEAN, Op. Cit. 1996

²³ Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB**, Tomo 76, Parte I. 1913. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1913t00761c.pdf>.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1913, e a *Discripção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*²⁴, de 1798.

Com a finalidade de recompor o cenário demográfico, com os quantitativos populacionais, assim como com a composição racial e de condição (livres e escravos) utilizaremos o *Mappa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguezias da cidade e província do Rio de Janeiro*, de 1821²⁵; os *Recenseamos Provinciais do Rio de Janeiro*²⁶ de 1840, 1850 e 1856; o *Recenseamento Geral do Império*²⁷ de 1872; e o *Mapa demonstrativo do movimento da população escrava do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1873 a 31 de agosto de 1882*²⁸. Tais fontes garantem a visualização, em um plano de longa duração, dos movimentos demográficos na região analisada.

No que diz respeito à estrutura fundiária, partimos dos Registros Paroquiais de Terras, dos livros 77, 78 e 79, que se referem, respectivamente, às freguesias de Santo Antônio de Sá, São José da Boa Morte e Santíssima Trindade. Tais documentos foram produzidos entre os anos de 1854 e 1866 em resposta ao Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei nº 601 de 1850 (Lei de Terras), eram registros realizados pelos vigários das freguesias e “todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade, ou posse, são obrigados a fazer registrar as terras que possuírem”²⁹. O valor histórico dos documentos em questão nos parece imprescindível, trata-se do registro, em tese, de todos os indivíduos que possuíam propriedade ou posse de terras no Brasil do meado do século XIX.

Quanto as fontes de caráter oficial, estas consistem basicamente das atas de reuniões do legislativo, assim como relatórios e pareceres emitidos pelo executivo (representados aqui principalmente pelos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro³⁰ e pelos Annaes da Assembleia Legislativa Provincial³¹), além dos relatórios

²⁴ Parte do Arquivo Histórico Ultramarino, assim como o documento citado neste artigo, encontrasse digitalizada e está disponível para consulta através do Projeto Resgate do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília, no sítio http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php.

²⁵ *Mappa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguezias da cidade e província do Rio de Janeiro* – 1821. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1870t00331c.pdf>.

²⁶ Os Recenseamentos provinciais do Rio de Janeiro foram publicados como anexo aos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro dos anos de 1841, 1851 e 1858. Todos disponíveis para consulta através do sítio http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

²⁷ O Recenseamento Geral do Império de 1872 está disponíveis para consulta através da Biblioteca Digital do IBGE: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital.htm.

²⁸ Relatório ao Presidente de Província. Mapa demonstrativo do movimento da população escrava do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1873 a 31 de agosto de 1882. 1883. p. 816.

²⁹ Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. Capítulo IX, artigo 91.

³⁰ Disponíveis em http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

³¹ Disponíveis em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

publicados a partir de 1860 com o criação da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas³². Estas fontes são importantes por fornecerem dados preciosos sobre o tratamento dispensado pelo Estado Imperial aos problemas relativos à produção de alimentos e a economia local.

Além disso, também foram analisadas fontes de tipologia diversa, a exemplo das inúmeras narrativas produzidas por viajantes estrangeiros que visitaram a região, entre eles o naturalista alemão Hermann Burmeister³³, muito preocupado, e atento, em registrar a história natural das localidades onde esteve visitando, assim como o relato do suíço, e também naturalista, Johann Jakob Von Tschudi³⁴ e do comerciante inglês John Luccock³⁵. Os relatos de viajantes são fontes interessantes, ao passo que se constituem em textos extremamente contextualizados aos interesses (públicos ou privados) de um período histórico específico. A escolha, a princípio, dos relatos feitos por dois naturalistas e um comerciante não é coincidência, nos preocupa aqui, reconstruir a paisagem natural, seus aspectos econômico-produtivos e a relação dos habitantes com a terra.

De maneira geral, a dissertação lidou com fontes já conhecidas e amplamente utilizadas por pesquisadores, embora pretendamos partir de um enfoque bastante diferenciado, dedicando maior atenção aos aspectos produtivos e às interferências destes no plano ecológico. A partir da análise de toda a documentação, pudemos ter em mãos as bases para traçar um panorama mais completo das relações estabelecidas entre os homens livres pobres e a natureza dentro de uma área de pequena lavoura de subsistência e de produção de alimentos para a Corte Imperial (cidade do Rio de Janeiro).

Para uma melhor compreensão do tema, dividimos esta dissertação em três capítulos, sendo o objetivo do capítulo 1, *“Nas risonhas margens d’este rio”*, realizar uma breve contextualização sobre o processo de ocupação da região do Vale do Macacu, nos entornos da Guanabara. Para tanto, foram abordadas questões relacionadas às estratégias e modelos político-administrativos que orientaram a ocupação; os aspectos ambientais que propiciaram uma colonização precoce em relação às áreas

³²Disponíveis em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

³³BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. Belo Horizonte: Itatiaia. SP: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

³⁴TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista. Vol. V. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

³⁵LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975.

vizinhas; e questões produtivas que configuraram, desde cedo, o Vale do Macacu como região abastecedora, de alimentos e madeiras, para a cidade do Rio de Janeiro.

Levando em conta as transformações ocorridas ao final do século XVIII e decorrer do século XIX, o capítulo 2, denominado “*De Santo Antônio de Sá à Sant’Anna de Macacu*”, buscou relativizar a noção de crise em Santo Antônio de Sá.

Percebemos que esta crise, supostamente generalizada, esteve localizada nas freguesias marginais ao rio Macacu, estas sim, duplamente impactadas. Por um lado pelo que podemos chamar de crise socioambiental, marcada pela incidência de uma febre epidêmica, denominada ‘febre do Macacu’, responsável direta por uma sensível redução demográfica. Tal epidemia motivou ainda a redução da área agricultável no médio/baixo curso do Rio Macacu, cuja formação constante de brejos e miasmas favorecia a reprodução dos mosquitos vetores da peste.

Outro indicador da perda do protagonismo do Macacu foi a transição técnica marcada pela substituição do rio pelo transporte férreo. Fenômeno que veio a agravar a já sentida decadência das localidades ribeirinhas. Por último, a própria mudança de sede e nome da Vila, passando para a antiga Freguesia de Santíssima Trindade, a Vila passa a se chamar Sant’Anna de Macacu. Podemos relacionar a perda de protagonismo político de Santo Antônio de Sá às transformações do Rio Macacu, tanto no que diz respeito à utilidade de seus cursos, quanto a representação mental feita por seus habitantes. Se antes ele era visto como vetor de progresso, cujas águas transportavam as riquezas da terra, no decorrer do século XIX tornou-se obsoleto, do ponto de vista utilitário, com a inauguração do ramal ferroviário Porto das Caixas x Nova Friburgo, e suas águas estigmatizadas pela peste.

No capítulo 3, *Pequenos lavradores pobres e produção de alimentos no Vale do Macacu*, partiremos do cenário enunciado nos capítulos anteriores para entender quais mudanças, do ponto de vista socioambiental, operaram na região após a desestruturação produtiva motivada pelo movimento mais amplo, provincial, de mudança do ‘produto-rei’.

Procuramos, para tanto, fazer um estudo microscópico com a finalidade de observar dados como: estrutura fundiária, quantidade média de cativos por unidade produtiva, informes quantitativos sobre quais os gêneros produzidos e suas respectivas quantidades, assim como os dados referentes à atividade extrativista, corte de madeiras, de importância fundamental para a região.

Com estes dados em mãos, buscamos compreender quais os mecanismos e estratégias adotadas pelos pequenos produtores livres na sua faina cotidiana pela sobrevivência e reprodução do grupo social e da unidade produtiva.

Capítulo 1 – ‘Nas risonhas margens d’este rio’³⁶:

*Os troços de rio entre meandros abriam-se à nossa frente e fechavam-se atrás
de nós, como se a floresta tivesse atravessado paulatinamente
a água para nos barrar o caminho.*

Joseph Conrad

Faz-se necessário realizar, ainda que brevemente, uma pequena contextualização sobre a formação da Vila de Santo Antônio de Sá e a sua inserção no processo de conquista e ocupação das novas terras ‘descobertas’ pelos portugueses no Brasil. Tal processo é de grande relevância para o estudo, ao passo que, as diversas transformações sociais, econômicas e ambientais, expressam-se de maneira mais clara a partir de um recorte de longa duração, onde as transformações presentes no século XIX poderão ser devidamente relacionadas aos seus contextos anteriores.

Para tanto, teremos como ponto de partida a análise crítica das impressões deixadas pelos viajantes estrangeiros e agentes da coroa que aportaram pelos sertões da Guanabara naqueles primeiros séculos de colonização. Porém, entendendo que tais fontes de caráter escrito representavam, para a iletrada sociedade colonial, a expressão de uma elite socioeconômica, personificados aqui pelo olhar científico europeu, pelos agentes da administração colonial e eclesiástica. Vale ressaltar, portanto, a necessidade de uma construção metodológica que possa dar conta de outros olhares e de outras práticas concretas, envolvendo os demais atores sociais que compuseram a sociedade local.

Este capítulo será dividido em três partes, cuja intenção será a de focalizar algumas das dimensões, dentre a miríade de possibilidades, que julgamos pertinentes ao entendimento do processo de ocupação dos entornos da Guanabara, entre os séculos XVI e XVIII.

A dimensão política, representada através dos interesses a Coroa portuguesa, expressos pela estratégia de ocupação, e pelo próprio modelo administrativo, inspirado na prática eclesiástica, do costumeiro padroado. O relevante fator ambiental, representado principalmente pelas facilidades de entrada para o sertão oferecidas pelo rio Macacu, além do seguro caminho de escoamento da produção agrícola e extrativista

³⁶ SOUZA, Augusto Fausto de. **A Bahia do Rio de Janeiro: Sua história e descrição de suas riquezas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C.. 1882. p. 89.

até a Baía de Guanabara. E, por fim, as características produtivas da região, que possibilitaram a precoce ocupação do vale do Macacu, entre as quais a produção de alimentos e a relativa proximidade com o principal mercado (a cidade do Rio de Janeiro), garantiram a rápida povoação por lavradores de mantimentos atraídos pelas férteis terras e pelo transporte barato que os ligava ao principal centro de consumo da capitania.

Todas estas questões são de fundamental importância para entendermos de forma mais completa as dinâmicas socioambientais que operam naquela região e que são responsáveis não apenas por eventuais mudanças nas paisagens (através da degradação e do cultivo), mas também na forma com que o homem se relacionou consigo mesmo, e com os recursos naturais que lhe estavam à disposição.

1.1 - Dinâmicas políticas na ocupação territorial do Vale do Macacu:

A Vila de Santo Antônio de Sá, objeto de nossa investigação, está localizada no recôncavo da baía de Guanabara, mais especificamente na porção nordeste da mesma. Dentro da conformação territorial que possuía na segunda metade do século XIX, poderíamos dividi-la em duas regiões geograficamente distintas. Por um lado, temos uma região de baixada, bastante alagadiça e de clima quente, cuja colonização, bastante antiga, remete ao século XVI (Freguesias de Santo Antônio de Sá e São José da Boa Morte) e, por outro, uma região mais elevada, de relevo serrano, com colonização mais tardia (Freguesia de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu).

Antes de nos atermos ao processo de ocupação do Vale do Macacu, faremos uma pequena introdução a respeito dos mecanismos de ocupação e da própria estrutura administrativa utilizada pela Coroa portuguesa e mantida, em parte, também pelo Império.

Apesar da lamentável dificuldade de acessar os documentos referentes à doação de terras realizadas através das Sesmarias nos primeiros séculos de colonização em terras fluminenses, o pesquisador Maurício de Abreu, através da *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro*³⁷ produzida pelo Monsenhor Pizarro em finais do século XVIII, nos dá importantes informações a respeito da distribuição de Sesmarias e das suas implicações políticas e econômicas.

³⁷ PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro*, extrahida dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico**, vol. 63 (Tomo I). pp. 93-153, 1900.

A utilização da instituição da Sesmaria³⁸ em terras brasileiras indica, ainda, a responsabilidade da Coroa portuguesa em doar terras àqueles pleiteantes que possuíssem as condições necessárias para cultivar a área em questão, além da tarefa de medir e demarcar suas respectivas terras. Ainda que a efetiva fiscalização sobre os donatários, aliada a uma legislação aplicada de modo descontínuo, dispersa em um amplo número de avisos, resoluções administrativas, cartas de doação, forais e textos das Ordenações acabassem por criar uma legislação fragmentada, nem sempre coesa, revogada e reafirmada de tempos em tempos.

Ao produzir uma cartografia histórica da distribuição de Sesmarias pela Coroa nos primeiros anos depois da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Maurício de Abreu³⁹ ressalta o caráter precoce dos esforços de ocupação do litoral da nova capitania, assim como os arredores da Baía de Guanabara, sendo juridicamente apropriados antes mesmo da vitória sobre as resistências indígenas. Nesse sentido, as sesmarias estendiam-se desde a atual Barra da Tijuca até Piratininga, no litoral de Niterói, circundando ainda toda a Baía de Guanabara, abraçando suas ilhas e adentrando pelas suas principais bacias fluviais.

De todo modo, as exigências e tentativas do governo em estabelecer os reais critérios para o cultivo, medição e demarcação das sesmarias foram em vão, tais mecanismos não foram capazes de deter o processo de expansão praticado pelos sesmeiros e por outros agentes sociais. Por tratar-se de um instrumento jurídico ligado diretamente a ocupação e colonização das terras na colônia brasileira, além do incentivo à produção e ao cultivo de produtos agrícolas e extrativistas, a sesmaria acabou por aglutinar categorias sociais estranhas a ela própria. Muitos dos donatários, por exemplo, preferiram arrendar suas terras, ou grandes parcelas delas, a arrendatários que, não raro, as sublocavam a pequenos lavradores. Por outro lado a dificuldade de fiscalização da Coroa de verificar as suas exigências de cultivo e demarcação estimulou também o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele indivíduo que ocupava terras, pretensamente, devolutas ou abandonadas.

³⁸ Ver: RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982. Uma descrição minuciosa dos fundamentos jurídicos e sociais envolvidos na produção da referida lei, bem como para uma discussão acerca das origens e acepções do vocábulo sesmaria encontra-se também em LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4.ed. Brasília: ESAF, 1988, capítulo 1. De acordo com o texto das Ordenações Manuelinas, igualmente reproduzidas nas Ordenações Filipinas, Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casses ou pardieiros, que foram, ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora não são. [Ordenações Manuelinas, livro IV, título 67 e Ordenações Filipinas, livro IV, título 43].

³⁹ ABREU, Mauricio de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. p.214.

Mapa 1.1 - Detalhe da Baía da Guanabara - 1767



Fonte: LEÃO, Manuel Vieira. Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil, 1767. Fundação Biblioteca Nacional.

Na leitura do mapa anterior, temos a região do contorno da Baía de Guanabara, primeira área a receber a atenção para a colonização da capitania de São Sebastião do Rio de Janeiro. O mapa em questão, produzido pelo engenheiro e militar Manuel Vieira Leão, apesar de localizado em um recorte temporal posterior, meados do século XVIII, é a mais antiga carta a representar, com riquezas de detalhes, o litoral e o sertão do Rio de Janeiro.

Observamos, ainda, a não indicação das povoações e vilas no litoral, a não ser aquelas localizadas ao longo do caminho demarcado (traço em vermelho), bem como indica a presença de povoações, capelas e desmatamento (parte branca), tal característica nos é importante por informar as áreas de ocupação e exploração ocorrida nessas localidades. Os morros (em curva de nível) e pontos em marrom compreendem as matas ainda não exploradas pelo colonizador. Assim, podemos dizer que as povoações ao longo do caminho para o interior correspondem ao sertão conhecido e explorado, em oposição ao litoral ocupado mais densamente. O sertão desconhecido e inexplorado é sinalizado por uma extensa faixa de mata fechada, na qual figura o alerta:

“certão ocupado por índios bravos”, como podemos ver no detalhe do mapa 1.2, de Manuel Vieira Leão.

Reafirmando o que dissemos antes, a respeito das sesmarias, é interessante notar como desde os primeiros anos da colonização a grande propriedade, aquelas dos donatários, coexistiu com a pequena e média propriedade, sendo estas últimas àquelas que de fato predominaram no cenário agropastoril fluminense.

Mapa 1.2 - Detalhe dos ‘Sertões do Macacu’ (Região das Minas de Cantagalo) - 1767



Fonte: LEÃO, Manuel Vieira. Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil, 1767. Fundação Biblioteca Nacional.

Ao final do século XVI, pudemos perceber, através da Relação das sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro⁴⁰, que todos os terrenos próximos às desembocaduras dos rios que desaguam na Guanabara estavam oficialmente distribuídos por meio de cartas de sesmarias. A ocupação efetiva dos “Certões ocupados por índios bravos”, porém, só foi realizada nos séculos seguintes, com a entrada de colonos e a submissão dos nativos.

⁴⁰ PIZARRO e ARAUJO. Op. Cit., 1900.

Foi também durante o século XVII que os primeiros povoados edificadas pelos donatários, nas cercanias da Guanabara, começaram a desenvolver-se a ponto de serem elevados às categorias de freguesias e vilas. Nesse contexto, é colocada em prática uma política centralizadora, preocupada em criar mecanismos de controle territorial, com a fundação de freguesias, vilas e cidades, estas teriam a função de reduzir o poder de mando dos sesmeiros dentro das esferas decisórias.

Ao buscar um recorte espacial capaz de orientar nosso trabalho, tendo em vista as indicações de Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva⁴¹, adotamos as freguesias como unidades político-administrativas relativamente hegemônicas e capazes de conciliar o raio de ação dos principais centros produtores de documentação histórica no Brasil oitocentista, o cartório e a igreja.

Por outro lado, as freguesias e vilas encontradas na documentação do século XIX e início do XX não convergem diretamente para a atual divisão administrativa em municípios. O pesquisador, entretanto, não deve prender-se em limites fisiogeográficos e administrativos, dispondo de certa liberdade para operar reduções e ampliações nos recortes analíticos sempre que necessário. Nas palavras de Marc Bloch:

(...) é absurdo aferrar-se a fronteiras administrativas tomadas da vida presente, e não o é muito menos utilizar fronteiras administrativas do passado (...). É necessário que a zona escolhida tenha uma unidade real; não sendo necessário que tenha fronteiras naturais dessas que não existem mais do que na imaginação dos cartógrafos.⁴²

A instituição das freguesias, ou paróquias, que cobriam o Brasil desde o período Colonial perdurou até a República Velha. A persistência desta unidade administrativa é interessante, na medida em que remonta ao período da reconquista ibérica, no século XII, e a estreita relação entre o Estado português e a Igreja Católica, quando as instituições religiosas deram provas de possuir maior resistência em relação às instituições administrativas civis.

No caso do Brasil, especialmente no período Colonial, as instituições eclesiásticas precederam em muito as instituições de natureza civil, tal dado é reafirmado por Fania Fridman⁴³ ao salientar a relação simbiótica do Estado português e

⁴¹ LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, Nº. 15, 1995. p. 17-26.

⁴² BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: A. Colin, 1952. Apud: LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. In: **Estudos Históricos**. Vol. 8, nº 15. Rio de Janeiro, 1995. p. 17-26.

⁴³ FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil imperial. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011.

a Igreja Católica, favorecida pela característica do padroado. Parece evidente que a necessidade da construção de capelas (posteriormente elevadas a paróquias) está intimamente ligada ao crescimento populacional, e constituíram-se em centros aglomeradores onde, em grande parte, ocorria a vida social. Ou seja, centralizavam não apenas os aspectos da vida religiosa, mas também da vida jurídica e econômica. Neste sentido, através da disposição das freguesias é possível situar os pontos de povoamento, assim como as formas de inserção política e econômica destas localidades diante da província.

A colonização efetiva da região que dará origem à Vila de Santo Antônio de Sá inicia-se ainda no século XVI, com a distribuição de sesmarias⁴⁴ nos ‘sertões do Macacu’ que visavam, aparentemente, garantir o domínio e a proteção do território fluminense após a expulsão definitiva dos franceses em 1567 e criar centros produtores de alimentos que possibilitassem o abastecimento da recém-criada cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

No decorrer do século XVII a povoação, ou arraial, de Santo Antônio foi transformado em freguesia, através do alvará de ereção de 10 de fevereiro de 1647⁴⁵ e, posteriormente, “sendo já crescido o numero dos povoadores das terras além do Rio, e assás distantes da Cidade, d’onde não podiam ter prompto o recurso em dependencias ordinárias”⁴⁶ foi elevada a categoria de Vila em 5 de agosto de 1697.

A despeito das freguesias citadas anteriormente, a Vila de Santo Antônio de Sá contava, no primeiro século de sua existência, com um território muito mais abrangente do que aquele que encontramos no século XIX e que aprofundaremos nos capítulos seguintes. Estavam submetidas à administração da Vila as freguesias de São João de Itaborahy, Nossa Senhora da Ajuda de Sarnabetiba e Nossa Senhora do Desterro de Itamby, que mais tarde, em 1833, formariam a Vila de São João de Itaborahy, além da Freguesia de Nossa Senhora do Aguapey-mirim (Guapimirim), anexada à Vila de Magé em 1789⁴⁷. No mapa abaixo podemos visualizar a conformação final da Vila, aqui com

⁴⁴ Entre estas primeiras sesmarias, estão às concedidas a Miguel de Moura e Cristóvão de Barros, em 1567, apenas um ano depois da fundação do Rio de Janeiro e o início da ocupação das terras fluminenses. Tais sesmarias abarcavam, respectivamente, 9.000 braças de largo pelo Rio Macacu e 12.000 braças para o sertão e 6.000 braças de largura por 9.000 de comprimento para o sertão, respectivamente. Áreas que mais tarde conformariam o território da extinta Vila de Santo Antônio de Sá.

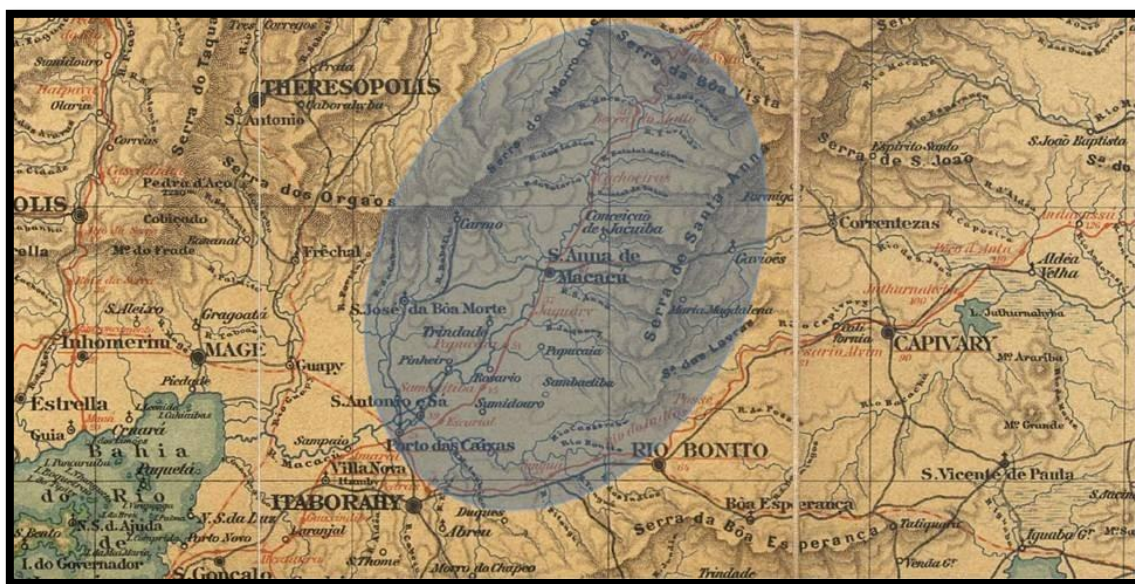
⁴⁵ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. p. 186.

⁴⁶ Idem, 196.

⁴⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Magé na Crise do Escravismo: Sistema agrário e evolução na produção de alimentos (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994 p. 11.

seu nome já alterado para Sant'Anna de Macacu, como aprofundaremos no próximo capítulo,

Mapa 1.3 – Destaque da Vila de Sant'Anna de Macacu - 1892



Fonte: MASSOW, Hilário. Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & Cia., 1892. Fundação Biblioteca Nacional.

Suas terras abrangiam, então, desde a entrada da boca do rio Macacu, abarcando as freguesias de Itamby e Tapocorá⁴⁸, adentrando por todo o ‘sertão sem limites’⁴⁹ através das freguesias de Santo Antonio e Sarnabetiba e para além do sertão, nas encostas da Serra do Mar, nas freguesias de Santíssima Trindade e Nossa Senhora da Ajuda do Aguapey-mirim.

Para além do fato em si, a criação da Freguesia de Santo Antônio do Caceribu e sua posterior elevação ao status de Vila, sob a denominação de Santo Antônio de Sá⁵⁰, representa também a inserção do antigo povoado no campo das ações e efeitos do poder da Coroa portuguesa, responsável pelos rumos da ocupação, exploração e controle das populações e territórios da Colônia. Para tanto, os marcos estabelecidos nos anos de 1647 e 1697 não seriam apenas pontos de partida de uma narrativa centrada nos fatos de natureza burocrática e administrativa, mas relacionam-se diretamente com os anseios político-econômicos da casa dos Bragança e a sua estreita interdependência com aqueles colonos e colonizados que ocuparam o território, construíram o povoado e

⁴⁸ A freguesia de São João de Itaboraity era também conhecida com o nome de Tapocorá.

⁴⁹ PIZARRO E ARAÚJO. Op. Cit., 1820. p. 196.

⁵⁰ A alteração topônimo ‘do Caceribu’ para o posterior ‘de Sá’ deve-se a homenagem prestada ao General Governador Artur de Sá e Menezes, responsável pela ereção da vila.

materializaram-no enquanto local estratégico a ocupação e fixação do domínio português no Recôncavo da Guanabara.

1.2 - Aspectos ambientais da ocupação:

Pensar a história colonial brasileira é, em boa medida, pensar as formas de entrada e efetiva fixação dos colonos no litoral e interior do território. Nesse ponto, é relevante também ter em conta os elementos que favoreceram, ou dificultaram, o processo de ocupação de um determinado território, assim como os aparatos técnicos disponíveis para transpor os possíveis obstáculos criados pela geografia. Numa região onde a navegação fluvial se estabeleceu como principal meio de transporte, esta história deve ser considerada também como a história de seus diferentes rios e afluentes. Esta afirmativa é válida até meados do século XIX, quando outros meios de transporte, com destaque para linha férrea, se estabeleceram como vetores de ocupação no Vale do Macacu e Serra do Mar.

Formada por um ecossistema particular, no qual abundam rios, lagos e pântanos, as terras do Macacu deram ao colonizador tanto as vantagens do deslocamento rápido e seguro pelos inúmeros rios e canais que irrigam todo o território, como exigiu também constantes esforços de adaptação, principalmente em relação às constantes cheias e às áreas pantanosas. Nesse processo, a conquista dos rios e a apropriação de suas rotas constituíram um novo panorama da ocupação das terras.

A bacia do Macacu é uma das protagonistas da história econômica fluminense entre os séculos XVI e XIX, sustentando os interesses mercantilistas europeus, com a sua farta disponibilidade de recursos naturais. A abundância de madeiras em todo o Recôncavo da Guanabara sugeriu o extrativismo no século XVI, principalmente no baixo curso dos rios, onde a navegação era possível e o transporte da mercadoria facilitado. A produção da cana-de-açúcar, iniciada no século XVI, o escoamento do ouro, no século XVIII, proveniente das minas gerais, e a produção de café já no século XIX foram outras importantes atividades sustentadas na bacia.

Como vimos, as terras do Macacu foram, dentre aquelas que se encontravam no sertão, as primeiras a serem distribuídas através de cartas de sesmarias, inicialmente a três donatários: Miguel de Moura, Cristóvão de Barros e Jerônimo Fernandes, dispostos aqui respeitando não apenas a ordem em que receberam a carta de doação de terras, mas também a localização das mesmas, sendo o primeiro aquele cujas terras estavam mais

próximas à Baía de Guanabara e o último, o donatário das terras localizadas na base da Serra do Mar, mais ao sertão⁵¹.

A maneira precoce pela qual as terras do Macacu foram distribuídas por sesmarias, antecipando, inclusive, a vitória definitiva sobre franceses e tamoios, corrobora com a ideia de que estas terras representaram nos primeiros anos de colonização as ‘jóias das terras da Guanabara’⁵². Tal característica atrativa se deve, porém, ao potencial hídrico de seus territórios, e não somente à sua fertilidade, já que esta era de igual (ou mesmo inferior) teor se comparada à de outros sertões.

O Rio Macacu, cuja toponímia, relata Augusto Fausto de Souza⁵³, deriva de ‘*mbocucú*’, tipo de marisco que abunda no lodo, é o mais caudaloso dos tributários da Baía de Guanabara e que por este motivo, afirma Varnhagen, deveria chamar-se Baía do Macacu. Sua nascente localiza-se na Serra dos Órgãos (trecho da Serra do Mar) e, ao correr de serra em serra, já delineava o caminho que os primeiros desbravadores trilham serra acima (onde posteriormente se estabeleceriam as vilas de Nova Friburgo e Cantagallo). Depois de receber as águas do rio Batatal, o Macacu se avoluma e corre no sentido nordeste-sudoeste, banhando as terras onde há muito estavam as fazendas da Conceição, de Sant’Anna e do Carmo, na freguesia de Santíssima Trindade. Mais tarde, em seu médio curso, recebe ainda os volumosos rios Guapiaçu, através de um canal chamado de rio dos Morros, e o Caceribu nas proximidades da sede freguesia de Santo Antônio de Sá e da vila de mesmo nome. Corre, então, por uma extensão de aproximadamente dez léguas com suas sinuosidades, percurso que não ultrapassaria quatro léguas em linha reta, até lançar-se na Baía. Em sua foz formam-se, desde tempos remotos, pequenos bancos de areia, os quais impediam a navegação no período da maré vazante⁵⁴.

⁵¹ Todas estas sesmarias foram doadas nos primeiros anos de colonização entre 1567 e 1569. Ver: PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extrahida dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. **Revista do Instituto Histórico Geográfico**, vol 63 (Tomo I). pp. 93-153, 1900.

⁵² ABREU, Mauricio de. Op. Cit. p. 221.

⁵³ SOUZA, Augusto Fausto de. **A Bahia do Rio de Janeiro: Sua história e descrição de suas riquezas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C.. 1882.

⁵⁴ Optamos aqui por enumerar apenas os afluentes mais caudalosos, a partir das descrições contidas nas obras de FORTE, José Matoso M. “Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá” In Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Tomo XLIV, 1934; CASAL, Manoel Aires. A Corografia Brazílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. e PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. O uso de fontes de época, descrições e mapas, para estabelecer o percurso e os afluentes do Macacu deve-se as inúmeras mudanças de traçados realizadas para retificação do rio visando ressecamento e o saneamento das terras alagadiças (região de São José da Boa Morte), além do represamento para captação de água que ocorreram no segundo quartel do século XX.

Mapa 1.4 – Bacia do Rio Macacu – 1767



Fonte: LEÃO, Manuel Vieira. Baixada da zona do litoral da Bahia do Rio de Janeiro, 1767. Fundação Biblioteca Nacional.

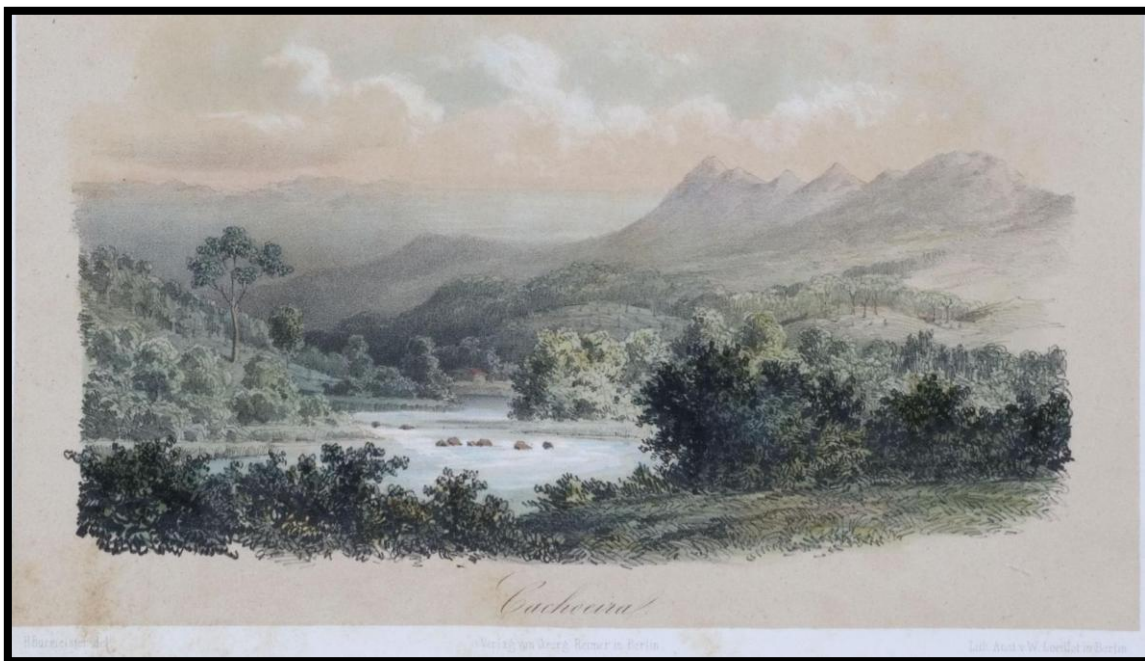
Por exercer, então, o papel de artéria fundamental no escoamento da produção, tanto de açúcar como de gêneros de primeira necessidade, foi através do Macacu que se desenharam as rotas onde o intercâmbio de produtos e pessoas acabaram por criar hábitos, fronteiras e povoados. Pouco a pouco, acompanhando o sinuoso traçado de suas águas e a expansão do comércio, foram criados os primeiros portos, espaços de encontro e conflito.

É sobre a relação destes colonizadores dos primeiros séculos com os rios que trataremos neste tópico. Os rios situados no entorno da baía eram os principais meios de comunicação entre a baixada da Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro “Ao longo de suas margens é que se foram alinhando engenhos e fazendas e por eles é que descia para o Rio de Janeiro a produção”⁵⁵, fora por meio deles que pequenas embarcações transportavam o nobre açúcar, os alimentos essenciais para o abastecimento da crescente cidade (em especial a farinha de mandioca, arroz e feijão) até as madeiras,

⁵⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1945.

sejam sob a forma de taboados para a construção civil e naval, ou reduzidas à forma de lenha e carvão, ambos indispensáveis a vida citadina.

Imagem 1.1 – Rio Macacu (altura da localidade de Cachoeiras)



Fonte: BURMEISTER, H. *Landschaftliche Bilder Brasiliens und Portraits einiger Urvölker*. Berlin: Verlag von George Reimer, 1853.

Nas margens do rio Macacu e de seus afluentes desenvolveram-se várias freguesias e vilas, as mais notáveis são aquelas, já citadas anteriormente, que compunham a Vila de Santo Antônio de Sá, mais tarde desmembrada também na Vila de São João de Itaboraí. Além de muitos portos, como o da Villa Nova, das Caixas, da Olaria, de João Massedo, da Villa de Santo Antônio de Sá, do Vendi, entre muitos outros⁵⁶, que tinham grande importância para o transporte de gêneros, dado estado lastimável das estradas e caminhos.

Sabemos que a área do Recôncavo estava, no século XV, quase que inteiramente coberta pela Mata Atlântica⁵⁷ e suas variações, a mata estava em seu clímax, com dosséis que atingiam os 30 metros de altura (e espécies que superavam os 40 metros, como o jequitibá-rosa). Sua variação topográfica traduzia-se também em diferentes biomas, adaptados as condições de altitude, clima e precipitação.

Encontram-se ainda, na região, biomas do tipo manguezal e brejos. O primeiro tipo bem delimitado na área da foz do Macacu, no encontro do rio com a água salgada

⁵⁶ LAVRADIO, Marquês do. Relatório ao Vice-rei Luís de Vasconcelos (1769-1779). In *Revista do IHGB*. Tomo 76, 1913, p. 289-360.

⁵⁷ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e árvores no ecúmeno colonial: Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Dissertação de Mestrado

da Baía da Guanabara. E o segundo tipo, composto por brejos, alagados e pântanos, que ocupava aproximadamente 5% da área total do Recôncavo⁵⁸, era formado principalmente pelo tipo de relevo nas chamadas ‘baixadas’, aliado à sinuosidade dos rios e pelo alto índice pluviométrico da Serra do Mar, que varia entre 1.800 mm a 2.400 mm anuais.

Este alto índice pluviométrico ocasiona a formação de um grande número de cursos d’água que se dirigem para a Baía atravessando as planícies de baixa declividade e de solo argiloso, impermeável. Durante o período de chuvas, de outubro a março, os rios enchem e suas águas se espriam pela planície, formando grandes charcos. Em certos trechos, a preamar, determinando a penetração do mar pelos estuários até distâncias que alcançam em alguns rios a seis quilômetros, ocasiona a inversão da corrente e a elevação das águas e consequente inundação das margens.

Imagem 1.2 – Manguezal no baixo curso do rio Macacu – APA Guapimirim



Fonte: Centro de Informação da Baía de Guanabara – Instituto Baía de Guanabara, out. 2001.

A partir dos anos 1940 toda essa paisagem é alterada pelas obras de ‘recuperação’ realizadas pelo DNOS⁵⁹ (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), que através de intensas obras de drenagem e retificação do Macacu foram

⁵⁸ CABRAL. Op. Cit. p. 149.

⁵⁹ Ver: FERNANDES, Leonardo Jefferson. O remédio amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense. Seropédica, Dissertação de mestrado em Desenvolvimentos Agrícola/CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

capazes de eliminar os pântanos e restringir os manguezais à região da foz, onde hoje está localizada a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim.

Um olhar mais atento à Mata Atlântica é imprescindível a qualquer estudo que se disponha a incluir uma análise ambiental em seus métodos. Entendendo que a área do atual Estado do Rio de Janeiro era, no século XVI, de 92 a 95% coberta pela Mata Atlântica (que se estende, como informamos antes, por boa parte do litoral brasileiro), podemos intuir que esta formação florestal foi o principal meio físico-geográfico utilizado por portugueses e brasileiros durante os séculos de colonização.

A floresta proporcionou ao homem, portanto, não só os meios objetivos de trabalho e produção, mas sua própria localização. Para viver na floresta o colonizador precisou removê-la. Apropriou-se, porém, de outras formas. Quando removida, a floresta serviu não apenas de localização física para a morada, mas como unidade produtiva, seja através de sua fértil terra a ser cultivada, seja através da exploração de suas madeiras, animais e demais recursos.

Para além da simplicidade inerente a uma visão puramente dualista criada cientificamente no bojo das ciências humanas, com relativo destaque à História, que pretendia representar as relações entre homens e natureza como algo polarizado e dicotômico, percebemos a natureza como ativo necessário para o entendimento das relações sociais que se desdobram na interação destes organismos.

1.3 - O cultivo de mantimentos e exploração de madeiras no Vale do Rio Macacu:

Há, no Brasil, uma tradição historiográfica preocupada em enfatizar o caráter monocultor da colônia e a relação de submissão à classe dominante metropolitana como uma razão de ser desde os primeiros anos de colonização. Por conta desta tradição, a história da agricultura de alimentos tem sido frequentemente omitida ou, quando citada, apenas para reafirmar o seu caráter arcaico e o limitado papel que desempenhou no conjunto da economia colonial brasileira, como indica Yedda Linhares:

Ora, nada mais defasado do que a manutenção dessa visão plantacionista, marca persistente e conservadora da historiografia brasileira. Os trabalhos, como os já mencionados de Stuart Schwartz bem como os que se desenvolveram na linha da pesquisa agrária no Rio de Janeiro, nos últimos quinze anos, tiveram por objetivo revelar a “face oculta da lua” ao enfatizarem os aspectos da pequena lavoura, voltada para a

produção de alimentos - inclusive a pecuária - e a caracterização dos sistemas agrários, suas mudanças e seus limites no tempo.⁶⁰

Vários foram os papéis da agricultura de alimentos no processo de colonização do Brasil. Entre eles, destaca Linhares (1995), o de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a e, ainda, a função de organizar, sob o regime familiar, as unidades produtivas responsáveis por gerar excedentes agrícolas direcionados ao atendimento dos crescentes núcleos urbanos⁶¹.

O setor de abastecimento não se caracteriza por uma oposição à grande propriedade exportadora, ao contrário, estes dois modelos são complementares, e harmonizam-se. Fazendo uso de formas não assalariadas de produção, as pequenas propriedades eram capazes de suprir as demandas urbanas, além de fornecer víveres a baixos preços à grande propriedade monocultora.

Durante todo o processo de ocupação do Vale do Macacu, além das fazendas de produção de cana-de-açúcar e de café, estas últimas em menor quantidade, um grande número de posses e outras situações foram constituídas nesta região. A partir das informações concedidas por fontes, como a *Discripção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, o *relatório do Marquês do Lavradio*, além de relatos de viajantes que passaram pelas serras fluminenses nos séculos XVIII e XIX, percebemos a existência, naqueles sertões, de um grande número de trabalhadores mestiços, pobres e livres situados entre os dois extremos da pirâmide social brasileira.

Numa outra perspectiva historiográfica, João Fragoso, em *Homens de Grossa Aventura*, afirma haver um verdadeiro “mosaico de formas não capitalistas de produção”⁶² no cenário agro fluminense entre os últimos anos do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Captando a convivência entre unidades tipicamente escravistas (com plantéis acima de 20 escravos, na maior parte das vezes) e pequenas unidades familiares, onde o trabalho escravo, quando existente, servia como complemento à força de trabalho familiar (geralmente com menos de cinco escravos em idade produtiva). É possível, ainda, que a produção de alimentos nessas pequenas unidades produtivas não estivesse restrita apenas ao consumo doméstico, ou como

⁶⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII). In: **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995. p.4.

⁶¹ Idem, p.4.

⁶² FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.p. 103.

cultura acessória à plantation, mas inseriam-se diretamente ao consumo urbano, o próprio crescimento da cidade do Rio de Janeiro criou, entre outras coisas, uma nova demanda por gêneros alimentícios.

Francisco Carlos Teixeira da Silva afirma o aspecto produtivo característico do Recôncavo da Guanabara, voltado para produção e comércio de gêneros alimentícios, diferenciando da dinâmica adotada na produção de alimentos no litoral norte do Rio de Janeiro:

As maiores freguesias produtoras de alimentos, de toda a capitania eram as de Cabo Frio, Campos, Santíssima Trindade, Itaboraí e Jacutinga, com amplo predomínio do cultivo da mandioca e o fabrico de farinha. Porém, por todas as informações que possuímos, a produção de Cabo Frio e de Campos estava voltada para o seu próprio abastecimento, em particular do seu vasto hinterland açucareiro, e não desempenhava nenhum papel de monta no abastecimento do Rio de Janeiro.⁶³

Ao buscar fontes que indiquem traços do caráter produtivo da Vila de Santo Antônio de Sá, chegamos a conclusões próximas das indicadas por Silva (1990), a exemplo do Relatório do Marquês de Lavradio. Este relatório é particularmente interessante e se distingue por abarcar uma maior variedade de informações: as características geográficas como rios, relevos, profundidade dos portos, o caráter das pessoas, a situação das fortalezas e das tropas, o balanço das principais ocorrências do governo, etc. tratando amplamente e de forma bem articulada diversos conteúdos. Eles foram produzidos prioritariamente para dar ciência a seu sucessor das condições da colônia, com o intuito de facilitar o início de sua administração, como atesta o próprio Marquês do Lavradio. O Relatório apresenta ainda a produção discriminada das freguesias que compõem a vila⁶⁴, assim como um pequeno resumo sobre o estado em que se encontra a região, seus portos, meios de transporte e população, no ano de 1778, onde constam as seguintes informações:

⁶³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)**. (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990, p.166-167.

⁶⁴ Apesar de, ao final do século XVIII, a Vila de Santo Antônio de Sá possuir um número bem mais expressivo de freguesias, nos limitaremos aqui àquelas que permanecem no termo da Vila na maior parte do século seguinte.

Tabela 1.1 – Produção Agrícola - Santo Antônio de Sá - 1778⁶⁵

Freguesia	Açúcar	Aguardente	Farinha	Feijão	Milho	Arroz
Santíssima Trindade	26 caixas	15 pipas	28.000 alqueires	2.200 alqueires	1.700 alqueires	3.500 alqueires
St. Antônio de Sá	90 caixas	65 pipas	10.000 alqueires	400 alqueires	500 alqueires	3.000 alqueires

Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I. 1913.

Tabela 1.2 – Districtos produtores de Madeira – 1778⁶⁶

Vila	Tábuas	Falquejo	Lenha	Carvão
Santo Antônio de Sá	1500 dúzias	150 dúzias	300 barcos*	40 barcos*
Campos dos Goitacazes	860 dúzias	-	-	-
Angra dos Reis	800 dúzias	-	-	-
Cabo Frio	560 dúzias	-	-	-

Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I. 1913

Depreende-se a partir da leitura dos dados que, apesar de preponderância historiográfica em relação aos ‘produtos-rei’, o açúcar e a produção de cana estiveram, dentro do cenário produtivo do Vale do Macacu, em segundo plano, sendo a produção de alimentos e madeiras as maiores atividades relacionadas. Com destaque especial à produção de madeiras e taboados, sendo esta vila a maior produtora da capitania do Rio de Janeiro, seguida por Campos dos Goitacazes e Angra dos Reis. Características estas

⁶⁵ Mantivemos aqui a unidade de medida mencionada na fonte, o alqueire era a antiga unidade de medida utilizada para secos, cereais em especial, sua conversão mais usual para o sistema métrico é através de litros. Cada alqueire equivale a 36,27 litros. Ver: ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **Por uma nova arithmethica: O sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas**. Tese de Doutorado (em Educação Matemática). PUC/SP. São Paulo: 2007. p.313.

⁶⁶ Para os dados referentes à extração e comércio de madeiras, o Relatório não discrimina a freguesias produtora, mencionando a cifra completa para a freguesia de St. Antônio de Sá.

* O Relatório do Marques de Lavradio utiliza uma unidade de medida pouco convencional para descrever a produção de lenha e carvão, mencionando a quantidade de barcos do produto que deixaram os portos da Vila.

que se repetem, em maior ou menor proporção, em toda região que circunda a Guanabara.

Outra importante fonte para o final do século XVIII é a *Discripção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*⁶⁷, documento datado do ano de 1797, que apresenta de forma bastante minuciosa um inventário da produção agrícola da região, assim como todos os bens existentes nas propriedades, incluindo escravos, ferramentas e animais.

A terra do Districto de Macacu na maior parte bastante fértil, principalmente as que são mais próximas ás Caxoeiras de todos os Rios já mencionados e o seo Clima temperado p^a a produção das Plantas de donde tirão os Lavradores grandes vantagens nas Colheitas q. fazem das suas Lavouras, sendo as principaes a Cana, o Arroz, o Milho, o Feijão e a Mandioca, q. são os gêneros em q. elles mais se empregão e em q. tem formado os seus estabelecimentos.⁶⁸

Não obstante, os moradores daquelas paragens ocupavam-se também de outras atividades que garantiam sua subsistência e inserção no circuito mercantil fluminense, principalmente com a criação de pequenos animais para corte, leite e ovos e a atividade extrativista representada pela extração de madeiras, como dito antes, na forma de tábuas, falquejos, lenha e carvão. Como descreve Monsenhor Pizarro:

A maior parte dos habitantes d'este districto se exercita na lavoura de cana para assucar, trabalhada em quinze fabricas, e para aguardente em duas engenhocas; na mandioca para farinha, milho feijão e arroz, entretanto que outros se applicam pelos matos ao trato de madeiras de falquejo, e de serra, e ao commercio de lenha, e de carvão, cujos effeitos fazem o todo de 210:576\$000 rés, em cálculo.⁶⁹

Apesar de haver um número bem mais expressivo de fontes relatando as características econômicas da Vila de Santo Antônio de Sá para os séculos XVIII e XIX, podemos afirmar, como o fez Maurício de Abreu, que:

Tudo leva a crer que, para os primeiros governadores da capitania, era preciso incentivar os colonos a estabelecer logo os engenhos que enriqueciam a terra, razão pela qual se procurou, desde cedo, em garantir àqueles que tinham recursos não apenas as madeiras e lenhas de que necessitavam como também as águas dos rios e lagoas. O progredir do povoamento, como veremos, revelou quão verdadeiro foi essa percepção da importância dos recursos hídricos para a produção canavieira, mas não transformaram o Macacu, como originalmente se pensou, no grande vale açucareiro da capitania. Os engenhos, na verdade, se espelharam por todo Recôncavo da Guanabara, e o

⁶⁷ Documento extraído do Centro de Memória Digital/Universidade Brasília - Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, cx. 161 doc. 12071.

⁶⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, cx. 161 doc. 12071.

⁶⁹ PIZARRO E ARAÚJO. Op. Cit., 1820. p. 194.

Macacu se notabilizou muito mais pela produção de mandioca do que pela cana.⁷⁰

Desse modo, do século XVII em diante, quando foi efetivada a ocupação e colonização do Vale do Macacu, esta região se constituiu como importante polo na produção de gêneros alimentícios e madeiras, imensamente beneficiado pelo potencial de transportes oferecido por seus rios, com destaque à produção de farinha de mandioca, feijão e arroz.

⁷⁰ ABREU. Op. Cit. p. 222.

Capítulo 2 – De Santo Antônio de Sá à Sant’Anna de Macacu:

*O rio, malgrado seus mil rostos, recebe um destino único;
sua fonte tem a responsabilidade e o mérito de todo o curso.*

Gaston Bachelard

Este capítulo versará sobre o período de intensas transformações na Vila de Santo Antônio de Sá. O processo de fragmentação territorial (e política) de Santo Antônio de Sá, cujo início remonta à última década do século XVIII e percorre boa parte do século XIX até estabilizar-se no ano de 1877. O fio de condutor que nos guiará no trajeto que pretendemos percorrer será um olhar mais apurado sobre as relações que se estabelecem no cenário descrito, pelos autores mais tradicionais, como de crise econômica e política na região.

Não podemos negar a existência de um fenômeno de fundo, comum a toda região do Recôncavo da Guanabara, caracterizado pela migração da cultura do café em direção ao Vale do Paraíba e pela gradual extinção do trabalho cativo, principalmente através da proibição da entrada de novos escravos oriundos da África. Estes dois fatores influíram diretamente no processo de fuga de capitais e mão-de-obra das tradicionais lavouras de abastecimento do Recôncavo da Guanabara para a crescente cultura cafeeira no Vale do Paraíba.

Para além deste fenômeno, outros eventos concorreram para o suposto cenário de decadência da Vila de Santo Antônio de Sá. Podemos falar de uma possível crise socioambiental, a ocorrência de uma febre epidêmica denominada ‘febre do Macacu’, responsável direta por uma sensível baixa demográfica. Tal epidemia motivou também a redução da área agricultável no baixo/médio curso do Rio Macacu, cuja formação constante de brejos (e *miasmas*) favorecia a reprodução dos mosquitos vetores da peste.

Outro indicador das mudanças em curso na Vila de Santo Antônio reside na própria mudança de sede e nome. Passando para a antiga Freguesia de Santíssima Trindade, a Vila passa a se chamar Sant’Anna de Macacu. Podemos relacionar a perda de protagonismo político de Santo Antônio de Sá às transformações ocorridas no Rio Macacu, tanto no que diz respeito à utilidade de seu curso, quanto à representação mental feita por seus habitantes. Se antes ele era visto como vetor de progresso, cujas águas transportavam as riquezas da terra, no decorrer do século XIX tornou-se obsoleto,

do ponto de vista utilitário, com a inauguração do ramal ferroviário Porto das Caixas x Nova Friburgo, e suas águas estigmatizadas pela peste.

Tendo como ponto de partida os temas elencados acima, e como foco a fragmentação territorial de Santo Antônio de Sá, buscaremos relativizar a afirmação de que havia uma crise generalizada na região, acionando a hipótese de que a inegável crise que se apresenta não foi, de maneira alguma, homogênea. Sua área de atuação, seu epicentro, estava localizada justamente nas freguesias cujo desenvolvimento atrelou-se diretamente à existência dos cursos d'água, atingindo de maneira pouco eficaz, ou isentando, as freguesias mais afastadas dos principais rios.

2.1 - Considerações sobre as noções de crise e decadência na economia brasileira.

Uma questão fundamental permeia o tema que pretendemos abordar neste capítulo, a problema do uso dos termos 'crise' e 'decadência' nos trabalhos de história e, por conseguinte, o próprio modelo explicativo da economia brasileira na historiografia clássica e recente. A ênfase dada ao setor de exportação no conjunto da economia brasileira foi, durante muito tempo, o principal dilema encarado pela historiografia nacional. Nesse sentido, importa-nos repensar o peso dado a este setor econômico e a ideia de que a decadência de um determinado produto no mercado mundial se desdobra em uma crise de todo o sistema econômico.

Foi precisamente Roberto Simonsen⁷¹ quem introduziu na história da economia brasileira a noção de *ciclos*, cada qual caracterizado através do predomínio de um determinado produto de exportação em destaque, o *produto-rei*. Os principais ciclos defendidos pelo autor são: o ciclo do pau-brasil, que tinha por sustentáculo o trabalho indígena baseado no escambo; o ciclo do açúcar, que se assentava na grande propriedade de terras e trabalho escravo; o ciclo da mineração e do café, ambos de matriz escravista. Estes ciclos compreendem as fases do estabelecimento, apogeu e declínio econômico de várias regiões que constituem a sociedade colonial. A noção de decadência de um ciclo e início de outro perdurou por longos anos e ainda hoje se mantém com certa vivacidade. A sobreposição de ciclos econômicos (açúcar, ouro e café), assim como destacaram Yedda Linhares e Teixeira da Silva⁷², acabou por

⁷¹ SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1978.

⁷² LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

subestimar diversos outros setores da economia brasileira. Regiões inteiras, que não estavam inseridas no modelo agroexportador ou onde este mesmo setor estava passando por uma ‘crise’, ficaram assim obscurecidas pela exagerada importância dada à produção agroexportadora.

Mesmo na bibliografia marxista, a exemplo da obra *Formação do Brasil Contemporâneo*⁷³ de Caio Prado Jr., a colônia brasileira é apresentada a partir de suas relações de submissão à economia metropolitana. Todo nosso modelo econômico estaria, portanto, estruturado a partir de um único sentido, a transferência dos lucros obtidos através das culturas agroexportadoras e do trabalho escravo para Portugal, este era o *sentido da colonização*. A partir desta interpretação, Prado Jr. estabeleceu que o sistema colonial possuía uma economia essencialmente agroexportadora e que a produção interna de alimentos estaria vinculada (e submetida) ao comércio internacional de produtos tropicais. Assim, fora atribuído um baixo dinamismo ao mercado interno.

O trabalho de Caio Prado Júnior fincou profundas raízes na historiografia nacional. Ao romper com as teorias cíclicas, o autor buscava resgatar os fundamentos estruturais da História Econômica brasileira. Estruturas estas que ultrapassariam em muito a simples sucessão conjuntural de produtos hegemônicos, como afirma o autor: “todo povo tem sua evolução, vista à distância, um sentido da colonização. Uma linha mestra ininterrupta de acontecimentos que sucedem em ordem rigorosa sempre numa determinada orientação”⁷⁴

Trilhando caminho similar, Celso Furtado⁷⁵ reafirma, enquanto característica básica da economia colonial brasileira, a tendência a se organizar em função do mercado externo, lançando mão do latifúndio exportador alicerçado no trabalho escravo como principal forma de ocupação produtiva, entendendo o mercado interno e a produção para a subsistência como limitados ao consumo, sem o incremento de uma rede comercial. Tanto Caio Prado Jr. quanto Celso Furtado, não excluem a possibilidade de existência de um mercado interno ou de atividades produtivas ocorrendo em paralelo à grande lavoura exportadora, porém, atribuem-lhe uma baixa complexidade, identificando-os como formas rudimentares e de autoconsumo.

Ao cunhar o conceito de Antigo Sistema Colonial, Fernando Novais transfere parte da importância depositada na grande lavoura para o mercado atlântico de escravos, compreendendo-o como de vital importância para entender o processo de acumulação

⁷³ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁷⁴ Ibidem. p. 19.

⁷⁵ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 19ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

primitiva de capitais capaz de financiar, inclusive, os avanços industriais que veremos no século XVIII.

De certa forma, as obras destes autores são complementares, principalmente no que diz respeito à relação entre a economia colonial brasileira e o seu contato com a economia europeia, em particular a portuguesa. Desde Caio Prado Jr. estes autores já vislumbravam a existência de um sentido para a colonização, especialmente marcado pelo fluxo de matérias-primas tropicais e produtos europeus através do Atlântico, onde a instituição do exclusivo colonial tornava a produção econômica da colônia dependente dos mercados metropolitanos.

Não é possível, porém, descartar a validade destes modelos teóricos, ao passo que foram eles os primeiros a delinear alguns dos princípios básicos da estrutura econômica colonial. Uma série de conceitos derivou de suas abordagens, a noção de exclusivo metropolitano e pacto colonial, por exemplo, serviram como vias explicativas para entender o processo pelo qual as metrópoles se valeram para subjugar seus domínios territoriais.

A partir dos anos 1970, porém, alguns autores, como Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, buscaram repensar a excessiva ênfase dada à dependência da economia colonial em relação às suas metrópoles europeias. No âmbito das discussões marxistas surge o conceito de Modo de Produção Escravista Colonial, demonstrando uma maior preocupação desses autores em entender a lógica econômica da estrutura colonial a partir de suas características internas.

Estava aberto o espaço para a discussão e formulação conceitual sobre a formação econômica escravista colonial. Detalhada mais tarde por Jacob Gorender⁷⁶, a proposição baseara-se na utilização estrutural da mão-de-obra escrava para a reprodução da economia colonial.

Ciro Cardoso⁷⁷ indicou a existência de dois setores agrícolas distintos no interior da colônia: um monocultor, voltado para a exportação; outro diversificado, destinado ao mercado interno, responsável pela alimentação e abastecimento da população residente na colônia. A ideia da grande lavoura voltada exclusivamente para a exportação passa a receber suas primeiras críticas. Porém, será Gorender o autor responsável por fazer uma caracterização mais profunda do Modo de Produção Escravista Colonial. Sua discordância com Ciro Cardoso será responsável por mobilizar uma intensa discussão

⁷⁶ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo. Ática. 1980.

⁷⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês**. São Paulo. Brasiliense: 1987.

historiográfica. Gorender, assim como Ciro Cardoso, admitirá o acúmulo de capitais no interior da própria colônia (acumulação endógena), mas acaba atribuindo uma importância menor ao mercado interno.

Com relação às *plantations*, Gorender percebeu que, apesar da hiperespecialização e de sua ênfase na produção para o mercado externo, havia ali espaços voltados para a produção de alimentos direcionados ao consumo interno.

Sem dúvidas, a *plantation* é um modelo que se caracterizou por privilegiar as relações entre a produção e as demandas do mercado externo. Nesse sentido, popularizou-se uma visão de *plantation* a partir das informações fornecidas pela leitura da obra *Cultura e Opulência no Brasil (1711)*, de Antonil. Nesse trabalho, o jesuíta descreve os engenhos como grandes empreendimentos escravistas possuidores de escravarias que chegavam à cifra de algumas centenas de escravos. Houve uma generalização das informações dadas por Antonil, e a formulação de um ideário do que seria um engenho escravista, ou uma unidade agroexportadora, sem que outras fontes fossem consultadas e confrontadas.

Hoje, porém, sabemos que a descrição de engenho realizada por Antonil é totalmente atípica, a noção clássica de engenho, assim como de *plantation*, sofreu grandes transformações e não resistiram às evidências documentais. Como pode ser claramente percebido, esses dois conceitos (*plantation* e engenho), originalmente foram pensados a partir de uma lógica externa. Eles estavam diretamente ligados ao comércio ultramarino e à transferência dos capitais à metrópole. Porém, a partir de uma problematização, ambos nos ajudam a compreender as especificidades internas das colônias.

Foi ainda Ciro Cardoso, a partir de sua crítica ao modelo da grande lavoura, que ampliou nossa percepção sobre o escravo e as suas possibilidades de mobilização no mundo colonial, principalmente a partir da chamada *Brecha Camponesa*. No interior de uma sociedade extremamente polarizada entre senhores e escravos se desvenda a possibilidade de uma nova forma de sociabilidade e reprodução social, através do protocampesinato negro. O protocampesinato seria, de maneira bastante superficial, a situação na qual o escravo trabalha em uma posição de relativa autonomia, condição esta que, em diversos momentos lembra o modo de vida camponês, principalmente pela autonomia diante da escolha dos gêneros a serem plantados e na escolha dos mercados para onde os excedentes seriam encaminhados.

Não obstante, Jacob Gorender opõe-se à utilização do conceito de brecha camponesa cunhado por Ciro Cardoso, insistindo no aspecto secundário da produção de alimentos e do seu mercado diante da hegemonia da produção voltada para o comércio externo. Deste modo, a produção e o comércio de produtos realizados pelos escravos estariam diretamente ligados às necessidades da lavoura agroexportadora, relegados à sazonalidade, cuja possibilidade de se realizar sujeitava-se aos momentos em que a empresa do grande produto não demandasse muitos braços.

Importante salientar que ambas as pesquisas, tanto de Cardoso, quanto de Gorender, possuem grande atualidade e ressonância entre os trabalhos posteriores que buscaram defender ou questionar o vigor do mercado interno. É nesse sentido que se orienta a pesquisa histórica das últimas décadas, entendendo que na economia colonial (ou mesmo imperial) havia um substancial setor econômico orientado para o mercado interno, constituído, às vésperas da independência, de um verdadeiro “mosaico de formas não capitalistas de produção”⁷⁸.

Estavam presentes no cenário agropastoril fluminense, desde grandes fazendas escravistas até as pequenas unidades camponesas (às quais estava facultado o uso do trabalho escravo como complemento da mão-de-obra familiar), além do costumeiro uso do trabalho livre não assalariado. Cada unidade de produção podia inserir-se no mercado através de várias entradas, produzindo ora para a autossubsistência, ora para o mercado interno ou para a exportação. No caso do Recôncavo da Guanabara, deparamo-nos com fazendas produzindo açúcar e café para o mercado externo e alimentos para a sua autossubsistência, assim como pequenas unidades camponesas onde predominavam as lavouras de alimentos, especialmente a mandioca e o milho, tradicionalmente vinculados ao mercado interno e à autossubsistência. Muitas outras obras produzidas nesta seara tentaram quantificar os aspectos mais específicos do mercado interno e a sua relação com a economia colonial e imperial. A discussão sobre o lugar da agricultura de alimentos no conjunto da economia colonial não foi, porém, uma novidade introduzida por estes autores da década de 1980.

Na verdade, pesquisas nessa temática podem ser encontradas bem antes da década de 1970. Em inícios dos anos 1950, Mafalda Zemella produzia um dos primeiros trabalhos sistemáticos, de cunho histórico, a respeito do abastecimento, o livro *O*

⁷⁸FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p.144.

*Abastecimento na Capitania de Minas Gerais no século XVIII*⁷⁹, defendido como tese de doutorado no ano de 1951. A partir de forte base documental, a historiadora demonstra como o comércio e a produção de abastecimento detinha uma importância bem maior do que aquela que havia sido delegada pela historiografia até então. Demonstra como a crescente produção de ouro e diamante na província de Minas Gerais foi responsável pelo ‘aquecimento’ do mercado interno de abastecimento, incrementando a produção de outras capitanias, em especial: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, além de outras regiões do Nordeste.

Outro caminho explicativo extraído da obra de Zemella é a ascensão do Rio de Janeiro, durante o século XVIII como principal fornecedor de víveres à região das Minas Gerais, além de funcionar como o porto oficial para a entrada de produtos e o escoamento da produção aurífera, através da abertura do Caminho Novo.

É importante notar também que o deslocamento do eixo comercial do Nordeste açucareiro para Centro-Sul se dá em consonância com o incremento do poder econômico e político alcançado pelo Rio de Janeiro no decorrer do século XVIII, ultrapassando Salvador e tornando-se central para a nova configuração econômica da Colônia.

Uma possível crítica ao trabalho de Mafalda Zemella, totalmente compreensível ao se considerar que o livro em questão foi defendido no formato de tese há mais de 60 anos, é o caráter tradicional da obra. Boa parte dos caminhos explicativos tomados pela autora se concentram em questões técnicas, onde as constantes crises alimentares residem em uma estreita relação causal com um pequeno número de variáveis: o afastamento da região das Minas dos tradicionais centros produtores, a inexistência de uma sólida tradição comercial no interior do Brasil, a precariedade das estradas e vias de comunicação no interior do país, a pequena produção de alimentos na região das Minas Gerais, a escassez de moedas⁸⁰, etc.

Foi, porém, no decorrer dos anos 1970/80 que duas escolas se destacaram no estudo do mercado interno e na produção de abastecimento como elementos importantes para o entendimento mais profundo da economia brasileira.

Formula-se na Universidade de São Paulo, em torno das orientações realizadas por Sérgio Buarque de Hollanda, um produtivo grupo de estudiosos sobre o abastecimento e seus desdobramentos mais comuns. Entre os escritos mais

⁷⁹ ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁸⁰ Ibidem. p. 192.

proeminentes deste grupo estão os relacionados diretamente à primeira metade do século XIX, especialmente aqueles preocupados em estabelecer o lugar de direito dos negociantes internos na política nacional, dando novos contornos ao processo de Independência.

O artigo ‘*A Interiorização da Metrópole*’⁸¹, de Maria Odila Dias, publicado originalmente em 1972 como um capítulo no livro comemorativo dos 150 anos da Independência: ‘1822: Dimensões’, de Carlos Guilherme Mota, inicia as discussões sobre abastecimento e produção agrícola voltada para o mercado interno. Este pequeno artigo introduz as principais preocupações do grupo: a análise dos processos que se dão nas primeiras décadas do século XIX, principalmente entre a chegada da Corte em 1808 e o processo de Independência em 1822. Segundo Dias, o principal neste processo é que a separação política da metrópole não fora concomitante à consolidação da unidade nacional, em 1850, muito menos fora marcado por algum tipo de movimento nacionalista ou revolucionário de libertação:

O principal dos quais é a continuidade do processo de transição da colônia para o império. Ressalte-se em seguida o fato de a ‘Independência’, isto é, o processo de separação política da metrópole (1822) não ter coincidido com o da consolidação nacional (1840-1850), nem ter sido marcada por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário.⁸²

Maria Odila Dias chama atenção para duas situações comuns no Brasil joanino que auxiliam no entendimento da ruptura política de 1822: a ‘interiorização da metrópole’ no centro-sul da até então colônia portuguesa e o enraizamento dos interesses mercantis portugueses na praça comercial do Rio de Janeiro.

Influenciados pela orientação de Maria Odila Dias, dois trabalhos são especialmente caros à nossa análise, são as dissertações de mestrado de Alcir Lenharo, ‘*Política e negócios: um estudo sobre o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro*’ (publicado posteriormente sob o título de ‘*As Tropas da Moderação*’) e de Riva Gorenstein, ‘*O enraizamento dos interesses mercantis portugueses no centro-sul do Brasil (1808-1822)*’, defendidas respectivamente nos anos de 1977 e 1978.

⁸¹ DIAS, Maria Odila da Silva. “*A interiorização da metrópole (1808-1853)*”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 160-184.

⁸² Ibidem, p. 160.

Alcir Lenharo parte da crítica realizada a Roberto Simonsen e Celso Furtado⁸³, sobre haver uma espécie de hiato produtivo no Brasil entre o período de decadência da produção aurífera e a emergência da produção agroexportadora do café no sudeste. Contestando estas teses, Lenharo afirma que a produção para o abastecimento interno, em especial da Corte (a partir de 1808), tornou-se uma atividade importantíssima para a economia brasileira. Para tanto o autor indica que havia três formas mais comuns de comércio de abastecimento: a externa, a interna terrestre e a interna por navegação de cabotagem⁸⁴.

Dedica-se principalmente ao comércio interno terrestre, praticado pelas tropas de mulas nas estradas que ligavam o interior de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Percebemos aqui uma inversão do fluxo descrito por Zemella, quando no auge da produção de ouro nas Minas Gerais, o comércio de alimentos era transportado no sentido Rio-Minas, equação que se inverte com o incremento urbano no Rio de Janeiro e com as modificações produtivas na região das Gerais.

Lenharo defende a impossibilidade de se pensar em um esvaziamento produtivo no período entre os ‘ciclos’ do ouro e do café⁸⁵, indicando que a atividade de abastecimento gerou um mercado pujante, capaz de garantir a ascensão social e política de grupos mineiros ligados à produção e comércio de alimentos. Entre as medidas que deixam claras as possibilidades políticas do grupo em questão estão aquelas ligadas aos benefícios obtidos por estes indivíduos: a melhoria das estradas, isenção de serviço militar para os tropeiros, proibição de estrangeiros no comércio de cabotagem, etc.

O estudo de Riva Gorenstein⁸⁶, apesar de não tratar especificamente do binômio produção/comércio de abastecimento, conforma uma espécie de síntese com o trabalho de Lenharo, ambos produzidos na mesma época e sob a orientação de Maria Odila Dias. A autora trabalha com o *modus operandi* e o *modus vivendi* dos negociantes de grosso trato, mostrando as suas interferências no comércio de abastecimento (de cabotagem e terrestre), no tráfico de escravos e no próprio setor financeiro.

Conclui afirmando que a integração do Brasil no mercado mundial possibilitou a internalização do fluxo de renda gerado na colônia e para a entrada de capitais oriundos da metrópole e da Inglaterra. E partir desses fluxos de capitais, a emergência dos

⁸³ LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: O abastecimento na corte na formação política do Brasil (1808 - 1842)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro – Departamento de Editoração, 1993. p. 27

⁸⁴ Ibidem, p.20.

⁸⁵ Ibidem.,p. 33.

⁸⁶ Este trabalho foi publicado juntamente com a dissertação de Lenira Menezes Martinho em um livro chamado “Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência”.

negociantes de grosso trato enquanto agentes políticos necessários ao entendimento da sociedade brasileira no período joanino, assim como o entendimento do processo político que culminou com a própria Independência.

De maneira geral, os trabalhos apresentados nos anos 1970 por este fértil grupo que trabalhou e produziu no âmbito na Universidade de São Paulo esteve particularmente preocupado com o papel desempenhado pelas elites comerciais voltadas ao mercado interno, entendendo o mesmo a partir de sua importância na acumulação de capitais e no próprio financiamento de outras atividades, assim como a importância política que tais grupos obtiveram, influenciando, inclusive, no processo de Independência.

Simultaneamente, consolidava-se no Rio de Janeiro um novo grupo de jovens pesquisadores e historiadores organizados em torno da professora e pesquisadora Maria Yedda Linhares. Este grupo talvez seja o mais sólido, seus esforços metodológicos e a preocupação de formular as bases de uma História Agrária nacional orientaram a produção de uma grande quantidade de teses e dissertações no interior dos programas de pós-graduação em história na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, além da pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA).

Dois livros de Maria Yedda Linhares são responsáveis por iniciar as discussões sobre História do Abastecimento nesse contexto, são eles: 'História do Abastecimento: Uma problemática em questão (1530-1918)'⁸⁷ e 'História Política do Abastecimento (1918 - 1974)'⁸⁸, este último em coautoria com Francisco Carlos Teixeira da Silva. Apesar de juntos os dois livros corresponderem a mais de 450 páginas, Yedda Linhares deixa claro, já na introdução do primeiro volume, que não está entre os objetivos da pesquisa esgotar o tema ou realizar uma grande síntese da história do abastecimento, indicando os trabalhos de cunho regional como mais indicados para esta tarefa, compromete-se, tão somente em 'situar, historicamente, o problema do abastecimento'⁸⁹.

Nestes trabalhos, os autores defendem uma metodologia de história total, capaz de dar conta da história agrária, os hábitos alimentares, as técnicas de cultivo,

⁸⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.

⁸⁸ LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagre, 1979.

⁸⁹ LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979. p. 25.

organização fundiária, renda gerada pelo trabalho agrícola, a história da política de abastecimento, etc. ou seja, uma história apta a visualizar os diversos desdobramentos capazes de interferir na produção e circulação de alimentos no Brasil, especialmente a questão das recorrentes crises alimentares. Com relação ao recorte cronológico dos dois livros, o ano de 1918 aparece como um divisor por se tratar do ano de fundação do Comissariado de Alimentação Pública, órgão que marca a intervenção sistemática do Estado sobre as questões de abastecimento urbano de alimentos.

Dois anos depois, em 1981, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva publicaram o livro ‘História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias’⁹⁰, resultado da ampliação da pesquisa inicial que, apesar de não se tratar especificamente de um trabalho sobre o abastecimento, acabou por realizar diversos avanços para a temática. Inclui-se aí um capítulo dedicado às possíveis explicações da decorrência das famigeradas crises de abastecimento, orientados a partir de uma série de questões, corrigindo os erros anteriormente mencionados nas obras de Zemella e Lenharo.

Diversos foram os trabalhos de pós-graduação produzidos a partir daí, tantos que seria impossível, sob a pena de sermos concisos por demais, abordar cada um deles. Para tanto, focaremos em alguns poucos trabalhos cuja relevância para a pesquisa de História Agrária e História do Abastecimento no Rio de Janeiro os fazem imprescindíveis.

Ao redor de Maria Yedda Linhares gravitavam jovens pesquisadores que vieram a se tornar importantes referências para o estudo do abastecimento, entre eles podemos citar duas dissertações de mestrado orientadas por Yedda Linhares nos anos 1980: os trabalhos de Hebe Mattos de Castro (1985) e Márcia Motta (1989), sobre Capirary e São Gonçalo, respectivamente.

Em ‘Ao Sul da História’, Hebe Mattos estuda a região de Capivary, uma área periférica na província do Rio de Janeiro, e demonstra as dinâmicas sociais e produtivas entre os pequenos lavradores pobres, desenhando uma realidade muito mais complexa do que a que havia sido apresentada pelos estudos até então, quase sempre reduzindo a realidade rural do Brasil a senhores e escravos.

Ao estudar as ‘Bandas d’além’, na freguesia de São Gonçalo, Marcia Motta ressalta também a complexidade de situações existentes nas camadas situadas entre os

⁹⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

senhores e os escravos. Outro fator importante é a mudança da região de São Gonçalo, tida como uma área decadente de monocultura, transformando-se em um importante centro policultor a partir de 1808, associando tal crescimento ao recente incremento da demanda por alimentos na cidade do Rio de Janeiro.

Um ano mais tarde, outra tese de importância foi defendida sob orientação de Yedda Linhares, era o trabalho do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, ‘A Morfologia da Escassez’⁹¹, um estudo comparativo sobre as crises de abastecimento nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Para o autor estas crises não podem ser explicadas por um único caminho, pois detêm várias possibilidades explicativas: os problemas de acesso à terra e do transporte, questões relacionadas ao armazenamento e as imposições políticas; a ação do capital mercantil e o plantacionismo; além das limitações ecológicas e problemas com as técnicas agrícolas.

Percebemos que a própria história do Brasil é perpassada por estas obras, ao passo que, pensar o abastecimento (em suas múltiplas faces, desde a produção ao comércio e consumo, sem deixar de fora os vários aspectos que compõem estas situações: o quadro fundiário, estrutura social, técnicas agrícolas, vias de comunicação, poder econômico, orientação política, hábitos alimentares, etc.) é também pensar a estrutura da sociedade brasileira, e entender que esta vai muito além da ideia de sobreposição de produtos hegemônicos.

Nesse sentido, os aspectos positivos nas obras visitadas são infinitamente superiores às suas possíveis deficiências. O comércio de abastecimento também foi incorporado como elemento chave no entendimento das dinâmicas econômicas, políticas e sociais no Brasil colonial e imperial. Ainda que fosse inferior e relativamente dependente do grande comércio de exportação/importação, podemos notar a importância dos negociantes e produtores na história nacional, sejam os tropeiros de Alcir Lenharo, sejam os negociantes de grosso trato e cabotagem de João Luís Fragozo.

O velho modelo das *plantations* foi colocado em discussão, não era mais possível pensar em um Brasil que fosse apenas um mar de canaviais ou de cafezais, a historiografia preocupada com o abastecimento deu à história do Brasil novas cores, maior complexidade. Em suma, a historiografia sobre o abastecimento deixou a história do Brasil mais dinâmica, menos simplista.

⁹¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)**. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 1991.

2.2 – A fragmentação territorial em Santo Antônio de Sá.

Como vimos no capítulo anterior, a presença portuguesa no Recôncavo da Guanabara é perceptível desde o século XVI, quando o Império Português aliado à Igreja Católica promoveu a ocupação dos entornos da Baía da Guanabara, utilizando seus rios para garantir a soberania portuguesa na recém-fundada capitania do Rio de Janeiro. As freguesias foram as primeiras instituições do Estado português a ocupar as novas terras brasileiras, utilizando-se da reinvenção das já conhecidas instâncias eclesiásticas.

Esta ocupação também obedeceu à disposição natural das redes hidrográficas de toda a região, deste modo, os caminhos fluviais foram importantes pontos de apoio e contato entre o sertão em vias de colonização e o centro do poder estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. Durante este período os rios Macacu, Guapiaçu e Caceribu foram responsáveis por desenhar os caminhos e rotas que os colonizadores utilizaram para ocupar o solo e escoar as riquezas da terra. Segundo o relatório do Marques de Lavradio, ao longo do rio Macacu e de seus afluentes havia aproximadamente 24 portos fluviais “donde chegam Saveiros e alguns podem chegar Barcos”⁹², um indicativo da importância da via fluvial, fundamental ao escoamento da atividade agrícola e à circulação de pessoas. Percebemos, portanto, a função estratégica dos rios da região, entendendo que através de suas águas circulavam não apenas os produtos essenciais à vida citadina, mas também pessoas, hábitos, informações e tradições culturais, conforme apontou Braudel, pelos mesmos caminhos por onde circulam as mercadorias e os homens, circulam também as ideias.

Não obstante, o período que compreende os anos finais do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX é marcado por um constante fenômeno de fragmentação das gigantescas Vilas e Freguesias fundadas nos séculos anteriores, sobre este fenômeno Leonardo Aguiar Rocha Pinto afirma que:

A fragmentação das imensas freguesias seiscentistas possibilitou uma relativa proximidade do colono com sua matriz, então projetava sua sombra sobre todos os aspectos da vida humana. A presença ostensiva da Igreja e as relações de compadrio que se desenvolviam no seu

⁹² Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB**, Tomo 76, Parte I. 1913. p. 295.

interior e ao seu redor, contribuíam para desenvolver no colono uma identidade regional.⁹³

Foi precisamente em 1789 o início do processo de fragmentação da Vila de Santo Antônio de Sá, a primeira perda territorial representativa deste processo foi a incorporação da Freguesia de Nossa Senhora do Aguapey-Mirim à recém-formada Vila de Magé⁹⁴, cuja sede localizava-se na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. A nova Vila incluía ainda outros territórios oriundos da Cidade do Rio de Janeiro, inclusive as ilhas do arquipélago de Paquetá. Tais incorporações devem-se, possivelmente, a proximidade e afinidade político-administrativa destas freguesias à sua nova sede, traçando assim novos contornos territoriais entre as Vilas de Magé e Santo Antônio de Sá.

Apenas uma década antes da anexação da Freguesia de Aguapey-Mirim a Vila de Magé, em 1777, o relatório do Marques de Lavradio⁹⁵ nos dava conta dos números referentes à sua população e produção: havia nesta freguesia 164 fogos e quatro grandes engenhos que totalizavam a produção total de aproximadamente 52 caixas anuais de açúcar e 7 pipas de aguardente, produção esta realizada por um total de 107 escravos. Apesar da ênfase dada a lavoura de cana pela fonte, percebemos um incremento maior na produção de mantimentos, dos quais se destaca o comércio anual de 9.000 alqueires de farinha, 2.500 alqueires de arroz, 200 alqueires de feijão, 200 alqueires de milho e 30 barcos de carvão⁹⁶.

Podemos constatar, através destes dados que, apesar da baixa produtividade de açúcar, a freguesia apresentava números bastante representativos para a produção de mantimentos. Fica claro que estes produtos, ao contrário do que afirmam alguns autores, não se destinavam unicamente ao autoconsumo, estavam, certamente, vinculados ao circuito comercial do mercado interno. Outro dado importante para evidenciar o caráter comercial da lavoura de alimentos em Aguapey-Mirim é o elevado número de portos, dentre os quais sete eram destinados à navegação de barcos e saveiros, além de outros onde chegavam apenas canoas.

⁹³ PINTO, Leonardo Aguiar Rocha. **Fregueses e Freguesias: ação do Estado Português ao longo das vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Stampa, 2007. pp. 11-12.

⁹⁴ IBGE, **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, Vol. XXII. Rio de Janeiro. IBGE, 1959.

⁹⁵ Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB**, Tomo 76, Parte I. 1913. pp.290-291.

⁹⁶ Os quatro grandes proprietários de engenhos e escravos descritos no relatório são: capitão Antonio de Amorim Lima, capitão Alberto Gago, Antonio Vaz Tavares e o Alferes João Ribeiro.

Ainda mais significativa, porém, foi a perda de três de suas mais importantes freguesias na ocasião da elevação de uma delas à categoria de Vila. Em 15 de janeiro de 1833, através de um Decreto Imperial, foi desmembrada da Vila de Santo Antônio de Sá e elevada à categoria de Vila sob o nome de São João de Itaborahy, a freguesia de São João Baptista de Itaborahy, a qual foi anexada ainda a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Sarnabetiba e de Nossa Senhora do Desterro de Itamby.

Somadas as freguesias, e utilizando como fonte o mesmo relatório do Marques de Lavradio, encontramos para o conjunto um total de 24 engenhos de açúcar em funcionamento, dos quais 19 (79%) estão localizados na freguesia de São João de Itaborahy. Juntos, eram responsáveis pela produção de 534 caixas de açúcar e 236 pipas de aguardente, e empregavam um total de 870 escravos. Ao separar apenas a freguesia de São João de Itaborahy, encontramos os seguintes números: 19 engenhos responsáveis pela produção de 409 caixas de açúcar (76,5%) e 227 pipas de aguardente (96%), além de empregar 626 escravos. Tomando como parâmetro a produção agrícola das demais freguesias que compunham a Vila de Santo Antônio de Sá, podemos constatar que a freguesia de São João de Itaborahy destacava-se como importante região produtora de açúcar e aguardente, característica pouco comum à região, apesar de toda a ênfase do poder público na atividade canavieira como vetor privilegiado na ocupação dos sertões.⁹⁷

Tabela 2.1. Produção agrícola das principais freguesias de Santo Antônio de Sá - 1778

Freguesia	Açúcar	Aguardente	Farinha	Feijão	Milho	Arroz
St. Antônio de Sá	26 caixas	15 pipas	10.000 alqueires	2.200 alqueires	1.700 alqueires	3.500 alqueires
Santíssima Trindade	73 caixas	52 pipas	28.000 alqueires	400 alqueires	500 alqueires	3.000 alqueires
S. João de Itaborahy	409 caixas	227 pipas	23.295 alqueires	8.040 alqueires	11.275 alqueires	2.869 alqueires
N. S. do Desterro de Itambi	125 caixas	9 pipas	1.500 alqueires	100 alqueires	80 alqueires	600 alqueires
N. S. do Aguapey-Mirim	64 caixas	9 pipas	9.000 alqueires	200 alqueires	200 alqueires	2.500 alqueires

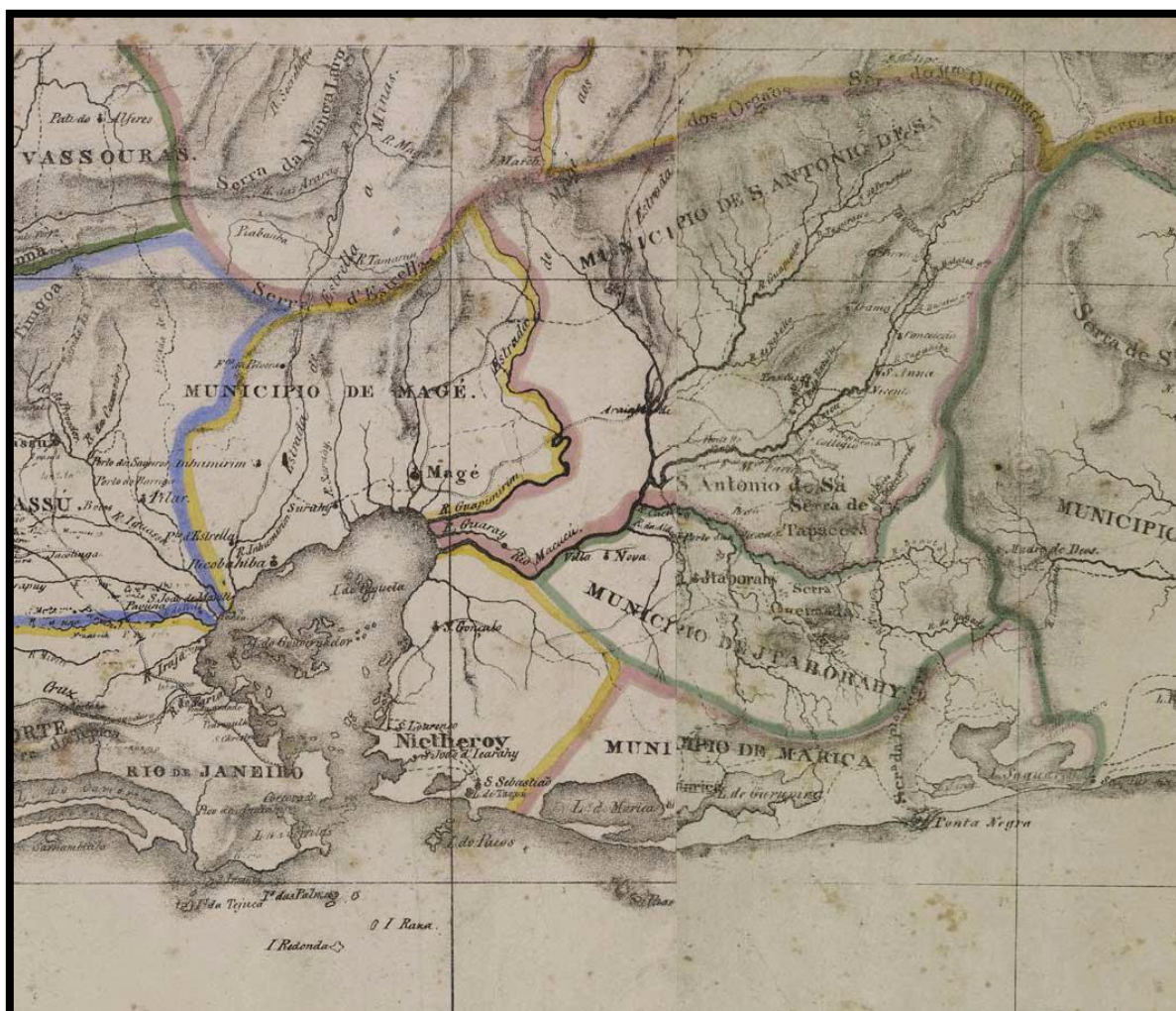
Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I. 1913

⁹⁷Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB**, Tomo 76, Parte I. 1913. pp.301-303.

No mapa acima (Mapa 2.1), produzido pelo Sargento Manoel Vieira Leão no ano de 1767 (mais de vinte anos antes do processo de fragmentação territorial), podemos ver no destaque uma estimativa do que seria o território total de Santo Antônio de Sá no século XVIII, cujas terras acompanhavam toda a bacia do rio Macacu e de seus maiores afluentes, os rios Guapiaçu e Caceribu, até a sua foz na Baía da Guanabara.

Para fins de comparação, abaixo, vemos um recorte da Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, de autoria do Capitão Conrad Jacob Niermeyer, cujas divisões municipais para o ano de 1839 nos dão uma real dimensão das áreas que foram mutiladas do território original de Santo Antônio de Sá para a conformação dos novos municípios de Magé e Itaboraí.

Mapa 2.2 – Município de Santo Antônio de Sá - 1839



Fonte: NIERMEYER, Conrad Jacob. Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, 1839. Fundação Biblioteca Nacional.

Em 1834 foi criada uma nova freguesia em Santo Antônio de Sá, a de São José da Boa Morte⁹⁹. No ano seguinte, deslocava-se para São João de Itaboraí a reunião dos Juízes de Paz da sede dos municípios da Santíssima Trindade, de São José da Boa Morte, de Nossa Senhora do Desterro de Itambi e de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, para fins eleitorais.

Houve, ainda, a supressão da freguesia da Santíssima Trindade através da Lei Provisória nº 517 de 4 de maio de 1850. Restaurada posteriormente sob o nome de Sant'Anna de Macacu, por meio da Lei nº 705 de 9 de outubro de 1854.

2.3 – As febres do Macacu:

Neste ponto abordaremos o papel e o lugar da doença dentro do campo histórico. De modo geral, cabe-nos a tarefa de relativizar o apelo catastrófico enfatizado pela bibliografia tradicional, ao passo que é necessário também extrapolar a tendência de perceber a doença apenas em seus aspectos biológicos e nos enveredarmos em suas significações sociais.

Como mencionamos, houve, por parte de uma bibliografia mais tradicional sobre a região, uma supervalorização da doença, a febre do Macacu, como fator privilegiado para o entendimento da decadência verificada para a Vila de Santo Antônio de Sá. Como podemos verificar nas palavras de José Matoso Maia Forte:

Tornou-se Macacu célebre pela mortífera epidemia de febres paludosas, conhecida nos anais da medicina como febre de Macacu, a qual se originou em suas margens no princípio de 1830, depois da grande sêca nos últimos meses de 1829. Desolou a Vila de Macacu, levou a devastação e a morte a Magé, transpôs a baía, acometendo o Rio de Janeiro; chegou ao sul, à cidade de Santos; e, ao norte, à Província do Espírito Santo.¹⁰⁰

“Em Santo Antônio de Sá o meio vencera o homem, embora não possamos prever se, com as atuais obras saneadoras do vale do Macacu, não tornará ela a renascer dos próprios escombros”¹⁰¹, indica Aberto Ribeiro Lamego, em seu livro intitulado *O Homem e a Guanabara*, em uma afirmação bastante mecânica sobre a interferência do meio ambiente (e das moléstias atribuídas aos brejos) na sociedade de Santo Antônio de Sá, principalmente nos seus aspectos políticos e econômicos.

⁹⁹ Decreto Imperial nº 11 de 9 de agosto de 1834.

¹⁰⁰ FORTE, José Matoso M. “Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá” In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Tomo XLIV, 1934. p. 55.

¹⁰¹ LAMEGO, A. R. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Biblioteca de Geologia do Brasil, CNG. IBGE, 1948. p. 229.

Sabemos, porém, que os estudos mais recentes sobre a história das doenças, mesmo com abordagens distintas entre si, veem a construção das doenças como um processo intimamente atrelado às realidades específicas e a tempos e espaços definidos. Considerando que os contextos e as relações que neles se estabelecem são estruturadores de percepções, dos conceitos e das práticas sociais, científicas, políticas, econômicas e culturais relacionadas às doenças. Nessa perspectiva, cada sociedade constrói a sua compreensão e os seus significados diante de uma doença.

Nesse sentido, o processo de construção de uma doença é um fenômeno biossocial, onde distintas variáveis interferem e balizam a sua percepção e definição. As teorias médico-científicas em constante transformação, os valores culturais de uma determinada sociedade, as questões relacionadas aos interesses dos atores sociais, as convicções religiosas, dentre outras, fazem parte desse imenso conjunto de qualificadores sociais da doença. Estes interagem, ainda, com os fatores físicos e orgânicos do adoecer e com a forma com que os diferentes grupos experimentam este processo.

O historiador Jacques Le Goff, em sua obra intitulada *As doenças têm história*¹⁰², de 1985, aborda o fenômeno da doença como um construto social, mediando relações diversas e sendo também mediado por elas. A doença, segundo Le Goff, nos revela o saber médico científico de uma época, porém revela ainda questões relacionadas ao universo das crenças, da cultura, das políticas públicas, dos interesses econômicos.

No caso específico das ‘febres do Macacu’, buscaremos reavaliar o papel atribuído ao fenômeno da doença frente ao cenário de ‘crise’ amplamente defendido pelos estudos anteriormente citados¹⁰³.

Febre do Macacu foi uma denominação comum dada a uma febre infecciosa, posteriormente identificada como malária, que acometeu toda a região do médio e baixo curso do rio Macacu, assim como algumas localidades vizinhas. Sua ocorrência pode ser identificada em toda a década de 1830 e 1840, suas primeiras ocorrências podem ser identificadas em princípios do ano de 1829, como descreve a notícia do jornal Aurora Fluminense em fevereiro de 1829:

As febres, que apparecerão na Villa de Macacú não tem o caráter contagioso, que lhes attribuia. A commissão encarregada pelo Governo de ir examinar as verdadeiras causas, e natureza deste mal dá

¹⁰² LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

¹⁰³ Alberto Lamego e José Maia Forte.

sua primeira relação com notícias mais consoladoras, à vista da exageração, com que o terror havia pintado semelhante flagello.¹⁰⁴

Mal passara dois meses da publicação citada acima e o mesmo jornal dava novas informações sobre as ‘febres do Macacu’, desta vez, não tão animadoras. Ao informar sobre o agravamento da situação daqueles que foram acometidos pelo mal, a notícia deixa claro o despreparo do governo em lidar com uma possível epidemia, assim como a própria limitação técnica e científica em verificar a real procedência da febre, assim como os meios de combate-la:

Refere-nos que agora as epidemias do Macacu tem tomado um caracter mais sério, especialmente nos doentes recahidos, de que há não pequeno número. Famílias inteiras estão prostradas, sendo alli fracos os meios para um bom tratamento: alguns dos que escaparão estão sendo acommettidos de hydropesias e de outras enfermidades. O districto de Macacu oferece um espectaculo bem triste, e o pior he que se não sabe como seja possível remover as causas productoras de semelhante flagello, relativas todas à localidade, e putrefação das aguas estagnadas.¹⁰⁵

Não tardou para que o governo nomeasse uma comissão científica, composta por médicos e estudiosos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a fim de pesquisar as reais origens da chamada febre do Macacu, assim como os meios necessários para a prevenção de futuros casos e os tratamentos mais indicados para os enfermos. Em Fevereiro de 1831, o *Semanário de Saúde Pública*, publicação da própria Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, publicava um extrato do parecer fornecido pela comissão.

Este parecer estava dividido em duas seções distintas. A primeira ocupada em reestabelecer a história da enfermidade e a segunda, os meios mais eficazes de remediá-la.

Na parte histórica há uma preocupação dos pesquisadores em estabelecer alguns padrões relacionados à extensão das áreas atingidas, assim como as características ambientais que propiciavam o aparecimento desta doença, demonstrando que esta não era uma doença circunscrita às águas do Macacu, mas que ocorre em toda a região do recôncavo da Guanabara (Baixada Fluminense) e até mesmo da capital do Império, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Sobre as causas da enfermidade o parecer conclui que ela “se desenvolve com mais furor na estação quente e chuvosa, e sobre

¹⁰⁴ Jornal Aurora fluminense, 4 de fevereiro de 1829, n. 149.

¹⁰⁵ Jornal Aurora fluminense, 27 de março de 1829, n 170.

tudo depois das chuvas nos lugares pantanosos, e alagadiços da maior parte do litoral marítimo, e intrafluvial desta Província não excluindo a mesma Corte”¹⁰⁶.

O parecer segue dando as indicações sobre a natureza da infecção, que ele trata como “proveniente das exalações paludosas”¹⁰⁷ e cujos sintomas podem tomar diferentes características de acordo com os órgãos afetados, mas que frequentemente “dá lugar ao apparatus febril que ordinariamente nelle segue o typo intermitente e as vezes remittente e continuo”¹⁰⁸. Ocupa-se ainda de tentar explicar o aumento da incidência da febre naquela região, entre estas causas, reconhece a possibilidade da grande seca 1828-29 e as chuvas que a sucederam terem colaborado para a propagação da temível moléstia. As causas, prossegue o parecer, podem ainda ter relações com o ‘remechimento’ dos terrenos virgens pela cultura do café, o abandono das vargens, as exalações pútridas dos animais mortos pela seca e mal sepultados, assim como a miséria dos povos.

Chama-nos a atenção, a relação estabelecida pelo Parecer entre a maior frequência da febre do Macacu e questões relacionadas aos problemas ambientais. Primeiro a um desastre ambiental, a seca de 1828-29 e por consequência desta o uso de águas contaminadas pelas ‘exalações’, em consonância com o cenário de miséria que se apresenta a partir de tal desastre. Mas também às mudanças produtivas inerentes a primeira fase de expansão da cafeicultura, com o ‘remechimento’ das terras virgens e o abandono das vargens por conta da cultura do café.

No ano de 1834, durante a estação chuvosa, novas notícias dão a dimensão da febre do Macacu, identificando, inclusive, a sua expansão em direção à capital do Império:

Desde 1829 que a este ultimo respeito estamos soffrendo; e a denominada peste de Macacú veio progressivamente derramando seus estragos pelas fregezas de Inhomirim , Pilar , e outras, até a de irajá, a menus de 4 legoas da Capital. Por falta dos convenientes cuidados, muitas forão as vidas sacrificadas a febre intermitente.¹⁰⁹

Novamente as informações, fornecidas pelo Jornal Aurora Fluminense, revelam a íntima relação entre as febres e as águas que constantemente se acumulavam nos terrenos do Recôncavo da Guanabara, com seus rios em curva e suas baixadas alagadiças. Esta afirmação nos leva a crer que a febre não agiu de forma homogênea em todas as freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, mas que sua influência na chamada

¹⁰⁶ Semanário de Saúde Pública, 23 de fevereiro de 1831, n. 9. pp. 2-3.

¹⁰⁷ Semanário de Saúde Pública, 23 de fevereiro de 1831, n. 9. p. 2.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Jornal Aurora fluminense, 5 de fevereiro de 1834, n. 871.

crise esteve restrita àquelas freguesias cujas terras estavam próximas às margens do rio Macacu, e o desenvolvimento econômico atrelado ao potencial de transporte do mesmo.

Os depósitos de corrupção, os alagadiços aonde a água estagnada se vicia, e adquire qualidades mortíferas, têm porem ficado, e as febres intermitentes, no principio do anno de 1834, reaparecerão com o mesmo furor. Para formar-se molestia destruição que já terão feito, basta lembrarmo-nos do estado de isolamento em que vivem os nossos lavradores, espalhados por larga superfície de território, sem terem perto de si hum professor , huma botica em que recorram na moléstia.¹¹⁰

Dois anos antes, em 1831, uma carta escrita pelo leitor João Antônio de Medeiros (morador da Ilha de Paquetá) é publicada na coluna de correspondências do *Semanário de Saúde Pública*, e nos oferece um interessante relato sobre as febres do Macacu e principalmente sobre suas áreas de maior incidência.

O sr. Medeiros reconhece a fonte principal da enfermidade nas exalações paludosas, e huma das circumstancias por ele notada he que a maior parte das habitações dos povos em que ella grassa com maior estrago, he situada à beira, e ao nível da superfície dos pântanos, e de rios paludosos, de maneira que estes lhe ficão à porta; (...) Refere que as chuvas tem sido excessivas naquelles lugares, particularmente nos meses de dezembro e janeiro, e que segundo as notícias a maior parte das planícies de Magé, Goapy, e Macacu ficarão cobertas de agoa formando grandes lagoas.¹¹¹

Interessante notar na carta do Sr. Medeiros, citada acima, que uma das formas mais básicas da propagação da doença é a proximidade destes enfermos com as áreas ‘paludosas’, ou seja, aquelas que apresentavam acúmulo de água, frequentemente estagnada, propícia, no pensamento médico da primeira metade do século XIX, às exalações nocivas.

Em seu livro, *Paisagens do Medo*¹¹², o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan trabalha com a ideia do medo causado pela doença em variadas sociedades ao longo do tempo, e em diversos pontos reitera a fobia que os lugares pantanosos causavam devido às exalações malévolas, que supostamente produziam. O autor destaca que a medicina do século XIX já havia abandonado, em grande parte, as tradicionais explicações de cunho religioso que relacionava as doenças às influências de espíritos, demônios ou elementos astrológicos, mas ainda manteve intacta as suas preocupações com os ares e as águas.

¹¹⁰ *Jornal Aurora fluminense*, 5 de fevereiro de 1834, n. 871.

¹¹¹ *Semanário de Saúde Pública*, 5 de março de 1831, n. 9, p. 2.

¹¹² TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Ed. Unesp: São Paulo, 2005.

A partir desta teoria dos miasmas, a relação entre o ar e as exalações se constitui em peça chave para a valoração negativa de diversos ambientes, em especial, das áreas paludosas.

Ao mapear também os discursos produzidos a partir dos centros de poder, dando especial atenção às falas proferidas pelos presidentes da província do Rio de Janeiro a partir do ano de 1836 até a metade da década de 1840, podemos perceber uma constante preocupação em formular os estudos técnicos necessários à implementação de obras saneadoras capazes de extinguir, ou pelo menos reduzir, as ditas exalações paludosas e os miasmas na região do recôncavo da Guanabara. Como podemos constatar no pronunciamento realizado pelo então presidente da Província Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, em 1836:

Determinou a legislatura, não só que se examinasse se he praticável desseccar em todo, ou em parte, os pântanos de Macacu e Magé, e que se fizesse o plano da obra e orçamento das despesas, senão ainda que se procedesse no corte das voltas do rio Casseribú; no desentupimento do rio dos Morros; e na lagoa do Marubahy.¹¹³

Em 1840, porém, na legislatura seguinte, o Deputado Provincial e Presidente da Província Paulino José Soares de Sousa dá informações nada animadora sobre o andamento das festejadas obras de saneamento. Em seu pronunciamento enfatiza a falta dos recursos necessários e o papel da efetiva ocupação destes espaços no intuito de impedir a formação dos nocivos ares:

Reconheço que somente o tempo, o augmento da população e abundancia de capitaes, poderão desseccar os vastos paues existentes na parte baixa da Província; que somente a agricultura, a habitação do homem e a consequente navegação dos nossos rios, poderão arredar das suas margens e dos seus leitos os vegetaes corrompidos acarretados de pântanos que atravessão, e que decompostos nas aguas, de que usão em geral os habitantes d'esses lugares, são, na opinião de pessoas entendidas, uma das principaes causas de insalubridade de taes paragens.¹¹⁴

Apenas dois anos depois, o cenário que se apresentava era ainda mais desalentador, o Presidente da Província Honório Hermeto Carneiro Leão sugeria que a possível extinção da Villa de Santo Antonio de Sá poderia ser o caminho mais viável diante das dificuldades enfrentadas pela Villa. Esta talvez tenha sido a primeira vez que a Villa se viu ameaçada de extinção, todavia a ameaça não logrou sucesso.

¹¹³ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. 1836. pp. 8-9.

¹¹⁴ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. 1840. p.15.

A Villa de Santo Antonio de Sá quasi completamente abandonada de habitantes, tendo de ser sujeita à jurisdição do Juiz municipal de Itaborahy em execução da lei geral já mencionada, conviria talvez extinguir-se, reunindo duas de suas freguezias a Villa de Itaborahy, e uma à de Magé. A comodidade dos povos parece-me nada ter de sofrer com essa extincção, por estar o assento da Villa de Santo Antonio de Sá ao da de Itaborahy.¹¹⁵

No decorrer dos anos seguintes a população de Santo Antônio de Sá, assim como sua câmara municipal, recebe novo fôlego. As notícias sobre a propagação da febre tornam-se cada vez mais raras, ao passo que a nomeação de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho faz renascer suas esperanças locais em torno do desenvolvimento de uma política capaz de alçar Santo Antônio de Sá ao seu lugar de direito dentro do cenário provincial.

Assentado no meio de altas, mas fertilíssimas montanhas, cobertas de matas virgens, banho de inúmeros ribeiros, que, todos, se comunicam e oferecem navegação; guarnecido de extensas planícies, com um porto magnífico, é um celeiro do Rio de Janeiro, que nele se fornece de madeiras de construção civil e naval; de lenha, de mantimentos e de objectos de commercio; mas, por desgraça, está ferido da cólera divina, que, enfim, vai abrandando; e da dos homens, que, algumas vezes, tem refinado.¹¹⁶

De maneira geral, o mal do Macacu, as febres palustres que afligiram a Vila naqueles terríveis anos tinham como origem justamente os transbordamentos que, nos períodos chuvosos, causavam o alagamento de grandes extensões marginais do Macacu, do Caceribu e do Guapiaçu, capazes de formar grandes áreas de brejos e pântanos. As construções na barra do Macacu agiam como represas, impedindo o escoamento das águas, ao passo que os troncos e balsas responsáveis pelo transporte da madeira extraída na Serra ao longo dos demais rios eram outras tantas represas. Concorriam também para o espraçamento do leito dos rios as terras de aluvião (de terrenos sedimentares), que frequentemente desciam das encostas com as derrubadas das florestas, trazidas pelas águas das chuvas.

Apesar de assaltado pelas calamidades da década de 1830, das ‘febres do Macacu’, que não passavam de malária, tinha ainda a Vila seus elementos de vida própria, com seu frutífero comércio de madeiras, lenhas e carvão; farinhas e cereais; a maior parte procedente de zonas não alagadas, cuja penetração das febres quando não nula, fora de menor preocupação. É importante mencionar, portanto, que a febre não foi

¹¹⁵ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. 1842. pp. 9-10.

¹¹⁶ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. 1843. pp. 14-15.

igualmente destrutiva em todas as regiões no Macacu, mas particularmente perigosa nas áreas de baixada onde o constante processo de assoreamento do Macacu e demais rios potencializou a tendência natural das terras baixas de criar grandes áreas alagadas, propícias ao desenvolvimento do mosquito vetor da doença.

Era ainda o município, ponto de passagem da importante produção cafeeira que descia pelos sinuosos caminhos de mula da Serra vindo Nova-Friburgo e de Cantagallo. Em busca de seus portos, à beira dos rios, “chegavam as tropas das fazendas dos vales e altiplanos, além da Serra do Mar, com dias de viagem, e iam despejar sua carga nas embarcações que desciam, de um lado pelo Guapi-Assú, e, de outro, pelo Macacú”¹¹⁷.

No ano de 1850 havia ainda em Santo Antônio aproximadamente 36 quilômetros de rios próprios para a navegação, tanto no Macacu quanto nos seus maiores afluentes. Mais de setenta barcos ainda deslizavam por suas águas, desde os maiores de quase 30 toneladas, até as pequenas balsas. Porém, já a este tempo a civilização havia, aos poucos, abandonado as vias fluviais pelo incremento dos novos ‘caminhos de ferro’. As lavouras além das serras imploravam para elas aquilo que Irineu Evangelista de Sousa fizera desde o porto de Mauá, cujo nome ornou seu título, até a raiz da Serra da Estrela, a Província teve que contratar a construção da estrada de ferro de Cantagalo, cujo primeiro trecho seria de Porto das Caixas a Cachoeiras e se prolongaria, tempos depois, pelos vales do Rio Grande e do Paraíba.

2.4 – O desenvolvimento da Estrada de Ferro Cantagallo.

A exemplo do que ocorria em todo o mundo industrializado, quando a extensão da malha ferroviária saltou, entre os anos de 1856 e 1876, de 68.148 km para 309.641 km, representando um aumento de 354,3% em apenas vinte anos¹¹⁸. Ocorreram, a partir dos anos 1850, as primeiras investidas para implementação no transporte ferroviário no país.

Foi somente através do Decreto nº 641 de 26 de Junho de 1852 que as ferrovias tornaram-se uma possibilidade de negócio rentável à iniciativa privada, seja nacional ou investidores britânicos. Tal decreto, entre outras coisas, autorizava a concessão da construção de ‘caminhos de ferro’ a uma ou mais companhias, cujo objetivo era a construção de estradas de ferro que ligassem a Corte Imperial às Províncias de São

¹¹⁷ FORTE, Op. Cit. p. 58.

¹¹⁸ HOBBSAWM Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Paulo e Minas Gerais, polos dinâmicos da cultura do café. Garantia também uma série de vantagens pecuniárias, entre as quais destacamos:

A Companhia empresaria terá o direito de desapropriar, na fôrma da Lei, o terreno de domínio particular que for necessario para o leito do caminho de ferro, estações, armazens e mais obras adjacentes; e pelo Governo lhe serão gratuitamente para o mesmo fim concedidos os terrenos devolutos, e nacionaes, e bem assim os comprehendidos nas sesmarias e posses, salvas as indemnisações que forem de direito.

O Governo poderá conceder o uso das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, para a construcção do caminho de ferro.

Poderá tambem o Governo conceder a isenção de direitos de importação sobre os trilhos, machinas, instrumentos e mais objectos destinados á mesma construcção; bem como, durante hum prazo determinado, a dos direitos do carvão de pedra que consumir a Companhia em suas oficinas, e costeio da estrada.

O Governo garantirá á Companhia o juro até cinco por cento do capital empregado na construcção do caminho de ferro, ficando ao mesmo Governo faculdade de contractar o modo e tempo do pagamento d'este juro.¹¹⁹

A primeira ferrovia brasileira foi construída na província do Rio de Janeiro. Alguns poucos meses depois de entrar em vigor o Decreto nº 641/1852, Irineu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá, solicitou autorização da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro para a construção de uma estrada de ferro que, partindo do fundo da baía da Guanabara chegasse à Raiz da Serra de Petrópolis. Sua intenção futura era dirigir a estrada em direção à província de Minas Gerais até chegar ao rio das Velhas, afluente do rio São Francisco. Mauá solicitou apenas o privilégio de zona, cujo contrato com a província, de 27 de abril de 1852, foi aprovado pela Lei Provincial do Rio de Janeiro n.º 602, de 23 de setembro de 1852. Para gerir o empreendimento, que se complementava com uma linha de vapores que ligava o Porto da Estrela (no fundo da Baía da Guanabara) até a cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis. A concessão do privilégio de 10 anos para a navegação foi obtida através do Decreto Imperial n.º 987 de 12 de junho de 1852, condicionado à efetiva construção da estrada de ferro.

A inauguração do primeiro trecho da ferrovia foi realizada em 30 de abril de 1854, porém a chamada Estrada de Ferro Mauá só se estendia por 14,5 km, compreendendo as estações de Mauá e Inhomirim, além de uma pequena parada em

¹¹⁹ BRASIL. Decreto Nº 641 de 26 de Junho de 1852. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62399&norma=78285>, consultado em: 04/08/2013.

Fragoso. Posteriormente, em 16 de dezembro de 1856, é aberto o tráfego até a estação de Raiz da Serra, totalizando 16,2 km.

As possibilidades de extensão dessa ferrovia até Petrópolis e a partir daí chegando às margens do Rio das Velhas, foram prejudicadas pela prioridade dada pelo governo imperial à construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e pela abertura da rodovia União e Indústria, que ligava Petrópolis a Juiz de Fora. Também colaboraram para seu insucesso a não concessão de garantia de juros, ao contrário das ferrovias posteriores, e certa incompatibilidade do Barão com as forças conservadoras ligadas à agricultura escravocrata, de grande influência junto ao imperador¹²⁰.

A quarta ferrovia brasileira, foi também a terceira a ser criada na província do Rio de Janeiro. A primeira tentativa em estabelecer um caminho seguro entre Porto das Caixas e a Vila de Cantagallo data de 18 de março de 1856 e foi uma concessão dada ao Visconde de Barbacena para a construção e conservação de uma estrada de rodagem ligando as duas extremidades.

Porém, a primeira seção da estrada de rodagem que ligava Porto das Caixas até a Raiz da Serra em Santo Antônio de Sá só pode ser convertida em estrada de ferro através do Decreto Imperial nº 1997 de 21 de outubro de 1857, que cassava a concessão da construção e exploração do caminho dada ao Visconde de Barbacena, e transferia-a ao Barão de Nova Friburgo.

Para financiar seu investimento, o Barão obteve garantia de juros de 7% da província. Os trabalhos foram iniciados em 08 de novembro de 1859, e no dia 23 de abril de 1860 era realizada a inauguração do primeiro trecho, com aproximadamente 34 Km de extensão, entre Porto das Caixas e a localidade de Caxoeiras (atual cidade de Cachoeiras de Macacu), passando pelas estações de Sambaetida (Freguesia de Nossa Senhora de Sarnambetiba) e Sat'Anna (Freguesia de Sant'Anna de Macacu). No intuito de ver seu projeto aprovado e os capitais necessários à obra liberados, o Barão de Nova Friburgo argumentava:

Devo dizer-vos que tenho fé no futuro dessa companhia: o municipio de Cantagallo é o que mais progresso faz na lavoura e na população: sendo immensamente estenso, possuindo as melhores terras, a maior parte incultas, e recebendo annualmente uma emigração de pequenos agricultores, que vão deixando por outros terrenos os seus sítios e posses, e mudando-se para ali, a população e a producção augmentão a

¹²⁰ SILVA, Marcelo Werner da. **A Implantação Ferroviária no Estado do Rio De Janeiro: 1854-1900.** In: Anais do IV seminário de Pesquisa do ESR. UFF, 2011.

olhos vistos, segundo se evidencia da estatística que adiante vos apresento.

Já é actualmente grande a sua produção que vem ao grande mercado da côrte pelos portos de S.Fidelis, Macahé, Portos das Caixas e Magé.

Feita a estrada de ferro do Porto das Caixas á raiz da serra, poupando-se ao lavrador 9 leguas de caminho, que é a estensão da actual pelas grandes voltas que faz, quasi todos os productos, que vão actualmente a Macahé e S. Fidelis, lucrão em dirigir-se para a estação da raiz da serra de Friburgo.

Além disto, a facilidade e a barateza da conducção fará augmentar a produção de Friburgo, nos generos, que não valião a pena plantar agora, para exportar, porque o preço do transporte os matava.

Esta estrada de ferro vai dar um incremento espantoso aos termos de Itaborahy, Santo Antonio de Sá, Friburgo e Cantagallo.

Em minha opinião, os sacrificios, que terá de fazer a provincia para a sua construcção, são os juroes que despenderá enquanto se não abrir a estrada ao público. A exportação actual, levando em conta 40% do producto liquido, para custeio, dá para os 7%, quanto mais augmentada, como ha de necessariamente sê-lo, porque o preço do transporte será menor pelo menos de 50% do que actualmente, e bem perto das grandes fazendas fica a estação, para lhes poupar viagens demoradas das tropas a S. Fidelis e Macahé.

Espero que o contracto merecerá a vossa approvação, tanto mais quanto devo ainda accrescentar-vos, que com a construcção desta estrada, se poupão quantias enormes, que em concertos e conservação despende annualmente a provincia, com as 9 leguas da actual estrada, lançada em terrenos alagadiços nas margens do rio Macacu.¹²¹

Somente em 1868 a Lei Provincial nº 1362 autorizou a construção do prolongamento de Caxoeiras até a Vila de Nova Friburgo. Cujos trabalhos, após aprovação definitiva, tiveram início em 1870 e sua inauguração em dezembro de 1873. Seu trajeto passava pelas estações de Boca do Mato, Registro, Teodoro de Oliveira e Muri, perfazendo um total de 36 km.

¹²¹ Constante do Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva em 1857.

Imagem 2.1 – Trem descendo a Serra no trecho entre Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu / 1950



Fonte: RODRIGUEZ, Hélio Suevo. A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004. p. 55.

Após a construção do primeiro trecho da estrada de ferro, a sede municipal de Santo Antônio de Sá via-se novamente preterida diante desta importante transformação. O mais possível é que boa parte da importância comercial da Vila de Santo Antônio de Sá e de seus portos fluviais tenha sido gradualmente perdida a partir dos anos 1960.

Se antes a freguesia de Santo Antônio se configurava como principal entreposto comercial, responsável por receber as tropas abarrotadas de café que desciam a Serra em busca das calmas águas do Macacu e de seu acesso rápido à Baía da Guanabara e aos portos marítimos da Corte Imperial. Agora as tropas não mais precisavam descer até o Porto das Caixas, poderiam descer a Serra somente até a localidade de Cachoeiras, na Raiz da Serra, onde embarcariam em vagões responsáveis por transportar toda a mercadoria até o porto, evitando assim todos os transtornos através de rios interditados, alagadiços e atoleiros.

Ganhava importância, assim, a Vila de São João de Itaboraí, a qual pertencia o próspero Porto das Caixas, responsável por ligar o moderno sistema de transporte sobre trilhos ao tradicional transporte fluvial, através do Macacu. Contudo, a implementação desse novo modelo de transporte não apenas representou um sensível declínio

econômico da freguesia de Santo Antônio, então sede da Vila, mas também a ascensão de uma nova configuração territorial para a Vila, principalmente com o novo entreposto que se criara na outra extremidade dos trilhos, no arraial de Cachoeiras, como nos informa o viajante Von Tschudi, nos anos 1860:

Cachoeiras fora antigamente uma pobre aldeia, chegando a ter certa importância devido à estrada de ferro de Cantagalo que nela tem seu termo. Atualmente Cachoeira tem muitas casas novas de construção leve, grandes vendas e numerosos armazéns. Do distrito de Cantagalo chegam ali diariamente de 500 a 600 sacas de café, que são remetidas para o Rio de Janeiro. Antes da construção dessa via férrea, os fazendeiros eram forçados a atravessar com tropas todo o vale do Macacu até o ponto onde o rio se torna navegável para batelões maiores. Nessas viagens acidentadas os fazendeiros perdiam sempre muitos escravos e mulas, já por causa das febres palustres, já dos caminhos intransitáveis em épocas de chuvas.¹²³

A expansão desta importante via férrea, porém, não se restringia apenas ao caminho Serra acima, em direção às férteis e produtivas terras de Cantagallo, mas expandia-se também na direção inversa, primeiro até a estação de Villa Nova, atual Itambi, e posteriormente ligando-se à estrada de ferro Niterói x Macaé. Por volta do ano de 1875 inaugurava-se então o tráfego de mercadorias entre a estação Porto das Caixas (S. João de Itaboraí) e Santana de Maruy (Niterói). Estava completa, finalmente, a ligação direta entre as zonas cafeeiras de Nova Frigurgo e Cantagallo até o porto da Capital da Província, sem que fosse necessário fazer uso de nenhum caminho fluvial.

2.5 - De Santo Antônio de Sá a Sant'Anna de Macacu.

Procuramos, neste capítulo, realizar um pequeno balanço acerca das principais transformações que operaram na Villa de Santo Antônio de Sá no decorrer do século XIX. Este processo, classificado por muitos como decadência, tem uma estreita relação com a visível tendência à fragmentação territorial naquela região. Sem dúvidas o golpe mais incisivo, neste sentido, foi a perda da promissora freguesia de São João de Itaborahy e mais duas outras freguesias, em 1833, na ocasião da elevação daquela freguesia à categoria de Vila. Porém, outras importantes transformações de cunho político-administrativo grassaram naquelas paragens tempos depois.

Em 1850 ocorreu, dentro de seu próprio território, a formação de uma nova freguesia, a de Sant'Anna, cujas terras eram, em parte, as pertencentes à freguesia de

¹²³ TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista. Vol. V. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. p. 108.

Santíssima Trindade. Quatro anos mais tarde, outro decreto provincial restaurou os limites originais da freguesia de Santíssima Trindade, mudando, porém, sua denominação para Sant'Anna de Macacu. O decreto de 1854, sob a alegação de restaurar o território da freguesia de Santíssima Trindade acabou por, na verdade, extingui-la, substituindo-a pela de Sant'Anna de Macacu, com a transferência de sua sede administrativa para o Arraial de Sant'Anna.

Em 1863 a ameaça realizada pela primeira vez em 1842, na ocasião das epidemias de malária, seria finalmente levada a cabo e o então deputado provincial Leocádio de Figueiredo remeteu à Assembleia a análise do projeto para a extinção definitiva da Villa de Santo Antônio de Sá, cujas freguesias seriam então anexadas aos municípios vizinhos, Santo Antônio de Sá e Sant'Anna de Macacu passariam a pertencer a Villa de São João de Itaborahy, ao passo que São José da Boa Morte seria anexada à Villa de Magé¹²⁴.

O projeto, porém, só seria devidamente votado após um minucioso relatório realizado pela Comissão de Estatísticas e de Negócios Eclesiásticos, a fim de apontar as reais melhorias possibilitadas por uma ação tão incisiva. Tais informações só foram prestadas dois anos depois, em 1865, após requerimento realizado pelo deputado Miguel Feital.

As comissões de estatísticas e negócios eclesiásticos, tendo compulsado todas as informações e representações que se referem o projecto n. 63 de 1863, que extingue a Villa de Santo Antônio de Sá, anexando-se as suas freguezias a Itaborahy e Magé, e ponderando as circumstancias que ocorrem para que não seja aprovado o projecto, sugere uma outra ideia mais conveniente e que posta em prática, reúne todas as condições desejáveis de melhoramento para aquelle município e um futuro mais lisonjeiro para seus habitantes.

Se a extinção da Villa de Santo Antônio de Sá será por certo um facto altamente condemnável e injusto, a sua continuação de existência, tendo, porém, um centro mais animado e com mais vista de prosperidade, já cheio de vida e reversos, a tornara um dos pontos mais notaveis e importantes da província do Rio de Janeiro.

A extinção da Villa seria de uma ingratidão clamorosa à memoria da antiguidade, conta ella 300 anos de existência, e é a mais antiga da província do Rio de Janeiro. De seu território derivarão-se os municípios de Itaborahy, Maricá, Rio-Bonito, Saquarema, Araruama, Nova Friburgo, Cantagallo e Magé.¹²⁵

O parecer das Comissões segue, portanto, em defesa da manutenção da Villa de Santo Antônio de Sá, entendendo-a como possuidora de tal memória, não seria justo um

¹²⁴ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 12 de novembro de 1863. 1863. p. 72.

¹²⁵ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 29 de novembro de 1865. 1865. p. 136.

destino tão cabal quanto a simples extinção. Como forma de reparar as ‘injustiças’, fica o indicativo de mudar sim, o seu centro administrativo, em direção a uma região mais dinâmica e animada, capaz de prosperar.

A seguir, a mesma fonte dá indícios de que ‘a crise’ de Santo Antônio de Sá, assim como afirmamos, não foi igualmente destrutiva em todo o seu território, e que em meados do século XIX havia a pungência de um novo centro dinâmico, cujo rio Macacu elemento essencial ao entendimento do processo de conformação territorial da Vila deixa de sê-lo, dando lugar a uma nova forma de organização, baseada nos novos caminhos:

Que a freguezia de Santo Antonio de Sá está com efeito em decadência, não duvidão as comissões, e são as primeiras a reconhecê-lo, porque infelizmente o lugar não é salubre, há poucas edificações, e esta quase a maior parte arruinada, não tem médicos nem boticas, o seu commercio é pequeno, e a cadêa que existe é um foco de immundicias, fraca, estragada e sem a menor segurança.

Se, porém, neste estado que se acha a freguezia da Villa, florescente estão as de S. José da Boa-Morte e a da Santíssima Trindade de Sant’Anna de Macacau.

Esta ultima conta com mais de nove mil almas; é muito mais salubre que todas as outras localidades adjacentes: tem boas edificações, casa de commercio importantes, padarias, hotéis, serrarias, outras oficinas. Tem duas boticas e dous médicos formados; possui uma boa matriz, e uma casa de detenção construída expressamente para esse fim, e há um edifício muito adaptado para as funções do jury e camara municipal.¹²⁶

A freguesia de Sant’Anna de Macacu apresentava-se, portanto, como uma possível solução na busca pelo novo centro administrativo. Para além das beneficências apresentadas até aqui, a comissão enfatiza ainda a posição estratégica da freguesia de Sant’Anna, capaz de possibilitar não apenas uma maior integração com as freguesias pertencentes a vila, mas de configurar-se enquanto importante entreposto comercial, confluência das rotas de transporte de gêneros que desciam tanto a serra através de Cantagallo e Nova Friburgo, quanto pelo vale do rio São João, chegando a Rio Bonito e Capivary:

Além de todas as circunstancias, acresce que os moradores de S. José da Boa Morte tem melhor estrada para Sant’Anna que para Santo Antônio de Sá, tendo os de Portinho, que são os que ficam mais distantes, a estrada de Subaio, preferível a péssima viagem de quatro horas, que ora são obrigados a fazer pelo rio até à freguezia da Villa, e a se anexarem a Magé terão de atravessar rios caudalosos. Collocada,

¹²⁶ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 29 de novembro de 1865. 1865. p. 136.

portanto, a sede do município na freguezia de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu para ela convergirão ainda maiores forças. Os moradores de Gaviões, que já hoje mesmo gastam apenas duas horas de viagem, preferindo este ponto, para elle em tal caso affluirão com mais concorrência. Os da freguezia das Neves de Macahé e os de Correnteças com qualquer pequeno melhoramento na serra do rio São João, de certo darião preferencia para conduzirem as suas tropas para esta localidade. Os do rio São João, Rio-Bonito e Capivary, pela estrada do rio São João, demandarão a freguezia de Sant'Anna antes que o Porto das Caixas, tendo de gastar apenas três ou quatro dias de viagem de ida e volta.¹²⁷

Recebidas, portanto, as devidas informações, as Comissões lavraram seu parecer em 21 de dezembro de 1865, contrário à extinção da Vila de Santo Antônio de Sá e a anexação de suas freguesias pelas vilas vizinhas. Transfere, porém, a sede da vila antes estabelecida na freguesia de St. Antônio de Sá para a jovem e dinâmica freguesia de Sant'Anna de Macacu, criada apenas 15 anos antes:

Consequentemente todas estas razoes, e a ser a freguezia de Sant'Anna de Macacu uma estação de via férrea, por onde atravessa a linha de Cantagallo, que segue para a raiz da serra e para onde convergem os gêneros dos lugares produtores; attendendo a que esta freguezia é aquella do município que tem mais força de população, grande numero de lavradores, esta mais animada de commercio e é próxima as cachoeiras do Guapiassu, em cujas raias demorão muito importantes fazendeiros de S. José da Boa-Morte, distante apenas 2 ½ léguas daquela para esta localidade; entendem as comissões que, sob taes fundamentos, não só a extinção da Villa de Santo Antônio de Sá não tem menor razão de ser, como ainda o único meio de engrandece-la, respeitar-lhe as tradições e torna-la importante, é transferir-se-lhe a sede para a freguezia de Santíssima Trindade de Santa Anna de Macacu; pelo que esperão que esta assembleia, adoptando o seguinte projeto, o approve, e seja ele convertido em lei.¹²⁸

E foi deste modo que, ao concluir seu parecer, assinaram os deputados Miguel Feital, M. A. de Passos, Corrêa de Melo, Gabriel Pinto de Almeida e Rocha Campista. O projeto que evitava o desaparecimento da antiga vila decretava a morte de sua sede, fundada 168 anos antes com o aval do Capitão General Artur de Sá e Menezes, cujo 'Sá' adornou o nome da Vila. O projeto ainda arrastou-se pela Assembleia por alguns anos, sendo aprovado em 3ª discussão apenas em outubro de 1868.

Em setembro de 1875 a mesma Comissão de Estatísticas e de Negócios Eclesiásticos é novamente solicitada por um grupo de 50 moradores da freguesia de Santo Antônio de Sá, para apresentar um parecer favorável à “anexação da dita

¹²⁷ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 29 de novembro de 1865. 1865. p. 136.

¹²⁸ Ibidem.

freguezia ao município limítrofe de Itaborahy”¹²⁹. O apelo, entretanto, é negado pela dita comissão, entendendo que a distância de seis léguas alegada pelos moradores, aliada a falta de argumentos econômicos suficientes esbarraria na existência de duas fáceis vias de acesso à freguesia sede, quer seja, o rio Macacu, amplamente navegável naquele trecho, e as três estações da estrada de ferro Porto das Caixas x Cantagallo.

Apenas um mês depois, o sr. Balthazar Bernadino, morador da freguesia de St. Antônio de Sá retorna à tribuna da Assembleia para defender a anexação da freguesia à Vila de Itaborahy reiterando os argumentos prestados antes:

A freguezia em questão fora em outros tempos a cabeça do município que ainda guarda seu nome, e fora também um dos primeiros povoados da província do Rio de Janeiro; por muitos annos prosperou (...) e ia nesse caminhar quando sobreveio uma horrível peste conhecida com o nome de febre do Macacu, que assolou-a cruelmente, e dahi em diante começou a decadência.(...) Há argumentos que não podem ser destruídos, quem contestará que a sede do município dista seis léguas da freguezia de Santo Antonio de Sá, além da grande distancia, a falta de vias de comunicação boas e francas, principalmente no tempo das chuvas que trazem enchentes dos rios que por ali correm. No entanto, esses povos aspirão fazer parte do município de Itaborahy, porque a todos os respeitos lhes é mais commodo e fácil; dahi distão no máximo três léguas, vencido o rio Caceribu, onde existe uma ponte nova, ganha-se uma estrada de rodagem que vai à vila de Itaborahy.¹³⁰

Em nove de novembro de 1875, a Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro decide acatar os apelos daqueles 50 moradores representados pelo Sr. Bernardino e aprova a anexação da freguesia de Santo Antônio de Sá à Vila de S. João de Itaborahy¹³¹. A Vila de Santo Antônio de Sá permanece, misteriosamente, com o mesmo nome por mais de um ano, até que em janeiro de 1877, a mesma Assembleia “declara que fica com a denominação de Sant’Anna de Macacu a villa de Santo Antônio de Sá”¹³².

A história da Vila de Santo Antônio de Sá no decorrer do século XIX até sua nova denominação como Sant’Anna de Macacu é, sem dúvidas, uma história de decadência e descenso, porém, cabe-nos enquanto investigadores deste passado,

¹²⁹ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 23 de setembro de 1875. 1875. p. 67.

¹³⁰ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 29 de outubro de 1875. 1875. pp. 259-260.

¹³¹ Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 9 de novembro de 1875. 1875. p. 287.

¹³² Annaes da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Sessão de 15 de janeiro de 1877. 1876. p. 448.

relativizar estas fórmulas demasiadamente simples que ligam, de maneira automática, as palavras crise e decadência.

Desse modo, importou-nos compreender não apenas o cenário de crise amplamente trabalhado pela bibliografia sobre a região, mas entender que a crise não assolou do mesmo modo a todas as freguesias da Vila. Muitas delas, inclusive, emanciparam-se em novas cidades ou foram anexadas às vilas vizinhas a partir de um fenômeno inverso, o incremento de sua economia e a necessidade dispor de todas as benéfices representadas pela elevação ao status de vila.

A própria mudança do eixo econômico orientada pelo crescente abandono do rio enquanto via de transporte incorre também na valoração de outras áreas, justamente a recém-criada freguesia de Sant'Anna de Macacu, que se tornará dentro de poucos anos a sede da Vila e dará nome a mesma a partir de 1877. Claras eram as vantagens desta nova sede, suas terras mais elevadas a tornavam menos suscetíveis às cheias do Macacu e suas doenças, além de estar às margens da ferrovia e servida por uma de suas estações.

Capítulo 3 – Pequenos lavradores pobres e produção de alimentos no Vale do Macacu.

*Ninguém te oferece um feliz lenitivo
És rude e cativo, não tens liberdade
A roça é teu mundo e também tua escola
Teu braço é a mola que move a cidade.
Patativa do Assaré*

Tendo em vista o cenário enunciado nos capítulos anteriores, tencionamos aqui entender quais mudanças, do ponto de vista socioeconômico, operaram na região após as transformações produtivas motivadas pelas mudanças de cunho regional. Com destaque para o evidente deslocamento do eixo econômico: dos leitos dos rios e da cultura da cana (como observado entre os séculos XVI e XVIII) para as zonas mais secas, longe das epidemias e próximas do novo vetor do progresso, a linha férrea. Examinando ainda as mudanças propiciadas pelo movimento mais amplo, de cunho provincial e nacional, motivados principalmente pela redução de braços escravos para a lavoura e pela mudança do ‘produto rei’.

Buscaremos, a partir de uma análise microscópica, apontar quais foram as formas pelas quais estas mudanças afetaram a região estudada, principalmente a partir da chamada ‘crise do escravismo’ até o momento da definitiva extinção da Vila de Santo Antônio de Sá e da ereção da Vila de Sant’Anna de Macacu em seu lugar. Utilizando, para tanto, dados como: a estrutura fundiária, quantidade e tamanho médio das unidades produtivas; evolução demográfica da região; informes sobre quais os gêneros produzidos na vila, assim como as respectivas quantidades dos produtos que alcançavam o mercado interno; além dos dados referentes à atividade extrativista, leia-se o corte de madeiras, de importância vital para a região.

Com estas informações em mãos, objetiva-se lançar luz sobre uma região apartada da grande lavoura escravista, seja do café ou da cana, e por isto mesmo carente de estudos densos que atribuam a ela sua devida complexidade. Nesse sentido, focaremos nossa atenção nos mecanismos e estratégias adotadas pelos pequenos produtores livres na sua faina cotidiana pela sobrevivência e pela reprodução social do grupo e da unidade produtiva.

3.1 Camponeses, lavradores e roceiros.

O uso do termo ‘camponês’, ou mesmo ‘homem livre pobre’, para se referir à camada média da sociedade escravista brasileira nunca foi fácil. A existência histórica, definição e modalidades da economia camponesa constituem-se em temas polêmicos e dinâmicos no seio da Economia e da História Econômica.

Um dos claros problemas na utilização do termo é o fato de que, durante muitas décadas, o próprio objeto desta conceituação era totalmente desconhecido, o mundo rural brasileiro estava balizado pela existência quase que unânime de duas classes: senhores e escravos, os homens livres pobres sequer foram mencionados, ou se foram, apenas de maneira bastante superficial.

É necessário, portanto, definir de forma muito clara aquilo que a partir de agora estamos conceituando enquanto ‘camponês’. Para tanto, utilizamos aqui a definição proposta por Ciro Cardoso:

A partir do autor, podemos precisar quatro características básicas, a partir do ponto de vista econômico que definem, por assim dizer, o modo de vida camponês:

1) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto ; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor dos excedentes, etc.¹³³

Em seu trabalho *O Campesinato Brasileiro*, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) também produz uma definição compatível com a anterior. A autora salienta que, economicamente, define-se o camponês através do objetivo de plantar para o consumo, mas não o impede de produzir excedentes e comercializá-lo. De acordo com Queiroz, há alguns traços que diversos autores usam para definir o campesinato:

O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição do camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com eles correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra, por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar — de onde se empregar

¹³³ CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 52.

preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar à mão-de-obra familiar.¹³⁴

Mesmo com estas claras definições do que estamos considerando enquanto categoria, o termo camponês pode suscitar dúvidas, principalmente pelo tipo de mão-de-obra empregada nas lavouras. A partir deste ponto, a historiadora Marcia Motta¹³⁵ nega a possibilidade de serem incluídos enquanto camponeses os pequenos produtores escravistas, entendendo que os escravos eram, para estes, sua principal fonte de riqueza, e não apenas mão-de-obra adicional à família.

Seguindo, porém, a linha argumentativa de Hebe Mattos de Castro¹³⁶ e Antônio Carlos Jucá Sampaio¹³⁷, entendemos que estes indivíduos ocasionalmente poderiam estar inseridos em relações de produção diversas, onde o escravo se qualificaria, ele próprio, enquanto camponês, assim como o camponês também poderia também ser senhor de escravos. O que importa é diferenciar aquele pequeno produtor que vivia exclusivamente dos frutos do trabalho de seus cativos daquele cuja posse do escravo significava um aumento da força de trabalho disponível, elevando sensivelmente o seu nível de vida, mas sem levá-lo ao abandono da lida agrícola.

Existe uma densa discussão historiográfica sobre este tema em particular, e não nos cabe aqui revisitá-la, o mais importante é deixar clara quais são as nossas intensões diante da categoria camponês e, para além de manter uma suposta 'pureza'¹³⁸ do conceito, nos interessa adaptá-lo à realidade brasileira e do interior fluminense, onde estes pequenos agricultores, ainda que possuíssem escravos, eram quase tão excluídos socialmente quanto seus próprios cativos.

Alguns historiadores também atribuem a possibilidade da propriedade de escravos ao processo de acumulação de capitais provenientes do trabalho familiar, ou seja, a posse do escravo não apenas pode coexistir com a propriedade e o trabalho camponês, como está intimamente associada a um determinado momento do ciclo familiar, e muitas vezes garante o sustento deste camponês após a saída de seus filhos da propriedade.

¹³⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: artigos sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 29.

¹³⁵ MOTTA, Marcia M. M. **Pelas bandas d'além: Fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1989. p.11.

¹³⁶ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹³⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Magé na Crise do Escravismo: Sistema agrário e evolução na produção de alimentos (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. p. 87.

¹³⁸ Idem, p. 88.

Ao tratar deste assunto é imperativo retomar, em parte, a discussão apresentada no capítulo anterior, sobre economia colonial, resgatando o fértil debate que se desdobrou a partir das noções de ‘brecha camponesa’ e ‘economia autônoma dos cativos’. Como vimos, houve no Brasil dos anos 1960/70 um profundo debate que pôs em xeque os antigos modelos teóricos utilizados para explicar a organização econômica brasileira. Em seu lugar, surgiram uma série de novos estudos, entre eles o acalorado debate realizado por Ciro Cardoso e Jacob Gorender a respeito da ‘brecha camponesa’.

Em sua crítica a Cardoso, Gorender¹³⁹ não recusa a possibilidade de existência de uma economia autônoma do cativo ou mesmo da realização de um excedente agrícola capaz de acessar ao mercado local. A ênfase de sua crítica está na conceituação, ou seja, nega existência de uma ‘brecha’ por não entendê-la enquanto estrutural no modo de produção escravista colonial.

Em seu trabalho “*Escravos, roceiros e rebeldes*”, publicado originalmente em 1996, Stuart Schwartz usa de maneira cautelosa o termo ‘classe rural’¹⁴⁰ para dar conta de um vasto universo de categorias sociais que vão desde os meeiros até os pequenos proprietários. Entendendo estas categorias através da característica proximidade entre economia e família, ainda que houvesse uma crescente atração deste segmento à lavoura comercial de alimentos e ao uso de mão-de-obra escrava, principalmente no final do período colonial e primeiras décadas do império, quando a posse escrava atingiu seu ápice.

Schwartz também caracteriza este intervalo compreendido entre o final do século XVIII e decorrer do XIX como um período especialmente fértil no crescimento da lavoura de alimentos, do mercado interno e desta classe intermediária rural. Nesse sentido o autor afirma que “a economia brasileira passou por uma expansão rápida liderada por um renascimento agrícola”¹⁴¹, explicado através das mudanças políticas e sociais implementadas pela reforma pombalina e pela abertura da oportunidade para novos produtos agrícolas brasileiros em decorrência de conflitos entre os países europeus e suas colônias entre os anos de 1774 e 1815, que cortaram o acesso daquelas às suas tradicionais fontes de produtos agrícolas.

Por trás da expansão da economia escravocrata durante o colonial tardio e o império, permanece a complexa e menos conhecida história do crescimento do mercado interno. Acompanhando esta expansão, e fundamental a ela, estava o crescimento da

¹³⁹ GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978. pp. 258-269.

¹⁴⁰ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP : EDUSC, 2001. p. 126.

¹⁴¹ Ibidem, p. 127.

população rural livre que, ao contrário do que possa parecer, não esteve em uma posição de antagonismo à grande lavoura, mas a complementou, formando uma espécie de “retaguarda dos portos, das cidades e das plantations”¹⁴².

Schwartz¹⁴³ corrobora a tese de Linhares ao afirmar que o crescimento simultâneo dos setores de mão-de-obra escrava e os rurais livres não pode ser entendido como uma anomalia, longe disto, pois este setor rural livre era responsável por abastecer e dar base de sustentação ao crescimento da agricultura escravocrata de exportação. E mais, muitas vezes os dividendos gerados pela agricultura de alimentos foi um incentivador da expansão do escravismo, seja na aquisição e escravos utilizados como mão-de-obra para as pequenas fazendas de alimentos, seja na transferência dos lucros para outras atividades, como o café.

O século XIX ainda guardava outras surpresas, a partir dos anos 1850 com o cessar do tráfico atlântico de escravos e com a consolidação de um vigoroso mercado de escravos interprovincial houve um remanejamento destas populações escravas para as áreas de economia mais dinâmica, principalmente para a cultura do café, recém-estabelecida no Vale do Paraíba.

Na província fluminense algumas vilas tornaram-se verdadeiras abastecedoras de mão-de-obra escrava para outras regiões e províncias, a exemplo de Magé, cuja população escrava sofreu uma redução de 63,6% entre setembro de 1873 e agosto de 1882.

Diferente do que ocorreu em Magé, a antiga Vila de Santo Antônio de Sá, que na ocasião já se chamava Sant’Anna de Macacu, não sofreu grandes alterações na estrutura de sua população cativa, e a redução de 33,2% que verificamos não se deveu à implementação de uma política de remanejamento de força produtiva para outras regiões da província, mas esteve relacionado aos casos de óbitos e alforrias, como podemos verificar na tabela abaixo:

¹⁴² LINHARES, Maria Yedda. “Subsistência e sistemas agrários na Colônia, uma discussão”. In: **Estudos Econômicos**, USP, vol. 13, Número Especial, 1983, p. 745-762;

¹⁴³ SCHWARTZ. Op. Cit. pp. 138-139.

Tabela 3.1 - Movimentação da população escrava 1873-1882:

Vila:	Magé	Sant'Anna de Macacu
Total de escravos em 1873	8.268	4.090
Entrada de escravos pós-1873	557	852
Saídos (Tráfico Interprovincial)	4.458	1.096
Falecidos	1.042	738
Libertados	284	352
Total de Escravos em 1882.	3.009	2.732

Fonte: Relatório ao Presidente de Província. *Mapa demonstrativo do movimento da população escrava do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1873 a 31 de agosto de 1882*. 1883. p. 816.

Depreende-se daí que a posse escrava pode ter significado para alguns desses senhores uma rentável possibilidade de negócio e que o escravo tenha funcionado como uma espécie de reserva de valor, especialmente com sua rápida valorização após a proibição do tráfico atlântico. A mesma hipótese não se confirma, porém, para a Vila de Sant'Anna de Macacu onde não se verificou uma expressiva saída de escravos através dos mecanismos do tráfico interprovincial.

Tal constatação nos leva a acreditar que, ao contrário do que afirmam alguns autores, a posse de escravos entre os pequenos produtores durante o século XIX não se apresentou enquanto um valor em si, passível de venda em momentos que uma maior liquidez de capitais era necessária, ou pelo menos não ocorreu de maneira homogênea em todas as regiões onde os pequenos produtores faziam uso do trabalho escravo. Em Sant'Anna, a manutenção destes pequenos plantéis, mesmo com a escassez de escravos no mercado e o crescimento da demanda e preços, pode ser compreendida a partir da funcionalidade do escravo naquela situação, não como valor em si, mas como força de trabalho adicional e necessária à produção familiar.

3.2 A evolução demográfica e o acesso à terra.

A partir do último quartel do século XVIII e no decorrer do século seguinte houve no Brasil um interessante processo de aumento da população nacional, os motivos variavam de província para província, mas o fenômeno ocorreu de maneira mais ou menos generalizada. Estima-se que o Brasil passou de 1,5 milhões de habitantes, em 1776, para 2 milhões em 1800 e 3,5 milhões em 1819¹⁴⁴. Tais números denotam um crescimento acelerado da população colonial, com um crescimento de 1,2% ao ano entre as duas primeiras datas e de 3,0% ao ano para o período seguinte.

¹⁴⁴ SCHWARTZ. Op. Cit. p. 130.

Claro que uma boa parte deste crescimento se deve ao regular desembarque de negros africanos traficados aos portos brasileiros na condição de escravos, calcula-se que no período de expansão agrícola este número girava em torno de 30 a 40 mil africanos por ano. Acreditamos, porém, que este aumento da população ocorreu em consequência também do crescimento da população livre (dado que pode ser comprovado com os censos), especialmente pardos e mestiços.

Com o intuito de acompanhar a evolução demográfica da região estudada apresentaremos algumas estatísticas produzidas no decorrer do século XIX. Apesar da ênfase no período imediatamente posterior a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, procuramos, nesta pesquisa, incorporar o maior número de dados estatísticos, a fim de garantir algum parâmetro comparativo às séries, além de produzir um quadro mais geral sobre a população livre e escrava para a região. Outra questão importante era a diferenciação, no interior destes censos, entre população livre e população escrava, que além do nos auxiliar na compreensão dos dados, indicam uma forte presença da distinção social, como nos informa Schwartz:

A distinção social máxima sobre a qual se assentava a sociedade brasileira era a divisão entre escravos e livres. Essa distinção jurídica essencial, herdada da lei romana, dividia a sociedade em indivíduos com direitos de pessoas e propriedade, que podiam teoricamente exercer direitos de cidadãos, e indivíduos que não o podiam.¹⁴⁵

A primeira série estatística consultada é justamente o *Mappa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguezias da cidade e província do Rio de Janeiro*, parte de um estudo encomendado pela Coroa em 1821 onde fora mapeada a situação da população da Província do Rio de Janeiro e cujo propósito básico era a atualização das listas de eleitores. Para além do objetivo inicial, este rico documento nos garante valiosas informações sobre o conjunto da população em Santo Antônio de Sá às vésperas da Independência.

¹⁴⁵ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 p.214.

Tabela 3.2 - População das principais freguesias de Santo Antônio de Sá - 1821

Freguesias	Fogos	Livres	%	Escravos	%	Total
Santo Antônio de Sá	893	3.918	50,6	3.826	49,4	7.744
Santíssima Trindade	646	2.846	54,4	2.381	45,6	5.227
S. João Batista de Itaboraí	1250	4.517	40,8	6.564	59,2	11.081
Total	3137	12.613	46,6	14.428	53,4	27.041

Fonte: Mappa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguesias da cidade e Província do Rio de Janeiro – 1821. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico. Tomo XXXIII, vol. 1. 1870, p. 137.

Vale a pena lembrar que em 1833, ou seja, aproximadamente uma década depois da realização deste censo, a freguesia de São João Batista de Itaboraí se desmembraria da Vila de Santo Antônio de Sá para a conformação do termo de uma nova Vila. Sabemos ainda que, segundo informações já mencionadas, a freguesia de S. João Batista de Itaboraí apresentava características bem distintas em relação às demais freguesias da vila de Santo Antônio de Sá, sendo ela, inclusive, um grande polo produtor de cana-de-açúcar e detentora de uma série de engenhos de açúcar e cachaça¹⁴⁶.

Outro indicativo das características produtivas que já se esboçavam desde o final do século XVIII, e mostra-se bastante presente nestes números, é a relação entre livres e cativos, a diferenciação da composição da população nas diferentes freguesias. A freguesia de S. João Batista de Itaboraí, por exemplo, apresenta o maior percentual de escravos de toda a Vila (59,2%), dado bastante significativo tendo em vista a informação prévia de que esta era a principal área produtora de açúcar e sede da maior parte dos engenhos presentes na Vila, por outro lado, a freguesia de Santíssima Trindade, importante área produtora de alimentos, especialmente farinha de mandioca e milho, possui o menor percentual de população escrava da Vila (45,6%).

A estatística seguinte, produzida em 1840 e publicada um ano depois por Paulino José Soares de Souza no interior de seu relatório, na condição de Presidente da Província do Rio de Janeiro, já não é mais mencionada a freguesia de S. João Batista de Itaboraí, ao passo que o antigo curato de São José da Boa Morte é elevado à condição de freguesia e já figura como tal no recenseamento da Vila de Santo Antônio de Sá.

¹⁴⁶ Ver: ABREU, Mauricio de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. p.214.

Apesar de não apresentar os números referentes à freguesia de Santíssima Trindade, podemos intuir, levando em conta os censos seguintes e a tendência de migração da população de Santo Antônio para as áreas mais altas e afastadas do rio Macacu, que a população de Santíssima Trindade já superava, com boa margem, o total dos residentes na sede da Vila.

Tabela 3.3 - População das principais freguesias e da Vila de Santo Antônio de Sá – 1840.

Local	Livres	%	Escravos	%	Total
Freguesia de Santo Antônio de Sá	1.105	43,8	1.417	56,2	2.522
Freguesia de Santíssima Trindade	-	-	-	-	-
Freguesia de S. José da Boa Morte	2.937	48,6	3.109	51,4	6.046
Vila de S. Antônio de Sá	4.042	47,2	4.526	52,8	8.568
Província do Rio de Janeiro	183.200	45	224.012	55	407.212

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro segundo as condições, sexo e cores –1840. In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1841. p. 109.

Sem dúvidas o dado mais chamativo na comparação entre as tabelas 3.2 e 3.3 é a sensível queda na população da freguesia de Santo Antônio de Sá, que passou de 7.744 almas em 1821, para apenas 2.522 em 1840, ou seja, uma queda de mais de 60% da população residente em um intervalo de apenas 19 anos. Como vimos no capítulo anterior, os anos de 1830 representaram, para a freguesia sede da Vila, um momento de grandes retrações, as frequentes epidemias da *febre do Macacu* (malária) e o modelo de profilaxia empregado pela medicina de então acabou por ocasionar uma redução drástica na população que habitava a região próxima ao Macacu, migrando para as regiões mais altas e distantes do rio, o que explica, em parte, o crescimento acentuado nas freguesias de Santíssima Trindade e S. José da Boa Morte.

As tabelas seguinte, referente aos recenseamentos da população da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1850 e 1856, publicadas no Relatório do Presidente da Província respectivamente nos anos de 1851 e 1857, nos dão maiores detalhes sobre a dinâmica da população da Vila de Santo Antônio de Sá.

Percebe-se que, mesmo que não haja evidências de novos surtos epidêmicos da febre do Macacu ao longo dos anos 1840 e 1850, a população da freguesia sede de Santo Antônio de Sá mantém sua tendência ao decréscimo, caindo 12,4% durante o intervalo descrito. A relação entre moradores livres x cativos nas diversas freguesias da Vila, porém, mantém-se relativamente estável, sendo a freguesia de Santo Antônio de Sá aquela que tem o maior número de escravos em relação à população livre (54,3%), enquanto a freguesia de Santíssima Trindade, apesar de possuir, em números gerais, a maior população escrava da Vila, é também aquela que apresenta a maior população livre, tendo o menor percentual de população escrava em relação ao total (40,4%).

Tabela 3.4 - População das principais freguesias e da Vila de Santo Antônio de Sá – 1850.

Local	Livres	%	Escravos	%	Total
Freguesia de Santo Antônio de Sá	1.010	45,7	1.200	54,3	2.210
Freguesia de Santíssima Trindade	4.299	59,6	2.914	40,4	7.213
Freguesia de S. José da Boa Morte	3.338	49,3	3.428	50,7	6.766
Vila de S. Antônio de Sá	8.691	53,5	7.542	46,5	16.233
Província do Rio de Janeiro	262.526	47,2	293.554	52,8	556.080

Fonte: Recenseamento da População da Província do Rio de Janeiro—1850. In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851. p.100.

A queda geral na população de Santo Antônio de Sá, aliada à tendência de crescimento da população que se verifica para as freguesias de Santíssima Trindade e São José da Boa Morte são também indícios do crescimento da produção de alimentos como principal vetor de desenvolvimento para a Vila no decorrer do século XIX, tendo em vista ainda o desmembramento das freguesias de produção açucareira, que passaram a compor a Vila de São João Batista de Itaboraí. Como veremos mais a frente a então freguesia de Santíssima Trindade (posteriormente chamada de Sant'Anna de Macacu) se tornará, neste período, a maior produtora de farinha de mandioca e milho da Vila, figurando entre os maiores produtores de todo o recôncavo da Guanabara e da Província.

Tabela 3.5 - População da Vila de Santo Antônio de Sá – 1856.

Local	Livres	%	Escravos	%	Total
Vila de S. Antônio de Sá	10.079	56,7	7.703	43,3	17.782
Província do Rio de Janeiro	269.687	50,7	262.481	49,3	532.168

Fonte: Estatística da Província. In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1857. pp.151-154.

Tendo em vista o ano de 1877 como limite cronológico desta pesquisa, o Recenseamento Geral do Império, de 1872, será utilizado como último conjunto de fontes para o mapeamento das mudanças demográficas. Dentre todas as estatísticas expostas até aqui, o Recenseamento de 1872 é a único produzido em escala nacional, capaz de indicar uma preocupação do Império em definir o quadro demográfico da nação.

Assim como nos censos anteriores, é possível verificar a diferenciação entre a população livre e a população cativa, demonstrando ser esta diferenciação uma das bases da sociedade do Império. Apesar da inexistência de dados referentes à freguesia de São José da Boa Morte (a segunda mais populosa da vila), é possível constatar que há uma manutenção da tendência geral observada nos censos anteriores. Ou seja, a queda da população geral na freguesia de Santo Antônio de Sá (que a essa altura já havia deixado de ser sede da vila). Porém, a queda se dá basicamente no interior da população escrava, que de 1200 indivíduos, em 1850, cai para apenas 486, em 1872, uma queda de 59,5%, enquanto a população livre esboça um tímido crescimento, passando de 1.010 indivíduos em 1850, para 1.306 em 1872, um aumento de 29,5%.

Esta fórmula se repete, ainda que em proporção menor, também para a freguesia de Santíssima Trindade (cuja denominação se altera para Sant'Anna de Macacu a partir de 1854). Parece bastante óbvio que a queda da população escrava relaciona-se diretamente à proibição do tráfico levada a cabo pela Lei Eusébio de Queiroz, e a respectiva escassez de braços escravos a partir de então. No geral, porém, a redução da escravidão na Vila de Santo Antônio de Sá fica aquém do acentuado decréscimo verificado nas vilas e freguesias vizinhas, dado que, aliado ao *Mapa demonstrativo do movimento da população escrava do Rio de Janeiro - 1873-1882*¹⁴⁷ (Tabela 3.1), desfaz

¹⁴⁷ Mapa demonstrativo do movimento da população escrava do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1873 a 31 de agosto de 1882. In: **Relatório ao Presidente de Província do Rio de Janeiro**. 1883. p. 816.

a tese mais comum de que houve um acentuado remanejamento interno de escravos, migrando das áreas policultoras (ou de produção de mantimentos) para os setores mais modernos (e abastados) da agricultura fluminense, em especial as fazendas de café do Vale do Paraíba.

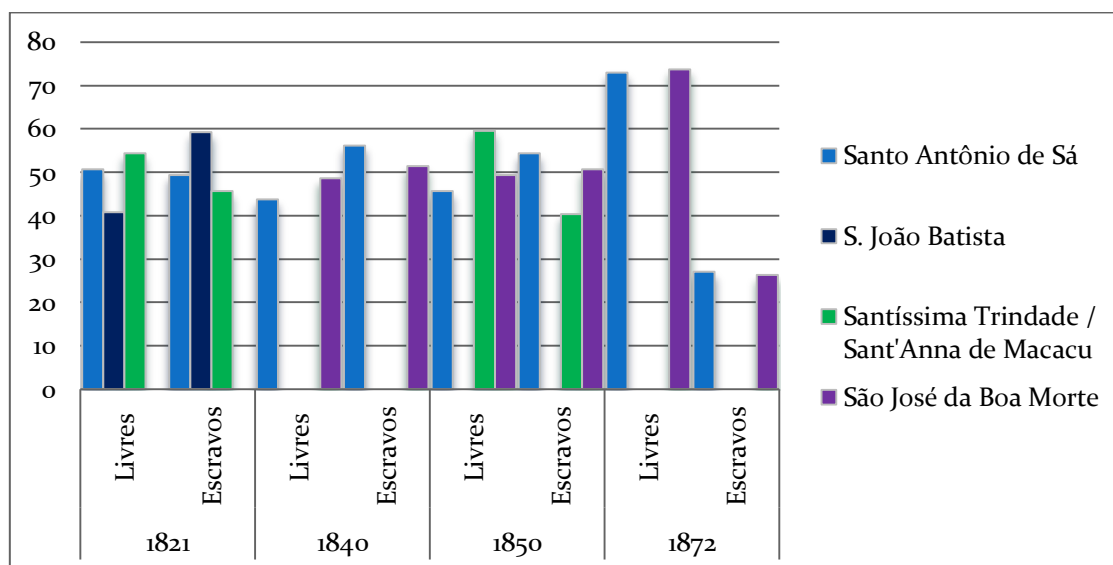
Tabela 3.6 - População das principais freguesias e da Vila de Santo Antônio de Sá – 1872.

Local	Livres	%	Escravos	%	Total
Freguesia de Santo Antônio de Sá	1.306	72,9	486	27,1	1.792
Freguesia de Sant'Anna de Macacu	5.571	73,7	1.985	26,3	7.556
Freguesia de S. José da Boa Morte	-	-	-	-	-
Vila de S. Antônio de Sá	6.877	73,5	2.471	26,5	9.348
Província do Rio de Janeiro	490.087	62,5	292.687	37,5	782.774

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872.

No gráfico abaixo podemos acompanhar através dos índices demográficos a evolução da população na Vila de Santo Antônio de Sá, desde o recenseamento da Província de 1820 até o Recenseamento Geral do Império, de 1872.

Gráfico 3.1 - População Livre/Escrava da Vila de Santo Antônio de Sá – 1820 a 1872



É claro que os números apresentados até aqui não são, de forma alguma, expressões da verdade, ou dados inquestionáveis. Prova disto são as constantes falhas e omissões, como a ausência das informações sobre a população da freguesia de Santíssima Trindade em 1840 e de São José da Boa Morte em 1872. Além disto, o próprio recenseamento de 1856 se justifica em relação aos possíveis problemas: “Este resultado está bem longe de ser o **verdadeiro** (grifo meu), pois que, como é sabido, muitos cidadãos não se prestão a dar informações exactas do numero de pessoas que lhes pertencem, ou deixão absolutamente de dá-las de qualquer forma”¹⁴⁸

No que diz respeito à estrutura fundiária e a forma pela qual estes indivíduos acessavam a posse da terra, partiremos dos Registros Paroquiais de Terras, dos livros 77, 78 e 79, que referem-se, respectivamente, às freguesias de Santo Antônio de Sá, São José da Boa Morte e Santíssima Trindade. Tais documentos foram produzidos entre os anos de 1854 e 1866 em resposta ao Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei nº 601 de 1850 (Lei de Terras). Eram registros que, realizados pelos vigários das freguesias, estipulava que “todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade, ou possessão, são obrigados a fazer registrar as terras que possuírem”¹⁴⁹. O valor histórico dos documentos em questão nos parece imprescindível, trata-se do registro, em tese, de todos os indivíduos que possuíam propriedade ou posse de terras no Brasil do meado do século XIX.

Os Registros Paroquiais de Terras são uma das poucas fontes extensivas disponíveis para a investigação da propriedade fundiária no Brasil dos oitocentos, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva¹⁵⁰ chegam a afirma que antes dos dados fornecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nos anos 1970, o único cadastro fundiário em escala nacional são os Registros Paroquiais de Terras de meados dos anos 1850, não deixaram, porém, de ressaltar ainda as suas fragilidades, destacando, por exemplo, a imprecisão das informações prestadas.

Apesar de imprescindível para a conformação dos estudos agrários que se propõem a elucidar as questões da estrutura agrária brasileira do século XIX, assim como as formas de acesso e manutenção da terra entre fazendeiros e lavradores, os

¹⁴⁸ Estatística da Província. In: **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro**. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1857. p. 154.

¹⁴⁹ Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. Capítulo IX, artigo 91.

¹⁵⁰ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1980. pp. 71-105.

registros foram intensamente criticados¹⁵¹, especialmente pelo seu fracasso enquanto instrumento legal de definição da estrutura fundiária. Entretanto, concordamos com a análise de Marcia Motta ao afirmar que o Registro Paroquial de Terras não fora “capaz de reorganizar a estrutura fundiária nem de discriminar as terras públicas das privadas em todo o território nacional, em alguns momentos ele serviu como instrumento de poder”¹⁵², mas poderia servir para conferir legitimidade pública aos interesses dos proprietários de terras em cada região, o que dependia da decisão de fazendeiros e lavradores de considerá-lo um instrumento capaz de garantir, ou oficializar, o seu domínio sobre as terras que de fato ocupavam, ou sobre os domínios de outrem:

Decidir registrar sua terra podia implicar ou não uma opção por uma declaração detalhada da área ocupada ou apenas um rápido e sucinto registro, capaz de salvaguardar o domínio de sua fazenda, sem que com isso o declarante tivesse que limitá-la territorialmente, declarando sua extensão. Ademais, se não era exigida uma precisa delimitação territorial, os declarantes podiam operar com o poder de decisão sobre quem eram os seus confrontantes. Em outras palavras: ao registrar sua terra, o declarante poderia reafirmar ou não o domínio de outrem, pelo simples fato de registrar ou não a sua terra como um dos seus limites territoriais.¹⁵³

São estes os interesses que explicam as lacunas que se apresentam nos registros, é preciso entender que a imprecisão das informações dadas pelos declarantes e colhidas pelos vigários não são isentas, ou que apenas pecam por suas incompletudes, mas fazem parte de um conjunto de estratégias adotadas para a manutenção da propriedade da terra.

Com relação às imprecisões de limites, Marcia Motta apresenta como exemplo a forma com a qual o Barão de Piabanha registrou sua fazenda da Serraria, que "desafiaria hoje qualquer cartógrafo que se aventurasse a plotá-la"¹⁵⁴, por conta dos marcos geográficos mencionados no registro: o monte da Boa Vista, a estrada da Serraria, a porteira, o córrego da cachoeira da fazenda Geral do Piracema. Esta característica, por sinal, não foi uma exclusividade dos grandes fazendeiros do Vale do Paraíba, sendo a indefinição dos limites reais e os usos de marcos pouco ortodoxos, práticas comuns também os registros das pequenas propriedades em Santo Antônio de Sá.

Não havia, ainda, nenhuma obrigatoriedade de que os declarantes informassem o tamanho exato de sua propriedade, tampouco a forma pela qual fora adquirida (por

¹⁵¹ Posição adotada por SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

¹⁵² MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. 2ª edição Revisada e ampliada. Niterói, EdUFF, 2008. p.174.

¹⁵³ Ibidem, p. 174-175.

¹⁵⁴ MOTTA. Op. Cit. p. 182.

posse, compra, sesmaria, etc.). Em virtude disto, número expressivo dos registros apresenta apenas a medida da testada, isentando-se de informar a extensão dos fundos e dos lados. A fim de burlar esta inexatidão, muitos historiadores optaram por considerar estas propriedades enquanto quadrados regulares como ressalta Marcia Motta¹⁵⁵, e assim criar mecanismos capazes de mensurar e quantificar o padrão de ocupação das terras.

Foi a prática social em cada lugar, porém, que definiu o caráter dos registros, não sendo possível, portanto, atribuir-lhes uma fórmula geral, que se reproduziria em todo o território nacional. Ou então imaginar, de forma ingênua, que os anseios estatais (e das elites políticas) representados na aprovação da lei de 1850 e sua regulamentação em 1854 fossem integral e homogeneamente postos em prática. Como consequência, como o fez recentemente Marcelo Godoy¹⁵⁶, destacamos as possibilidades dos registros de terras como fonte valiosa de informações sobre os estudos de História Agrária, além de constituírem corpo documental quase único em termos das informações que o compõem.

Para o caso de Santo Antônio de Sá é interessante notar o expressivo número de declarantes, ultrapassando as mil declarações, como indica a tabela abaixo. Sabemos que entre os anos de 1850 e 1856 a população livre em Santo Antônio de Sá girava entre 8.691 e 10.079 indivíduos, e cuja população masculina não ultrapassava, em 1850, a cifra de 4.275 almas, ou seja, aproximadamente 27% da população masculina declarou possuir terras em Santo Antônio de Sá. Apesar de só possuímos, através do censo provincial de 1850, a classificação etária da população livre para a Freguesia de São José da Boa Morte, devemos levar em conta ainda uma drástica redução desta população masculina livre se considerarmos apenas os homens em idade produtiva, deste modo, o percentual da população a se declarar possuidora de terras aumenta sensivelmente.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 176.

¹⁵⁶ GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia - estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. In: **Revista História Econômica e História de Empresas/ABPHE**. São Paulo, nº XIII vol. 1. 2010, pp. 95-132.

Tabela 3.7 - Número de Registros Paroquiais de Terras na
Vila de Santo Antônio de Sá – 1854-1856

Local	Registros
Freguesia de Santo Antônio de Sá	96
Freguesia de Santíssima Trindade (Sant'Anna de Macacu)	445
Freguesia de S. José da Boa Morte	614
Vila de S. Antônio de Sá	1155

Fonte: Livros 77,78 e 79 dos Registros Paroquiais de Terras. Vila de Santo Antônio de Sá – 1854-1856.

Não obstante, uma análise mais minuciosa dos Registros Paroquiais de Terras aponta para uma impressionante concentração de terras em Santo Antônio de Sá. Considerando como grandes proprietários os declarantes de extensões de terra de dimensões maiores ou similares à área média das fazendas de café do Vale do Paraíba (400 ha), percebemos que os declarantes de terras nas freguesias de Santo Antônio de Sá e Santíssima Trindade possuíam, respectivamente, 66% e 53,23% do total das áreas declaradas, apesar de representarem apenas 5,25% e 1,6% do número total dos declarantes.

Por outro lado, se considerarmos apenas aqueles cujas terras possuíam uma extensão total de menos de 100 ha (consideradas aqui como pequenas propriedades) percebemos que a maioria absoluta dos declarantes enquadrava-se nesta categoria, sendo 85 (89,5%) das 95 declarações de Santo Antônio de Sá e 418 (95,4%) das 438 declarações de Santíssima Trindade.

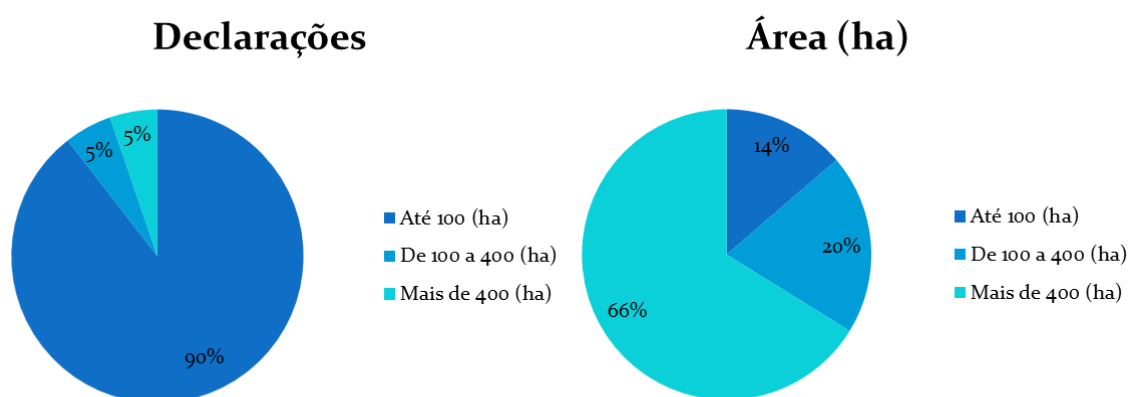
Assim como as características encontradas para os registros de Capivary por Hebe Matos de Castro¹⁵⁷, em Santo Antônio de Sá poucas foram as declarações que davam contas de fazendas, sítios e chácaras, sendo a maior parte delas referentes às 'datas de terras'. Segunda a mesma autora, essa utilização do termo datas de terras relaciona-se à preocupação básica dos declarantes em legalizar uma extensão de terras sem vinculá-las à extensão da ocupação efetiva.

¹⁵⁷ CASTRO. Op. Cit. pp. 18-20.

Tabela 3.8 – Registros Paroquiais de Terras de Santo Antônio de Sá
(Concentração fundiária por declarante) – 1854-1856

Tamanho (ha)	Total (ha)	Número de declarações	Área (%)	Declarantes (%)
Até 100	622	85	14,00	89,50
De 100 a 400	910	5	20,00	5,25
Mais de 400	3.000	5	66,00	5,25
Total	4.532	95	100,00	100,00

Gráfico 3.2 – Registros Paroquiais de Terras de Santo Antônio de Sá
(declarações e concentração fundiária) – 1854-1856

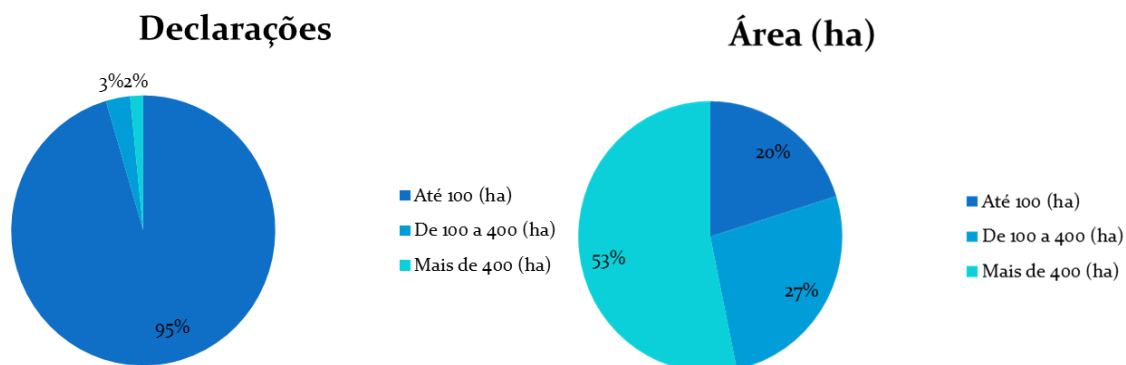


Fonte: Livro 77 dos Registros Paroquiais de Terras. Vila de Santo Antônio de Sá – 1854-1856.

Tabela 3.9 – Registros Paroquiais de Terras de Santíssima Trindade
(Concentração fundiária por declarante) – 1854-1856

Tamanho (ha)	Total (ha)	Número de declarações	Área (%)	Declarantes (%)
Até 100	2.134,24	418	20,16	95,40
De 100 a 400	2.815,02	13	26,61	3,00
Mais de 400	5.632,48	7	53,23	1,60
Total	10.581,74	438	100,00	100,00

Gráfico 3.3 – Registros Paroquiais de Terras de Santíssima Trindade
(declarações e concentração fundiária) – 1854-1856



Fonte: Livro 79 dos Registros Paroquiais de Terras. Vila de Santo Antônio de Sá – 1854-1856.

Está claro que a população livre aumentou expressivamente, especialmente a partir dos anos 70 do século XIX. Também é preciso destacar que a região em questão – Vale do Guapi-Macacu - não era caracterizada, nesse momento, por grandes propriedades, o que reafirma nossa ideia de que esses trabalhadores eram livres e pobres estavam inseridos em uma cadeia social e produtiva que os mantinha, em grande medida, ligados à terra, qual seja, a produção de alimentos que foram primordiais para o abastecimento do Rio de Janeiro nesse período.

3.3 - Perfil produtivo da agricultura de Santo Antônio de Sá.

Durante os oitocentos, além das fazendas de produção de cana-de-açúcar e de café, as últimas em menor quantidade, um grande número de posses e outras situações foram constituídas nesta região. A partir das informações prestadas por fontes como a *Discripção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, os *Registros Paroquiais de Terras*, além dos relatos de viajantes que passaram pelas serras fluminenses no século XIX, percebemos a existência, naqueles sertões, de um grande número de trabalhadores mestiços, pobres e livres situados entre os dois extremos da pirâmide social brasileira. Não eram nem escravos, nem senhores de escravos, mas sim pequenos agricultores que se fixavam nas franjas da *plantation*, cultivando plantas, criando animais e extraíndo da natureza os recursos necessários à sua própria sobrevivência, ao mesmo tempo em que destinavam parte de sua produção ao mercado interno.

Porém, diante das fontes consultadas e já mencionadas, percebemos que a diversificação produtiva, com destaque para a cultura de alimentos, assim como as práticas extrativistas que visavam à floresta (indústria madeireira) têm sido práticas comuns nas terras do Macacu desde, pelo menos, as últimas décadas dos setecentos. Como bem identifica o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva:

As maiores freguesias produtoras de alimentos, de toda a capitania eram as de Cabo Frio, Campos, Santíssima Trindade, Itaboraí e Jacutinga, com amplo predomínio do cultivo da mandioca e o fabrico de farinha. Porém, por todas as informações que possuímos, a produção de Cabo Frio e de Campos estava voltada para o seu próprio abastecimento, em particular do seu vasto hinterland açucareiro, e não desempenhava nenhum papel de monta no abastecimento do Rio de Janeiro.¹⁵⁸

Depreende-se daí, que o grosso do cultivo de alimentos realizado na Capitania do Rio de Janeiro com objetivos de abastecimento das regiões vizinhas e o mercado interno, desde o século XVIII, era realizado na região do Recôncavo da Guanabara e nos ‘Sertões do Macacu’, cujas 22 freguesias eram responsáveis por “75% de toda a produção de farinha da capitania; 86% de todo o arroz, 81% do milho e 60% da produção de feijão”¹⁵⁹.

O autor ressalta ainda a formação de um amplo arco de produção para abastecimento desde o fundo da Baía da Guanabara até Itaboraí, irrigado por uma complexa rede fluvial capaz de transportar, sem grandes custos, a produção destas áreas até a cidade do Rio de Janeiro, servindo-se, geralmente, daqueles rios que tinham como destino a Baía da Guanabara.

Assim, nos rios São João de Meriti, Sarapuí e Iguaçu, de um lado da baía, e o Macacu, Guapi e Guaraí, do outro lado, apresentavam um intenso movimento comercial. Só Cachoeiras de Macacu tinha 24 portos visitados por saveiros e barcos, enquanto em Pilar do Iguaçu mais de 100 barcos transportavam exclusivamente mantimentos.¹⁶⁰

¹⁵⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990, p.166-167.

¹⁵⁹ SILVA. Op. Cit. p.166-167.

¹⁶⁰ Ibidem, p.172.

Mapa 3.1 – Região de produção de abastecimento do Recôncavo da Guanabara - 1892



Fonte: MASSOW, Hilário. Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & Cia., 1892. Fundação Biblioteca Nacional.

Não obstante, o relatório do Marques de Lavradio nos dá uma dimensão mais exata sobre os portos e o movimento das embarcações na Vila de Santo Antônio de Sá, que contava com pelo menos 25 portos fluviais ao longo do Rio Macacu e de seus afluentes, além do movimento contínuo de pelo menos 50 embarcações, entre saveiros e barcas, excluindo deste montante as inúmeras embarcações de pequeno porte utilizadas por lavradores para levar seus produtos até as sedes das freguesias para que fossem consumidas internamente ou encaminhada às regiões vizinhas.

Tabela 3.10 – Portos, Barcos e Madeiras na Vila de Santo Antônio de Sá - 1778

Freguesia	Portos	Barcos	Madeiras tabuados (dúzias)	Madeiras – carvão e lenha (barcos)
Santo Antônio de Sá	12	18	1650	40
Santíssima Trindade	-	-	-	-
São João de Itaboraí	01	14	-	-
N. S. do Desterro de Itambi	05	08	-	-
N. S. da Conceição do Rio do Ouro	-	-	-	-
N. S. da Ajuda do Aguapey-Mirim	07	10	-	130
Total da Vila	25	50	1650	170

Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I. 1913

Em busca de imagens mais nítidas sobre o que representava, em termos de possibilidades de transporte, existência de um grande rio navegável recorremos ao interessante relato produzido por Hermann Burmeister, zoólogo alemão, que em meados do século XIX aventurava-se em terras fluminenses com destino às regiões mineradoras além do Vale do Paraíba. Em sua curta passagem pela Vila de Santo Antônio de Sá em 1853, optou pelo uso do transporte fluvial, lembrando que o transporte férreo só seria inaugurado seis anos mais tarde, após embarcar na praia da Saúde, na cidade do Rio de Janeiro, e cruzar toda Baía da Guanabara, o viajante nos deixou uma vívida descrição sobre o trajeto.

Ao alcançar a barra do Macacu, Burmeister observa alguns dos aspectos naturais da paisagem, ressaltando a coloração do rio, de águas turvas, com uma coloração acastanhada, e sua vegetação, principalmente o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), demonstrando algum conhecimento prévio da região ao afirmar que as águas do Macacu apresentam aspectos “nocivos aos estrangeiros, não apenas quando bebida, mas também suas exalações”¹⁶¹. Apenas uma hora após a entrada no rio, Burmeister avista a primeira localidade de Sampaio, onde “uma chata (balsa) carregada de madeira estava em frente a casa e parecia pronta para iniciar sua viagem para o Rio de Janeiro”, afirmava ainda que “nesta localidade se constroem embarcações e grandes quantidades de madeira para este fim é armazenada na margem do rio”¹⁶². Não obstante, em obra de 1820, Monsenhor Pizarro chama a atenção sobre a utilização dos rios e canais para o transporte de pessoas, mercadorias e madeiras:

¹⁶¹ BURMEISTER, Hermann. p. 69.

¹⁶² Ibidem, p. 69.

A maior parte dos habitantes d'este districto se exercita na lavoura da Cana para assucar, trabalhada em quinze fabricas, e para aguardente em duas engenhocas; na mandioca para farinha, milho, feijão e arroz. Entretanto que outros se applicam pelos matos ao trato de madeiras de falquejo, e de serra e ao commercio de lenha e de carvão, cujos effeitos fazem o todo de 210:576:000 réis em calculo. Por canoas desde as origens dos Rios principaes Aguapy-assú, Aquápeymirim, e Cassarébu, até algumas legoas acima do lugar da Freguezia, onde chegam as barcas à carregar madeiras, se conduzem os sobreditos effeitos: dali ou continuam as canoas com as suas cargas até a Cidade, ou as despejam nas barcas, e lanchas, que as transportam pelos Rios mencionados, cujas aguas se depositam no de Macacu, à procura do mar da Enseada, por onde se comunica a grande fartura de peixe, de que todos gozam¹⁶³.

Havia, portanto, no Recôncavo da Guanabara uma intensa rede produtora e distribuidora de alimentos, impulsionada pela fertilidade do solo e o fácil acesso à sede da Capitania, desde os séculos XVII e XVIII.

Recorrendo, mais uma vez, ao Relatório do Marques de Lavradio, produzido em finais do século XVIII, temos a dimensão da posição de destaque da Vila de Santo Antônio de Sá na condição de abastecedora, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. O principal produto da Vila é, sem dúvidas, a farinha de mandioca, que totalizou, no ano de 1778, 78.395 alqueires, sendo a freguesia de Santíssima Trindade responsável pela maior parte da produção deste gênero (35,7%), seguida pela freguesia de São João de Itaboraí (29,7%) e a freguesia sede da Vila (12,7%).

¹⁶³ PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. p. 194.

Tabela 3.11 - Produção de Mantimentos na Vila de Santo Antônio de Sá - 1778

Freguesia	Farinha (alqueires)	Feijão (alqueires)	Milho (alqueires)	Arroz (alqueires)
Santo Antônio de Sá	10.000	400	500	3.000
Santíssima Trindade	28.000	2.200	1.700	3.500
São João de Itaboraí	23.295	8.040	11.275	2.869
N. S. do Desterro de Itambi	1.500	100	80	600
N. S. da Conceição do Rio do Ouro	6.600	1.400	2.300	100
N. S. da Ajuda do Aguapey-Mirim	9.000	200	200	2.500
Total da Vila	78.395	12.340	16.055	12.569

Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I. 1913

A produção açucareira, reconhecida como a grande lavoura da região à época, porém, tinha um reduzido desenvolvimento e estava circunscrita a uma pequena fração da Vila, justamente àquela que anos mais tarde se emanciparia para a formação de uma nova vila, a freguesia de São João de Itaboraí. Mais uma vez, a tímida presença da cultura da cana e, por conseguinte, da grande lavoura nos moldes escravistas, na maior parte da Vila, associada à sua estrutura agrária caracterizada pela fragmentação das propriedades e a existência de um grande número de posses e outras situações, reiteram a peculiaridade da região como habitada por pequenos lavradores de alimentos e a afasta dos grandes ‘modelos explicativos’ da economia colonial e imperial no Brasil.

Tabela 3.12 – Produção de Açúcar e Aguardente na Vila de Santo Antônio de Sá - 1778

Freguesia	Açúcar (caixas)	Aguardente (pipas)	Escravos empregados	Número de engenhos
Santo Antônio de Sá	90	65	220	8
Santíssima Trindade	26	15	48	1
São João de Itaboraí	409	232	626	22
N. S. do Desterro de Itambi	119	104	244	5
N. S. da Conceição do Rio do Ouro	46	31	124	5
N. S. da Ajuda do Aguapey-Mirim	52	7	107	3
Total da Vila	742	454	1.369	44

Fonte: Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte I. 1913

Em 1797, em finais do século XVIII, e pouco menos de duas décadas depois da realização do relatório do Marques de Lavradio, foi produzida uma das mais completas fontes históricas para a região, trata-se da *Descrição do contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, feita por ordem do vice-rei do Estado do Brasil D. José Luis de Castro, o Conde de Resende. A *Descrição* é um documento ímpar, constitui-se em um inventário minucioso e que reúne, na mesma fonte, informações acerca da situação social e econômica da região do Macacu para final dos setecentos, reunindo milhares de dados. Ao trabalhar com estes dados, o historiador Vinícius Cardoso nos informa que:

No “Resumo Geral dos Engenhos, Fogos, Almas, Rendimento, etc. da Vila de Santo Antonio de Sá de Macacu” existente ao final da Discripção..., pode-se observar que a região de Macacu possuía, em 1797, 11.538 habitantes. Uma intensa atividade econômica se desenvolvia nos seus 27 engenhos de açúcar, 02 fábricas de beneficiamento de arroz, 238 engenhos de farinha e 10 olarias. Um total de 649 lavradores produzia farinha de mandioca ao lado do trabalho de 30 oficiais de ofício, 55 serradores e 66 proprietários de tavernas.¹⁶⁴

Através deste documento é possível, a partir de sua criteriosa lista nominativa, mapear não apenas os grandes proprietários de terras e suas respectivas posses, mas também os lavradores e outras categorias sociais de menor prestígio, assim como os dados relativos à extensão de suas terras, estado civil, número de filhos (separado por sexo), seu plantel de escravos, discriminando a faixa etária e o sexo dos cativos, etc.

Em seguida há ainda uma lista completa com a produção agrícola de cada uma dessas unidades, sejam os engenhos de açúcar, as fábricas de farinha, os lavradores, ou demais categorias. Nela é possível quantificar com precisão a produção de açúcar, aguardente, farinha de mandioca, arroz, milho e feijão, além de detalhar também a produção de telhas, tijolos e madeiras.

Os números totais para a produção de gêneros de abastecimento para a Vila de São Antônio de Sá indicam as mesmas características já mencionadas através do Relatório do Marques de Lavradio. Ou seja, dos 92.541 alqueires de alimentos produzidos no ano de 1797, 67.852 alqueires eram de farinha de mandioca, o que equivale dizer que 73,3% de toda a lavoura de alimentos era composta por este produto,

¹⁶⁴ CARDOSO, Vinicius Maia. Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no vale do Macacu - Séculos XVIII e XIX. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

seguida pelos 17.166 alqueires de arroz (18,5%), 4.036 de milho (4,4%) e 3.487 de feijão (3,8%).

Outro ponto de interesse aberto por esta fonte é a possibilidade de mapear o montante de alimentos produzidos por cada grupo social, entre senhores de engenhos, donos de fábricas de farinha e os lavradores, assim como a distribuição da população escrava entre estes mesmos grupos.

Tabela 3.13 - Produção de Mantimentos na Vila de Santo Antônio de Sá - 1797

Unidades de produção	Farinha (alqueires)	Feijão (alqueires)	Milho (alqueires)	Arroz (alqueires)
Engenhos de Açúcar	3.671	441	392	196
Fábricas de Farinha	38.633	1489	1811	11397
Lavradores	25.548	1557	1833	5573
Total	67.852	3.487	4.036	17.166

Fonte: Descrição do contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, 1797.

Tabela 3.14 – Posse escrava na Vila de Santo Antônio de Sá - 1797

Unidades de produção	Total Registrado	Número de Escravos	Média de Escravos	Percentual
Engenhos de Açúcar	27	1.499	55,5	23,4%
Fábricas de Farinha	238	2.746	11,5	42,8%
Lavradores	649	2.167	3,3	33,8%
Total	914	6.412	7,0	100%

Fonte: Descrição do contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, 1797.

Podemos perceber, diante dos dados expostos, uma clara inclinação para a produção mercantil de alimentos na Vila de Santo Antônio de Sá, com destaque para a cultura da mandioca. Porém, como salientou Sampaio, para compreendermos um determinado sistema agrário não nos basta conhecer seus principais produtos, “precisamos, isso sim, conhecer as estruturas sociais e econômicas que envolvem esta produção”¹⁶⁵. É preciso entender, portanto, quem são estes produtores, qual sua relação com a terra, de que forma se dá seu acesso ao trabalho escravo e ao mercado.

¹⁶⁵ SAMPAIO, Op. Cit, 1994. p. 20.

Os dados extraídos da *Descrição do contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu* são elucidativos, na medida em que informam não apenas os números globais desta produção, mas realiza um minucioso inventário de quais as unidades responsáveis e o número de escravos empregados em cada uma delas. Antes de darmos maiores detalhes sobre os *lavradores*, categoria que nos interessa propriamente, vale a pena ressaltar ainda nestes números mais gerais alguns aspectos da lavoura de alimentos em Santo Antônio de Sá.

Daqueles mesmos 92.541 alqueires de alimentos produzidos no ano de 1797, mais de um terço foi produzido pelos lavradores, exatamente 34.511 alqueires de alimentos, ao passo que a menor parcela havia sido produzida no interior dos engenhos de açúcar, apenas 4.700 alqueires, reiterando a discordância com a bibliografia que tinha o engenho enquanto unidade autossuficiente, capaz de prover suas próprias necessidades. Por outro lado, a posse de escravos apresenta-se como grande diferencial entre os engenhos de açúcar, possuidores de uma média de 55,5 escravos por unidade produtiva, em relação aos lavradores, cuja média não chegava a quatro escravos por unidade produtiva.

Ao reduzir a escala e observar apenas os lavradores, em número de 649, podemos hierarquizá-los, a partir do acesso à mão-de-obra escrava, identificando que deste total de indivíduos a maior parte possuía um número reduzido de escravos, sendo em número de 206 (31,7%) aqueles que não possuíam um único escravo em suas lavouras, 316 (48,7%) eram os lavradores que possuíam um plantel entre 1 e 5 escravos, 83 (12,8%) possuíam entre 6 e 10 escravos e apenas 44 (6,7%) dispunham de mais de 10 escravos trabalhando em suas lavouras sem, no entanto, entrar no mérito da faixa etária média e do sexo destes escravos que eram utilizados pelos lavradores, imaginando que eram justamente aqueles que possuíam um menor valor de mercado.

Se somarmos aqueles lavradores que não possuíam escravo algum e aqueles que não dispunham de plantéis superiores a cinco escravos, temos um total de 522 lavradores, de um universo total de 649 registros, uma maioria esmagadora. Tal aspecto reforça a hipótese de que o “homem livre pobre” dedicado à lavoura de alimentos (subsistência e mercado interno) pode ser enquadrado no conceito de camponês. Mesmo quando se comprova a existência de trabalho escravo no interior da unidade produtiva, seu número reduzido, como pudemos comprovar, o qualifica enquanto fonte adicional de trabalho. Em outras palavras a posse de escravo não determina o seu grau de riqueza, já que este é determinado pelo ciclo familiar.

Nota-se ainda uma sensível estratificação social no que diz respeito aos gêneros produzidos. Tendo em vista o universo total de 649 lavradores, constatamos que apenas 84 (12,9%) deles declararam alguma produção de açúcar, não obstante, o percentual daqueles que declararam produzir outros gêneros alimentícios também não ultrapassou muito este número, sendo 116 (17,9%) lavradores produzindo feijão, 143 (22%) produzindo arroz e 115 (17,7%) os que colheram milho. No entanto, daqueles mesmos 649 lavradores listados pela fonte, cerca de 87%, ou seja, 563 indivíduos, declararam colher mandioca e produzir farinha em suas unidades produtivas.

Como poderíamos imaginar, a farinha de mandioca era, com folga, o gênero mais produzido pelos lavradores, alcançando a cifra de mais de 25 mil alqueires/ano, fato que corrobora as informações de Stuart Schwartz e Francisco Carlos Teixeira da Silva, de que este era o gênero de abastecimento mais difundido entre os agricultores mais pobres.

Para o caso baiano, Schwartz¹⁶⁶ apresenta uma situação bastante incomum, um cenário de carestia e crise de abastecimento na segunda metade do XVIII, especialmente agravada pela migração dos pequenos lavradores de alimentos para as atividades de produção de açúcar e fumo, mais lucrativas. Tal assertiva não é contemplada, porém, na análise de Francisco Carlos Teixeira da Silva¹⁶⁷, ao tratar do caso fluminense. Segundo o autor, o Rio de Janeiro não sofria com as recorrentes crises de abastecimento verificadas para o caso baiano, o que tornou pouco funcional as leis que visavam incentivar o plantio da mandioca.

O século XIX, como vimos, representou intensas mudanças para a Vila de Santo Antônio de Sá, assim como o foi para todo o território nacional. Através dos censos elencados no início deste capítulo fica claro que houve uma gradual redução na mão-de-obra cativa durante os oitocentos, especialmente após o emblemático ano de 1850, na ocasião da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, responsável pela proibição da entrada de novos escravos africanos no Brasil através do tráfico atlântico.

Em 1859, Ignacio Francisco Silveira da Motta, presidente da província do Rio de Janeiro, reitera os problemas enfrentados pela agricultura fluminense, afirmando que a “única fonte de riquezas do paiz, a agricultura tem sofrido grandes controvérsias, que

¹⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

¹⁶⁷ SILVA. Op. Cit. 1990. p.171.

entorpecem o seu progressivo desenvolvimento”¹⁶⁸, principalmente aqueles relacionados à escassez de braços escravos e questões ligadas à dificuldade de transporte, “a diminuição dos braços, que escassêam, por que a colonização não tem suprido a lacuna deixada pela supressão do tráfego; a falta e a imperfeição das vias de comunicação (...) concorrem fortemente para impedir o desenvolvimento progressivo das culturas do paiz”¹⁶⁹.

A afirmação de Ignacio Motta não representava exatamente uma novidade. Dois anos antes, na ocasião da transição do governo provincial de Luís Antônio Barbosa para Antônio Nicolau Tolentino fora publicada uma edição extraordinária do Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, na qual constava um anexo escrito por Pedro Ramos da Silva, denominado Carestia dos Gêneros Alimentícios¹⁷⁰.

O documento em questão respondia ao pedido realizado pelo presidente da Província, Antonio Tolentino, que solicitava maiores informações sobre a escassez e a carestia dos gêneros alimentícios. No intuito de responder à questão, o autor segue por uma linha argumentativa muito similar à exposta anteriormente, e atribui a situação de penúria e carestia dos alimentos à escassez de braços, entendendo que esta escassez ocorria por conta de dois motivos. O primeiro relacionado à impossibilidade de comprar escravos a preços acessíveis, em consequência da proibição da entrada de africanos através do tráfico atlântico, segundo pela transferência destes escravos para atividades mais rentáveis, em especial para as lavouras de café e para os trabalhos públicos (notadamente a abertura de estrada, inclusive as de ferro).

Os fazendeiros do Rio de Janeiro “não podendo, ou não querendo, diminuir os serviços que empregava na cultura do gênero principal, forçado foi a reduzir os que empregava nas roças de milho, feijão, mandioca e batatas”¹⁷¹. Já os trabalhos públicos, outra causa elencada para o entendimento da escassez, obteve sua força de trabalho não das grandes fazendas produtoras de gêneros exportáveis, mas das pequenas lavouras de alimentos, que também sofrem com a transferência de seus escravos para as zonas de *plantation*.

¹⁶⁸ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 13ª Legislatura pelo presidente o doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta. Nictheroy: Typographia da Pátria, de Moura & Miranda, 1859. p. 23.

¹⁶⁹ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 13ª Legislatura pelo presidente o doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta. Nictheroy: Typographia da Patria, de Moura & Miranda, 1859. p. 23.

¹⁷⁰ SILVA, Pedro Ramos. Carestia de Gêneros Alimentícios (Annexo K). In: **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858. pp. 150-173

¹⁷¹ Ibidem, p. 153.

Esta concorrência veio prejudicar mais a cultura dos gêneros alimentícios, por isso que os escravos empregados neste serviço foram retirados não da grande lavoura, mas da pequena, isto é, da que em maior escala se ocupa da produção dos referidos gêneros. Outra causa que pode e deve ser explicada pela falta de braços é a absorção que continuamente faz a grande lavoura dos escravos empregados na pequena.¹⁷²

Não é possível, porém, acatar sem questionamentos as informações mencionadas pela fonte. Houve sim, sem dúvidas, uma sensível redução na mão-de-obra cativa a partir da segunda metade do século XIX, no entanto as características expostas, entre elas a fuga destes braços da lavoura de alimentos em direção às grandes fazendas agroexportadoras (leia-se café) e ao trabalho na abertura de estradas devem ser relativizadas. Os dados mencionados na *tabela 3.1 Movimentação da população escrava 1873-1882* servem para questionar esta afirmativa da transferência de escravos no interior da Província. É preciso ter em mente que este fenômeno não aconteceu em todas as regiões do mesmo modo, ao comparar as regiões vizinhas e de produção agrícola similar observamos números distintos em relação ao destino de suas populações escravas.

Magé apresenta características que podem corroborar com a tese de que a escassez de alimentos e sua consequente carestia estiveram relacionadas à redução da oferta de cativos para o trabalho, e mais que isso, da transferência dos escravos empregados nas lavouras de alimentos para setores mais dinâmicos com a saída de 4.458 escravos nos dez anos compreendidos entre os anos de 1873-1882 e com a entrada de apenas 557 indivíduos, uma redução de 3.901 indivíduos, afora aqueles que foram alforriados ou que faleceram no intervalo. Ao passo que a Vila de Sant'Anna de Macacu apresenta para o mesmo período, um quadro significativamente diferenciado com a saída de 1.096 e a entrada de 852 escravos, uma redução de 244 indivíduos (excetuando-se da conta os escravos falecidos e alforriados).

Nesse sentido, Magé percebe uma redução total de 5.259 indivíduos de sua população escrava no decorrer da década de 1870, o que representou uma queda de 63,6% de seus escravos, a maior parte deles vendida para outras localidades, o que reafirma a tese de fuga de escravos de acordo com as demandas provinciais e o caráter mercantil da posse escrava em Magé. Em Sant'Anna de Macacu, entretanto, houve uma redução de 1.358 indivíduos, o que corresponde à uma queda de 33,2% da população

¹⁷² Ibidem, pp. 153-154.

escrava, sendo a maior parte desta redução causada pelo falecimento e alforria de escravos, que somadas são responsáveis pela redução de 1090 indivíduos.

Tendo em vista que a proibição do tráfico não causou, ao menos em Santo Antônio de Sá (posteriormente, Sant'Anna de Macacu), uma redução tão abrupta da população escrava, buscaremos elementos para entender qual a situação da produção agrícola e extrativista nesta região, já acostumada à vivenciar profundas mudanças desde o limiar do século XIX.

Não possuímos, para o período em questão, uma fonte com as mesmas características da *Descrição do contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, capaz de indicar não apenas o grosso da produção de gêneros agrícolas e extrativistas na Vila, mas também caracterizar, com minúcias, os grupos sociais que ali lavravam, assim como o potencial técnico e produtivo de cada unidade produtiva, através de uma densa lista nominativa.

É possível mapear, porém, a parcela da produção agrícola e extrativista local que deixou a região através dos trilhos da Estrada de Ferro Cantagallo. Apesar da inauguração de seu primeiro trecho, que ligava o Porto das Caixas à raiz da Serra (Estação Cachoeiras), datar de abril de 1860, somente a partir de 1869 possuímos dados mais precisos sobre as cargas e passageiros que embarcavam pela estrada de ferro com destino ao Porto das Caixas.

Durante seus primeiros anos de atividade, a Estrada Cantagallo logrou grandes prejuízos e, como bem nos informa Von Tschudi, “não produziu resultados satisfatórios até agora, embora atravessasse regiões de tão grande importância agrícola”¹⁷³, e dá detalhes sobre a receita da Estrada “as despesas superam ainda em muito a renda: no ano de 1862, os gastos foram de 185 contos e 590 mil réis, contra 167 contos e 17 mil réis de renda, havendo, pois, um déficit de 18 contos e 572 mil réis”¹⁷⁴. Tendo em vista esta distorção, a partir de 1869, a Estrada passou a produzir os *Relatórios do Escritório do Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro Cantagallo*, publicado anualmente no interior do Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, cujo intuito era otimizar sua gestão e tornar pública suas receitas.

A partir destes relatórios foi possível constatar a permanência do modelo produtivo baseado na lavoura de alimentos voltada para o abastecimento de regiões próximas, especialmente a cidade do Rio de Janeiro que experimentou, no decorrer do

¹⁷³ TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista. Vol. V. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. p.109.

¹⁷⁴ Ibidem, 109-110.

século XIX, um vigoroso crescimento, após tornar-se sede do Império ultramarino português em 1808 e capital do Império do Brasil, em 1822.

É importante mencionar que os dados extraídos dos *Relatórios do Escritório do Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro Cantagallo* dão conta apenas de uma parcela da produção de alimentos, ao contrário da *Descrição do contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu*, que informava toda a produção realizada na Vila, neste relatório constam apenas os números referentes ao que não era consumido no interior da Vila, ou seja, o excedente que alcançava o mercado provincial de alimentos. É necessário ressaltar ainda que os números expostos aqui correspondem apenas àquela parcela da produção que era escoada através dos trilhos da ferrovia, e sabemos que boa parte da produção de alimentos e de madeiras era, ainda, transportada através do rio Macacu, especialmente o que era produzido por pequenos lavradores livres, dependentes ainda de suas pequenas embarcações e das tradicionais tropas de mulas para levar seus produtos até a barra do rio.

Tabela 3.15 – Produtos embarcados pela Estação Cachoeiras – 1869 – 1877.

Estação Cachoeiras													
Ano	Café		Milho		Feijão		Farinha		Batatas		Madeiras* – peças*	Diversos	
As unidades de medida de pesos utilizada até o ano de 1973 são a arroba (@) e a libra (lb).													
	@	lb	@	lb	@	lb	@	lb	@	lb		@	lb
1869	628.174	18	5.073	--	1.074	20	241	16	370	12	--	451	--
1870**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
1871	618.959	18	2.174	24	205	--	--	--	--	--	--	131	29
1872	388.288	30	3.790	--	757	--	166	--	--	--	16.395	182	6
1873	511.954	27	212	16	--	--	75	--	--	--	11.592	--	--
A partir de 1874 os valores descritos estão representados em quilogramas (Kg), atendendo as exigências da transição para o sistema métrico decimal.													
1874	3.962.341,29		--		--		--		--		19.502	--	
1875	--		--		--		--		--		14.868	--	
1876	--		--		--		--		--		18.369	--	
1877	--		--		--		--		--		11.502	--	

A Estação Cachoeiras localizava-se no pequeno Arraial de Cachoeiras, que por sua vez era a região da Vila mais próxima à Nova Friburgo, situada na Raiz da Serra.

* As cargas de madeira só passam a constar no Relatório da Estrada de Ferro Cantagallo a partir do ano de 1872.

** Não foi localizado o Relatório da Estrada de Ferro Cantagallo para o ano de 1870.

Durante as primeiras duas décadas de existência da Estrada de Ferro Cantagallo aquela área foi também última estação da linha, e mesmo depois do prolongamento em direção a Serra(em inícios dos anos 1870), a estação de Cachoeiras continuou tendo grande importância, dada a necessidade técnica de troca de locomotiva do trecho plano para o trecho íngreme da Serra, e vice-versa.

Sendo assim, todo café produzido nas serras, com destaque para Cantagalo, desciam a Serra através de tropas de mulas até alcançar a linha férrea em Cachoeiras, onde o produto era então transportado com destino ao Porto das Caixas, de onde enfim seria embarcado para atravessar a Baía da Guanabara e alcançar a cidade do Rio de Janeiro e seu movimentado porto. Deste modo, a produção cafeeira apresentada na tabela 3.13 diz respeito, na verdade, à parte da produção que escoava através dos caminhos da Serra, até encontrar a linha férrea.

Porém, é possível observar uma produção madeireira significativa, e circunscrita à região do sopé da Serra. Lembremos que o médio e o baixo curso do rio Macacu apresentaram uma das ocupações mais precoces da então Capitania do Rio de Janeiro, cujas levas de habitantes remetem a meados do século XVI. Nesse sentido, em finais do século XVIII e no decorrer do século XIX toda essa região de baixada já havia sido devidamente desmatada, para abrir caminho para as lavouras e pastos, tornando escassa a atividade madeireira. A fronteira da exploração extrativista de madeiras desloca-se, portanto, em direção à mata virgem, àquela cujas dificuldades técnicas a mantiveram intactas até meados do século XIX, quando o progresso foi capaz de explorar áreas mais íngremes¹⁷⁵.

Apesar de indicar a presença de farinha, milho e feijão nos primeiros anos consultados, o embarque de gêneros alimentícios pela Estação Cachoeiras aparece sempre como secundários em relação ao café e às madeiras, e desaparecendo totalmente a partir do ano de 1874.

A outra estação férrea instalada no interior da Vila de Santo Antônio de Sá era precisamente a Estação de Sant'Anna (Tabela 3.12), localizada na freguesia de mesmo nome. Sant'Anna de Macacu é também o nome atribuído à extinta freguesia de Santíssima Trindade a partir de 1854, e uma região tradicionalmente voltada para a lavoura de alimentos.

¹⁷⁵ Ver: LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 1963.

Há, portanto, uma manutenção das características produtivas na Freguesia de Sant'Anna. As mudanças mais notáveis em relação ao período anterior é o sensível decréscimo da atividade madeireira, pelos motivos supracitados, além de um expressivo aumento do cultivo do milho, equiparando-se, ou mesmo ultrapassando a da farinha de mandioca em alguns dos anos consultados.

Tabela 3.16 – Produtos embarcados pela Estação Sant'Anna – 1869 – 1877.

Estação Sant'Anna													
Ano	Café		Milho		Farinha		Feijão		Açúcar		Madeiras – peças*	Diversos	
	@	lb	@	lb	@	lb	@	lb	@	lb	--	@	lb
1869	12.63	2	32.80	2	38.75	--	22	16	--	--	--	15	4
	2		6	4	4		0					9	
1870*	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
1871	22.36	2	48.55	8	50.99	2	10	8	2.88	--	--	77	4
	0	7	7		3	6	0		6				
1872	18.50	2	48.90	8	50.06	--	23	8	2.00	--	--	72	13
	7	8	3		8		4		0				
1873	18.77	1	88.28	2	87.91	--	62	16	804	--	1.969	27	10
	4	9	2	6	6							5	
A partir de 1874 os valores descritos estão representados em quilogramas (Kg), atendendo as exigências da transição para o sistema métrico decimal.													
1874	178.900,60		610.110,38		444.508,79		5.832,50		14.520,00		1.658	3.983,99	
1875	467.264,00		780.873,00		666.675,00		2.880,00		21.120,00		--	2.066,00	
1876	172.020,00		877.935,50		909.872,50		--		--		1.713	6.075,00	
1877	186.742,00		437.500,00		410.670,00		--		--		--	8.450,00	

Há também a presença, ainda que de forma incipiente, de uma pequena produção de café. A exemplo do que Sampaio (1994) indica para Magé, é possível que uma pequena parcela de terras fosse ocupada pela cafeicultura, sem que esta, porém, se colocasse como principal cultura na região. Uma das possíveis explicações para que a cultura do café não progredisse na região é dada pela secular ocupação de seus solos, incompatíveis como às exigências do cafeeiro.

3.4 Conclusões:

Buscamos, neste capítulo, produzir um estudo mais detalhado sobre o perfil populacional e produtivo da Vila de Santo Antônio de Sá no decorrer de seu último século de existência, ou seja, desde a produção do relatório do Marques de Lavradio em 1778 até a mudança de denominação da Vila de Santo Antônio em 1877, quando passa a se chamar Sant'Anna de Macacu.

Regiões vizinhas ao Vale do Macacu, a exemplo da Vila de Magé, como demonstra o estudo de Sampaio, apresenta um quadro muito próximo da realidade encontrada em Santo Antônio de Sá, especialmente com relação à hegemonia do cultivo da mandioca, cujo plantio é responsável pela maior parcela da produção.

Tratava-se de um único produto respondendo por mais da metade da produção agrícola de alimentos (já que aí não são considerados aqueles de origem animal). Temos, assim, mais uma vez confirmada a grande importância do "pão da terra" na dieta alimentar de então. Quanto a isso, Afonso de Alencastro mostra-nos, baseado em Câmara Cascudo, que os principais itens na alimentação brasileira de então eram a mesma farinha de mandioca e o feijão (se possível acompanhado de carne seca). Este predomínio refletia-se, conseqüentemente, nas regiões produtoras de alimentos, que terminavam por privilegiar sua produção.¹⁷⁶

Segundo Castro, estes pequenos cultivadores e roceiros não se localizavam esquematicamente subordinados aos plantadores de cana. Apesar de possuidores de pequenos plantéis de escravos, plantavam para satisfazer suas necessidades básicas, com base no trabalho familiar. O que não impede a existência de uma estreita relação com o mercado, para onde se deslocavam seus excedentes. Deste modo, estes pequenos lavradores “não se constituíram de populações caipiras voltadas à subsistência, fechadas em algum tipo de economia natural”¹⁷⁷.

O estudo sobre o campesinato em Santo Antônio de Sá permitiu-nos caracterizá-los enquanto tais, inferindo uma série de similaridades com os casos de Magé e Capivary, intensamente citados aqui. Em todos os casos foi possível perceber a família como unidade básica de trabalho e produção, e não apenas isto, mas o fator essencial da existência e reprodução do grupo.

¹⁷⁶ SAMPAIO, Op. Cit. p. 6

¹⁷⁷ CASTRO. Op. Cit. p. 63.

Assim como salienta Cardoso¹⁷⁸ e Sampaio¹⁷⁹ a peculiaridade das populações camponesas na região da bacia do Macacu está na difusão da posse escrava, cujo peso era potencializado pelo tamanho inferior das famílias camponesas em relação às outras regiões da Província.

Em suma, buscamos caracterizar o modelo de propriedade da terra, aspecto demográfico, posse escrava e perfil produtivo a fim de caracterizar a região como área fortemente ligada à atividade de abastecimento, especialmente de farinha de mandioca e madeiras, incluindo mais tarde uma considerável produção de milho. Capaz de atender às necessidades de autoconsumo destas populações, do abastecimento local, em nível de vila e também as necessidades da crescente população urbana do Rio de Janeiro. Era, portanto, uma sociedade fortemente diferenciada e hierarquizada, não apenas entre homens livres e escravos, mas também no interior de sua população livre.

¹⁷⁸ CARDOSO, Op. Cit.

¹⁷⁹ SAMPAIO, Op. Cit.

Considerações Finais:

A presente dissertação buscou realizar um estudo sobre homens livres pobres em Santo Antônio de Sá, especialmente naquelas freguesias que um século mais tarde conformariam os limites do atual município de Cachoeiras de Macacu, interior do Rio de Janeiro. Para tanto, focamos nossa análise no último quartel do século XVIII e nos três primeiros do século XIX. Importou-nos, neste sentido, acompanhar o processo de desagregação territorial e política da Vila de Santo Antônio de Sá, desde as primeiras perdas, a exemplo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Aguapey-mirim, em 1789, até a sua completa extinção em 1877.

Ao organizar os dados existentes sobre o processo de ocupação da região, ainda nos primeiros séculos da colonização, procuramos compreender quais mecanismos operaram neste processo, e isolar três vertentes explicativas para a ocupação precoce da região.

Em primeiro lugar, o caráter político, onde a instituição da colonização estava intimamente ligada às necessidades de ocupar e, portanto, proteger o território recém-descoberto. Nesse sentido, a distribuição de sesmarias no recôncavo da Guanabara esteve inserida no conjunto de práticas adotadas pela Coroa Portuguesa no intuito de ocupar, proteger, cultivar e demarcar suas novas possessões. Não obstante, os fatores ambientais foram cruciais, tanto para possibilitar uma ocupação rápida e segura através do interior, especialmente pela utilização do rio Macacu e de sua rede de afluentes, quanto para a conformação do perfil econômico que se estabeleceria na região no decorrer dos séculos seguintes, marcada pela produção de alimentos e produtos extrativistas que visavam principalmente a cidade do Rio de Janeiro, seus habitantes e portos.

Buscamos ainda refletir sobre a comum noção, difundida pela historiografia mais tradicional, que indicava a existência de um ‘vácuo’ entre os ciclos da cana/ouro e do café, percebendo-o enquanto momento de retração da grande lavoura escravista e, portanto, de crise do sistema em vigor. Quando, na verdade, a crise de uma determinada atividade não chegou a representar uma falência de todo o sistema, do mesmo modo, a agricultura de alimentos e as atividades voltadas para o mercado interno não foram drasticamente afetadas por esta suposta retração.

Do mesmo modo, a bibliografia mais tradicional sobre a região sempre insistiu na existência de uma grande crise, de proporções épicas, que desmantelou todo o

sistema econômico, social e produtivo de Santo Antônio de Sá. Esta crise teria sido um desdobramento direto da chamada ‘febre do Macacu’. A exemplo do que fez Gilciano Costa¹⁸⁰, procuramos dar mais cuidado à esta afirmativa, entendendo que, ainda que suas consequências tenham sido desastrosas, a ‘febre do Macacu’ não atingiu toda a Vila de forma homogênea, restringindo-se às áreas de baixada e marginais ao Macacu, o que pode ser comprovado a partir do cruzamento de matérias de jornais, artigos de memorialistas e dados demográficos.

Soma-se a isto a implementação da ferrovia como substituto, ainda que gradual, do transporte fluvial, e o seu impacto social, econômico e ambiental nas diversas freguesias da Vila, atingindo de forma diferenciada cada uma delas. Mais uma vez, a própria freguesia sede da Vila via-se preterida diante destas mudanças.

Por certo que a região de Santíssima Trindade, que mais tarde tornar-se-ia sede da Vila sob a denominação de Sant’Anna de Macacu, se beneficiou imensamente com estas ‘crises’ da sede. Com o desmembramento de São João de Itaboraí, nos anos 1830, Santíssima Trindade tornou-se a mais importante freguesia da Vila, percebendo um fabuloso incremento de sua população, refletindo, por conseguinte na sua produção agrícola e madeireira.

Sem dúvidas, as mudanças expostas serviram como catalisador do inexorável processo de fragmentação territorial vivenciado por Santo Antônio de Sá e da decadência de sua freguesia sede. Desde finais do século XVIII, a Vila via reduzir paulatinamente sua área de influencia e o número de suas freguesias. Tal fragmentação territorial não fora exclusivo de Santo Antônio de Sá, tendo ocorrido em várias das vilas do recôncavo da Guanabara, confirmando a abrangência provincial da política.

Nesse ponto, o diálogo entre os memorialistas e as fontes primárias produzidas no interior do poder executivo e legislativo serviram para elucidar algumas das lacunas existentes sobre a história da fragmentação de Santo Antônio de Sá. Eximindo-a de sua via explicativa pautada quase que exclusivamente na disseminação da ‘febre’ e da decadência do transporte fluvial. Procurou-se, portanto, inserir estas transformações no contexto mais amplo do que estava ocorrendo em toda a província.

Ao trabalhar o homem livre pobre como personagem principal e agente histórico, procuramos nos afastar das interpretações pautadas na análise da *plantation* escravista. Tal opção se justifica na medida em que foram priorizadas outras formas de

¹⁸⁰ COSTA, Gilciano Menezes. A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às margens do Rio Macacu (1833 - 1875). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2013.

organização, especialmente aquelas dos pequenos produtores livres, organizados em unidades familiares de produção e que, mesmo quando se valiam do trabalho escravo, o faziam como força de trabalho adicional à atividade familiar.

Não obstante, a análise dos Registros Paroquiais de Terras, além de outros documentos que evidenciavam a distribuição dos escravos nas diversas unidades produtivas, trouxeram a tona uma sociedade intensamente hierarquizada para Santo Antônio de Sá. A diferenciação social encontrada aqui deixou claro que não apenas as regiões voltadas para a produção de gêneros exportáveis carecem de estudos sobre sua composição social, mas também as áreas abastecedoras apresentam uma complexa estrutura social, altamente hierarquizada.

Tal hierarquização significa ainda uma diferenciação não apenas em termos de tamanhos das fortunas, como também em relação ao acesso à terra e à orientação econômica tomada pela unidade produtiva. As quais podem ser divididas em dois tipos principais: as unidades mercantis e as unidades camponesas.

Esta hierarquização no interior de uma região voltada basicamente para a agricultura de abastecimento se mostrou extremamente similar ao que pode ser constatado em áreas voltadas à agro exportação, principalmente em relação ao acesso e manutenção da terra, e demais bens de raiz.

As características ambientais, econômicas, políticas e históricas fizeram de Santo Antônio de Sá uma região privilegiada para o estudo de seu campesinato. Foi possível recortar uma área profundamente degradada por sua ocupação secular, cujas principais atividades econômicas estavam orientadas para o abastecimento de um mercado interno, intensificado com o rápido crescimento da cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX. Pudemos inferir uma série de similaridades com os casos de Magé e Capivary. Em todos os casos foi possível perceber a família como unidade básica de trabalho e produção, e não apenas isto, mas o fator indispensável à existência e reprodução do grupo.

Segundo Stuart Schwartz¹⁸¹ é justamente durante este recorte temporal, ou seja, a partir de meados do século XVIII em que a possível queda nos preços das exportações brasileiras aliada ao crescimento dos garimpos em Minas Gerais e ao desenvolvimento de centros urbanos fez renascer a agricultura de alimentos estimulada por essa nova demanda.

¹⁸¹ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP : EDUSC, 2001. p. 133.

Desse modo, importou-nos compreender não apenas o cenário de decadência amplamente trabalhado pela bibliografia sobre a região, mas entender que a crise não assolou do mesmo modo a todas as freguesias da Vila. Muitas delas, inclusive, emanciparam-se em novas cidades ou foram anexadas às vilas vizinhas a partir de um fenômeno inverso, o incremento de sua economia e a necessidade dispor de todas as benéfices representadas pela elevação ao status de vila.

Faz-se necessário ressaltar ainda que o objeto desta dissertação representa apenas um primeiro passo em direção aos estudos sobre campesinato e agricultura de alimentos no Recôncavo da Guanabara - RJ. Não fora, portanto, nossa pretensão esgotar o tema ou realizar um trabalho capaz de abarcar as múltiplas possibilidades que envolvem a história da região. Acreditamos, porém, ter contribuído para a temática e auxiliado na produção de novos trabalhos aptos a sanar algumas de nossas deficiências.

Referências Bibliográficas:

I. Fontes:

Jornais e Periódicos:

JORNAL AURORA FLUMINENSE, 4 de fevereiro de 1829, n. 149.

JORNAL AURORA FLUMINENSE, 5 de fevereiro de 1834, n. 871.

SEMANÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA, 23 de fevereiro de 1831, n. 9.

Relatos de viajantes e memorialistas:

BURMEISTER, Hermann. **Landschaftliche Bilder Brasiliens und Portraits einiger Urvölker**. Berlim: Berlag von George Reimer, 1853.

_____. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. Belo Horizonte: Itatiaia. SP: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CASAL, Manoel Aires. **A Corografia Brazílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

_____. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extrahida dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico**, vol 63 (Tomo I). pp. 93-153, 1900.

SILVA, Pedro Ramos. Carestia de Gêneros Alimentícios (Annexo K). In: **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES [ed.original 1860]

SOUZA, Augusto Fausto de. **A Bahia do Rio de Janeiro: Sua história e descrição de suas riquezas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C.. 1882.

TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista. Vol. V. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953

Fontes de caráter oficial:

Decreto Imperial nº 11 de 9 de agosto de 1834.

Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854.

Decreto Imperial nº 641 de 26 de Junho de 1852.

DISCRIPÇÃO DO QUE CONTÉM O DISTRICTO DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ DE MACACU, 1797. Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, cx. 161 doc. 12071

ESTATÍSTICA DA PROVÍNCIA. In: **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro**. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1857.

IBGE. **Recenseamento Geral do Império**, 1872.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, Vol. XXII. Rio de Janeiro. IBGE, 1959.

LEÃO, Manuel Vieira. **Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil**, 1767.

Lei Provisória nº 517 de 4 de maio de 1850.

Lei nº 705 de 9 de outubro de 1854.

MAPPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA DO RIO DE JANEIRO, DE 30 DE SETEMBRO DE 1873 A 31 DE AGOSTO DE 1882. In: **Relatório ao Presidente de Província**. 1883. Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro.

MAPPA DOS FOGOS, PESSOAS LIVRES E ESCRAVOS COMPREENDIDOS NAS FREGUEZIAS DA CIDADE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO – 1821. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico**. Tomo XXXIII, vol. 1. 1870, p. 137.

MASSOW, Hilário. **Mapa do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & Cia., 1892. Fundação Biblioteca Nacional.

NIERMEYER, Conrad Jacob. Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, 1839. Fundação Biblioteca Nacional.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1840. In: **Relatório ao Presidente de Província**. 1841. Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1850. In: **Relatório ao Presidente de Província**. 1851. Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1856. In: **Relatório ao Presidente de Província**. 1858. Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro.

REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS. Livros: 77, 78 e 79. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1854 - 1866.

RELAÇÕES PARCIAES APRESENTADAS AO MARQUEZ DE LAVRADIO. 8 de outubro de 1778. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB**, Tomo 76, Parte I. 1913.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1836 a 1883.

II. Livros, artigos, dissertações e teses:

ABREU, Mauricio de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

AGUIAR, Pinto de. **Mandioca – Pão do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: Conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça Brasileira (1910-1960)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

BARROS, José D'Assunção. "**História, Região e Espacialidade**" in Revista Brasileira de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 2005. vol.10, nº1, p.95-129.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: A. Colin, 1952.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu*. In: **Ambiente & Sociedade**. Vol.7 nº.2 Campinas Jul/Dec, 2004.

_____. **Homens e Árvores no Ecúmeno Colonial: Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social PPGHIS/UFRJ, 2007.

_____. **A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental**. Revista de História Regional, v. 12, 2007.

CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Escravo ou camponês: O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo. Brasiliense: 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Vinicius Maia. **Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no vale do Macacu - Séculos XVIII e XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. Tese de Doutorado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, 2002.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às margens do Rio Macacu (1833 - 1875)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2013.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. “*A interiorização da metrópole (1808-1853)*”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. **Estudos Históricos**, vol. 4, nº 8, pp. 177-97, 1991.

_____. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. **Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil**. *Luso-Brazilian Review*, v.41, n.2, 2005, p.144-162.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Leonardo Jefferson. **O remédio amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense**. Seropédica, Dissertação de mestrado em Desenvolvimentos Agrícola/CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João et alli. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FORTE, José Matoso M. “Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá” In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Tomo XLIV, 1934.

FOSTER, Jhon Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza** -2ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres da ordem escravocrata** – 4ª ed. – São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 5ª ed. Rio de Janeiro-Recife: José Olympio e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985.

_____. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil imperial. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 19ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia - estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. In: **Revista História Econômica e História de Empresas/ABPHE**. São Paulo, nº XIII vol. 1. 2010, pp. 95-132.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo. Ática. 1980.

HOBBSBAWM Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBG, Instituto Baía de Guanabara. **Gente do Caceribu, Sua Geografia, sua História**. Niterói (RJ): 1977, volume 2.

IBGE, Conselho Nacional de Geografia. **I Centenário das ferrovias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1954.

LACOSTE, Yves. **Geografia: Isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Editora Papirus, 1988. Pp. 27-31.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1945.

_____. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Biblioteca de Geologia do Brasil, CNG. IBGE, 1948.

_____. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 1963.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Les paysans de Languedoc**. Paris: Sevpen, 1966.

_____. **História dos Camponeses Franceses: Da peste negra à Revolução**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental** - 5ª ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: O abastecimento na corte na formação política do Brasil (1808 - 1842)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro – Departamento de Editoração, 1993.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4.ed. Brasília: ESAF, 1988.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.

_____. “Subsistência e sistemas agrários na Colônia, uma discussão”. In: **Estudos Econômicos**, USP, vol. 13, Número Especial, 1983, p. 745-762;

_____. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII). In: **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Le Portugal et l’Europe Atlantique, le Brésil et l’Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagre, 1979.

_____. **História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Região e História Agrária. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, Nº. 15, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.)... [et al.]. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). **História ambiental paulista: temas, fontes, métodos**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILLER, Shawn William. **Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; tradução Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOTTA, Marcia M. M. **Pelas bandas d'além: Fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1989.

_____. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. 2ª edição Revisada e ampliada. Niterói, EdUFF, 2008.

NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 1989.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

PINTO, Leonardo Aguiar Rocha. **Fregueses e Freguesias: ação do Estado Português ao longo das vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Stampa, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: artigos sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

RODRIGUEZ, Hélio Suevo. **A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Magé na Crise do Escravismo: Sistema agrário e evolução na produção de alimentos (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

_____. **Na encruzilhada do Império: Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP : EDUSC, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)**. (Tese de doutoramento). Niterói, UFF, 1990.

SILVA, Marcelo Werner da. **A Implantação Ferroviária no Estado do Rio de Janeiro: 1854-1900**. In: Anais do IV seminário de Pesquisa do ESR. UFF, 2011.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1978.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TELLES, Pedro C. da Silva. **História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1984.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria (ou um planetário de erros)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Ed. Unesp: São Paulo, 2005.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. Trad. José Augusto Drummond. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n8, p.198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. V, nº. 2 ago./dez., 2002.

ZEMELLA, Mafalda. **O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **Por uma nova arithmethica: O sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentistas**. Tese de Doutorado (em Educação Matemática). PUC/SP. São Paulo: 2007.